

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



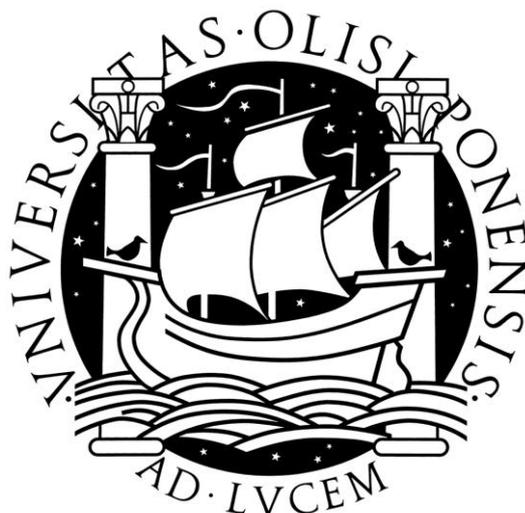
Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico
responsável nos Açores

Francisco António dos Santos da Silva

DOUTORAMENTO EM GEOGRAFIA
(Planeamento Regional e Urbano)

2013

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico
responsável nos Açores

Francisco António dos Santos da Silva

DOUTORAMENTO EM GEOGRAFIA

(Planeamento Regional e Urbano)

Tese orientada pelo Professor Doutor José Manuel Simões e coorientada pelo Professor Doutor Fernando João Moreira, especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor em Geografia na especialidade em Planeamento Regional e Urbano

2013

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese de doutoramento é predominantemente um ato solitário, mas nela intervêm muitas pessoas, que contribuíram de inúmeras formas para a sua consecução, às quais expresso profundos agradecimentos.

Este é um trabalho sobre turismo, lazer e natureza, mas paradoxalmente para o concretizar tive de prescindir desses elementos durante demasiado tempo, tal como tive de restringir a convivência e disponibilidade para os familiares e amigos, privando-os de momentos de partilha, durante demasiado tempo pelo que para eles, um agradecimento emocionado.

Aos Professores Doutores José Manuel Simões e Fernando João Moreira pela excelência na orientação deste tese e por terem fomentado uma discussão franca e cúmplice, que permitiu tanto para o enriquecimento do trabalho, como para uma motivação e bem-estar extra.

Ao Tiago Lopes pela paciência e empenho na revisão do texto e na elaboração de algumas figuras. À Cláudia Viegas pela amizade e ajuda imprescindível no tratamento dos dados com recurso ao R, trabalho que contou ainda com o apoio da Marta Castelo Branco. À Raquel Lopes e à Joana Desterro pela amizade e disponibilidade na revisão de alguns capítulos.

A todas as pessoas e entidades que se disponibilizaram para responder ao questionário desenvolvido nesta investigação direcionado aos *stakeholders* do turismo dos Açores e, em particular, a uma rede alargada de amigos e colaboradores em todas as ilhas, que me ajudaram a distribuí-lo junto da amostra selecionada, entre os quais, e correndo o risco de não referir todos: à Ana Carvalho, Andreia Goulart, Andreia Rosa, Andreia Silva, Carlos Pato, Carlos Toste, Catarina Cota, Catarina Cymbron, Catarina Pacheco, Cátia Goulart, Cátia Leandro, Eva Lima, Helena Câmara, Henrique Simões, Isabel Fagundes, Jorge Oliveira, Lénia Lourenço, Luís Daniel, Luis Paulo Bettencourt, Luis Silva, Manuel Câmara, Nilton Nunes, Paulo Pacheco, Paulo Vaz, Ricardo Andrade, Rita Câmara, Sandra Bessa, Rui Borges, Sara Luís, Susana Ávila, Susete Ferreira, Tiago Botelho.

A uma vasta equipa que colaborou nas fases de conceção e validação dos questionários: Ana Carvalho, Cátia Leandro, Cláudia Viegas, Elsa Gavinho, João Pedro Barreiros, José Toste, Luís Daniel, Nilton Nunes, Paulo Figueiredo, Paulo Pacheco, Pierluigi Bragaglia, Paulino Costa, Marco Melo, Mário Silva, Maria do Céu Almeida, Ricardo Correia, Susana Gonçalves.

A diversas instituições que contribuíram disponibilizando dados e recursos, nomeadamente a Associação Regional de Turismo e a Direção Regional de Turismo.

Aos Açores e ao seu povo, à sua cultura e identidade e à beleza da natureza e da paisagem cultural. Aos momentos de aventura, de descoberta e de enriquecimento intelectual, muito proporcionados pela partilha de conversas com imensos amigos e especialistas dos Açores em torno do setor do turismo, entre os quais Albano Cymbron, Carlos Pato, José Henrique, José Toste, Luis Silva, Manuel Câmara, Pierluigi Bragaglia, Paulino Costa, Paulo Pacheco, Sandro Paim, Serge Viallelle, e tantos outros ao longo de vários anos em que a minha presença no território se tornou regular.

Aos meus inúmeros colegas da ESHTe pelas suas palavras de incentivo, disponibilidade para ajudar e se empenharam para a melhoria das minhas condições profissionais na ESHTe, em particular ao Raúl Filipe, ao Joaquim Duarte e ao Carlos Brandão.

Ao Mário Silva por ter aceitado substituir-me como presidente da Associação Desnível, libertando-me dessa tarefa que exige muito empenho, e ao Paulo Figueiredo que se disponibilizou para se candidatar a diretor do curso de Gestão do Lazer e Animação Turística na ESHTe, num momento que me era pouco oportuno continuar a desempenhar a função, para me concentrar na fase final do doutoramento.

À minha mãe a quem dedico esta dissertação e à Maria do Céu Almeida pelo incentivo e ajuda na leitura da tese, e especialmente pela paciência em aguentar um intervalo tão grande em que a minha presença foi muitas vezes mais sentida como ausência.

Aos Açores, à amizade e à família.

RESUMO

Os territórios insulares de pequena dimensão (TIPD) caracterizam-se por apresentarem vários constrangimentos associados à sua reduzida dimensão, dispersão territorial, isolamento e limitação de recursos e acessibilidades, que se refletem na economia e na sociedade. Estas debilidades reforçam a necessidade destes territórios apostarem em novos setores exportadores, como o do turismo.

Esta investigação tem como foco o planeamento turístico dos TIPD de transição, considerados neste estudo como uma nova categoria situada entre os dois grupos definidos na literatura, as ilhas de águas quentes e as de águas frias. O principal objetivo deste estudo consiste na proposta de um modelo de desenvolvimento regional e turístico para os TIPD de transição, sustentada no estado de arte e numa investigação empírica aplicada ao Arquipélago dos Açores e aos seus *stakeholders* do turismo.

Sem a atratividade das ilhas de águas quentes, os TIPD de transição necessitam de ancorar o modelo de desenvolvimento turístico nas suas forças, muito associadas às representações em torno da insularidade, da paisagem natural e cultural, do mar, da autenticidade e da sustentabilidade. Nestes territórios, e em particular nos Açores, o turismo na natureza destaca-se como o principal produto estratégico, pelo que a oferta se deve direccionar para o turismo de nichos, com ênfase nas experiências e emoções.

Para além da adoção de uma abordagem holística ao setor do turismo, é essencial que estes territórios adotem um modelo de desenvolvimento regional sistémico ancorado nos princípios do planeamento prospetivo e responsável. Todavia, a adoção deste modelo não é uma tarefa fácil, por pressupor a rutura com um conjunto de paradigmas e exigir um elevado nível de cidadania e governança, a par da implementação de um adequado sistema de monitorização dos processos de desenvolvimento. Para o sucesso deste modelo é ainda necessário conseguir ultrapassar os hiatos existentes entre as abordagens teóricas, os instrumentos de planeamento e a realidade percebida pelos *stakeholders*.

Palavras-chave

Territórios insulares de pequena dimensão, Planeamento turístico, Turismo na natureza, Turismo responsável, Açores.

ABSTRACT

Small Island States and Territories (SIST) have intrinsic constraints resulting from their small size, dispersion, isolation and limited resources and accessibilities, which are reflected into the economy and society, reinforcing the need to invest in a sound strategy for tourism development.

The scope of this research is on regional development, focusing on tourism planning in transition SIST, an intermediate category proposed herein, seen as those territories positioned between the two typical groups considered in the literature, namely warm and cold water islands. The aim of this study is to propose a model of regional and tourism development for these transition SIST, supported by a comprehensive state of the art and an empirical research applied to the Azores Islands and to their tourism stakeholders.

Without the attractiveness of the warm water islands, transition SIST will have important advantages in anchoring the tourism development model in their strengths, closed related to representations of the dimensions of insularity, natural and cultural landscape, sea, authenticity and sustainability.

In these territories, particularly in the Azores, nature-based tourism positions itself as the leading strategic product. Therefore, the tourism supply should be directed to niche markets, enhancing products based on experiences and emotions.

More than a holistic approach to the tourism sector, it is important that these territories adopt a systemic model for regional development. However, the adoption of this model is not a straightforward task since it implies a breaking-up with a numbers of paradigms. Changes require a high degree of citizenship and governance, as well as a system for monitoring the development processes. A strong connection between the theoretical approaches, the planning tools, and the reality perceived by tourism stakeholders is essential to ensure success.

Keywords

Small island states and territories, Tourism planning, Nature-based tourism, Responsible tourism, Azores.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
ÍNDICE GERAL	IX
ÍNDICE DE FIGURAS	XII
ÍNDICE DE QUADROS	XVI
SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	XVIII
PARTE I – ENQUADRAMENTO E CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO	1
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 ENQUADRAMENTO E INVESTIGAÇÃO EM TURISMO	1
1.2 PROBLEMÁTICA E CONTORNOS DA INVESTIGAÇÃO	6
1.3 OBJETIVOS E HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO	12
1.4 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA TESE	15
1.5 JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DO CASO DE ESTUDO	17
2. LAZER E TURISMO	18
2.1 CONCEITOS DE BASE E ESTRUTURANTES	18
2.2 IMPORTÂNCIA E EVOLUÇÃO DO SETOR	34
2.3 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO SETOR EM PORTUGAL	39
2.4 NOVAS DINÂMICAS DO LAZER E DO TURISMO	48
3. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	54
3.1 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE	54
3.1.1 Abordagem ao tema	54
3.1.2 As doutrinas económicas da época contemporânea	55
3.1.3 Rumo ao desenvolvimento e à sustentabilidade	58
3.1.4 As componentes da sustentabilidade	66
3.1.5 Indicadores de desenvolvimento	80
3.1.6 Normalização e certificação associada à sustentabilidade	86
3.1.7 Sustentabilidade como novo paradigma ou utopia?	90
3.2 MODELOS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	94
3.2.1 Turismo de massas <i>versus</i> turismo alternativo e de nichos	94
3.2.2 Planeamento e desenvolvimento turístico	101
3.2.3 Planeamento turístico – Rumo à sustentabilidade	110
3.2.4 Impactes do turismo	121
3.2.5 A qualidade como fulcro da competitividade e da sustentabilidade	126
3.2.6 Turismo responsável	131
3.3 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NAS ILHAS DE PEQUENA DIMENSÃO	140
3.3.1 Imagem e particularidades dos territórios insulares	140
3.3.2 Especificidades das economias das ilhas de pequena dimensão	145

3.3.3	Desenvolvimento turístico nas ilhas de pequena dimensão	152
3.3.4	Ilhas de águas quentes versus águas frias.....	160
3.4	TURISMO NA NATUREZA.....	162
3.4.1	Emergência e conceptualização do turismo na natureza	162
3.4.2	O turismo de (na) natureza em Portugal.....	182
3.4.3	O setor da animação turística em Portugal.....	187
PARTE II – CASO DE ESTUDO, O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES		194
4.	METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	194
4.1	MODELO CONCEPTUAL DA INVESTIGAÇÃO	194
4.2	UNIVERSO E AMOSTRA	198
4.3	DESENHO DO QUESTIONÁRIO	203
4.4	APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	208
4.5	TRATAMENTO DOS DADOS E TÉCNICAS ESTATÍSTICAS	209
5.	OS AÇORES NO CONTEXTO DOS TIPD.....	211
5.1	OS AÇORES: INSULARIDADE E DESENVOLVIMENTO	211
5.2	POSIÇÃO E TERRITÓRIO	214
5.3	ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO	218
5.4	AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS.....	224
5.5	DEMOGRAFIA E SOCIEDADE	227
5.6	POLÍTICA E GOVERNANÇA	230
6.	OS AÇORES – TURISMO EM ILHAS DE TRANSIÇÃO	234
6.1	O TURISMO NOS AÇORES – PLANEAMENTO E IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA	234
6.2	A ATIVIDADE TURÍSTICA NOS AÇORES	237
7.	PERCEÇÃO DOS <i>STAKEHOLDERS</i> DO TURISMO NA RAA.....	251
7.1	INTRODUÇÃO À APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	251
7.2	CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS INQUIRIDOS.....	253
7.3	PERCEÇÃO DOS <i>STAKEHOLDERS</i> SOBRE A ATIVIDADE TURÍSTICA NA RAA	257
7.3.1	Considerações gerais	257
7.3.2	Acessibilidades.....	258
7.3.3	Oferta	261
7.3.4	Forças e fraquezas	263
7.3.5	Potencialidades e desenvolvimento turístico	266
7.3.6	Modelos e planeamento turístico.....	270
7.3.7	Gestão turística	272
7.3.8	Informação e promoção turística.....	276
7.3.9	Sustentabilidade e responsabilidade	278
7.3.10	Qualidade e competitividade.....	281
7.4	PERCEÇÃO DOS <i>STAKEHOLDERS</i> SOBRE O TURISMO NA NATUREZA NOS AÇORES.....	286
7.4.1	Considerações gerais	286

7.4.2	Oferta de produtos com base no TN	286
7.4.3	Potencialidades dos produtos de TN.....	289
7.4.4	Importância do produto TN.....	291
7.4.5	Desenvolvimento e gestão do turismo na natureza	292
7.4.6	Sustentabilidade e gestão ambiental.....	294
7.4.7	Medidas para desenvolver o TN.....	297
7.5	STAKEHOLDERS: ANIMAÇÃO TURÍSTICA E MARÍTIMO-TURÍSTICA	299
7.5.1	Considerações gerais	299
7.5.2	Caracterização do setor ATMT.....	300
7.5.3	Boas práticas e sistemas de gestão ambiental e de qualidade na ATMT	305
7.5.4	Principais dificuldades do setor ATMT.....	306
7.6	SÍNTESE DA ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PERCEÇÃO DOS STAKEHOLDERS	307
8.	MODELO EMPÍRICO DE DESENVOLVIMENTO PARA OS TIPD DE TRANSIÇÃO	311
8.1	AÇORES – O TURISMO E A NATUREZA COMO IMOS DE DESENVOLVIMENTO	311
8.1.1	Sistema turístico integrado no macrossistema regional	314
8.1.2	Forças e limitações.....	316
8.1.3	Representações.....	317
8.1.4	Acessibilidades.....	318
8.1.5	Planeamento e gestão – responsabilidade e governança	320
8.1.6	Procura e oferta.....	323
8.1.7	Atores e espaço social.....	326
8.1.8	Produtos - recursos e serviços.....	327
8.1.9	Qualidade, experiências e emoções.....	333
8.1.10	Desenvolvimento turístico responsável	335
8.2	BASES PARA UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO PARA OS TIPD.....	337
8.2.1	Modelos e planeamento turístico.....	337
8.2.2	Especificidades das ilhas de transição	341
8.2.3	Limitações e visão crítica em torno do conceito da sustentabilidade.....	343
8.2.4	A qualidade dos destinos e dos serviços adaptada aos TIPD.....	346
8.2.5	De uma abordagem holística do turismo a uma visão sistémica	348
8.2.6	O modelo concetual - Turismo nos TIPD de transição	355
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	361
9.1	SÍNTESE - PRINCIPAIS RESULTADOS	361
9.2	CONCLUSÃO	372
9.3	LIMITAÇÕES E ORIENTAÇÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	377
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	379
	ANEXOS.....	408
	ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO AOS STAKEHOLDERS DO TURISMO DOS AÇORES.....	409
	ANEXO 2 – CENÁRIOS DE CRESCIMENTO DO TURISMO NA RAA.....	413

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Áreas de enquadramento da tese	7
Figura 2 Eixos e dimensões do estudo	7
Figura 3 Paradigma do modelo de desenvolvimento turístico do estudo	9
Figura 4 Áreas de abordagem da investigação	11
Figura 5 Áreas de abordagem da investigação	14
Figura 6 Áreas de investigação associadas ao enquadramento teórico da tese e do território de aplicação ..	15
Figura 7 Estrutura da investigação	16
Figura 8 Uso do tempo no quotidiano	20
Figura 9 Turismo recetivo por motivo de visita em 2011	24
Figura 10 Noção de turista	26
Figura 11 Chegadas de turistas internacionais por região, 1950 – 2030	34
Figura 12 Hóspedes e receitas turísticas em Portugal, 2004 – 2010	41
Figura 13 Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos em Portugal no ano de 2010	44
Figura 14 Hóspedes totais e estrangeiros em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos em Portugal no ano de 2010	44
Figura 15 Dormidas e hóspedes por região turística em 2010	45
Figura 16 Árvore genealógica da economia – principais correntes económicas de Adam Smith a Keynes ...	56
Figura 17 Do crescimento ao desenvolvimento sustentável	61
Figura 18 Marcos em direção ao desenvolvimento sustentável	63
Figura 19 Desenvolvimento sustentável na confluência das suas três componentes	66
Figura 20 Perspetiva fraca e forte do desenvolvimento sustentável	69
Figura 21 Percurso e dimensões da sustentabilidade forte	72
Figura 22 Cenários que projetam os impactes dos riscos ambientais sobre as perspetivas do desenvolvimento humano até 2050	78
Figura 23 Sistema turístico básico	112
Figura 24 Modelos teóricos de Inskeep e SISTUR	114
Figura 25 Geração de capacidades competitivas rumo ao desenvolvimento turístico sustentável	117
Figura 26 Etapas básicas do processo de planificação turística	117
Figura 27 Modelo de ciclo de vida dos destinos	118
Figura 28 Estágios da atitude dos residentes perante os turistas: Índice de Irritação de Doxey	122
Figura 29 Etapas do processo de LAC - limites da mudança aceitável	124
Figura 30 Diagrama referencial para o sistema de gestão da qualidade QUALITEST	127
Figura 31 Entidades e componentes do processo de avaliação da qualidade dos destinos	128
Figura 32 O desenvolvimento responsável como processo do desenvolvimento sustentável	133
Figura 33 Os sete temas centrais de responsabilidade social	136
Figura 34 Aferição do grau de responsabilidade turística	139
Figura 35 Peso das receitas do turismo internacional nas exportações e contribuição para o PNB dos SIDS, em 2009	155
Figura 36 Do turismo natureza ao ecoturismo	170
Figura 37 Conceitos de turismo de aventura e de turismo ativo no âmbito do turismo na natureza	177
Figura 38 Turismo na natureza numa perspetiva alargada e a confluência com outros produtos	178
Figura 39 Tipologia dos subprodutos registados pelas empresas de animação turística e marítimo-turística em Portugal Continental em novembro de 2012	190

Figura 40 Atividades terrestres, aquáticas e aéreas, registadas pelas empresas de animação turística e marítimo-turística em Portugal Continental em novembro de 2012	190
Figura 41 Principais áreas da investigação	195
Figura 42 Hipóteses gerais da investigação	197
Figura 43 Arquipélago dos Açores	212
Figura 44 Análise SWOT para o território dos Açores, conjugada com os traços da insularidade	213
Figura 45 Posição geográfica dos Açores com ortodrómica dos 2.000 e 4.000 km	214
Figura 46 Infraestruturas portuárias e aeroportuárias na RAA.....	215
Figura 47 Principais pontos fracos do destino Açores segundo os <i>stakeholders</i> do turismo	215
Figura 48 Fundos do QREN executados por habitante até 30 junho 2012.....	219
Figura 49 PIB <i>per capita</i> em Portugal, por NUTS II, 2000-2009	219
Figura 50 Evolução da população açoriana de 1900 a 2010	228
Figura 51 Modelo Territorial da RAA	232
Figura 52 Hóspedes e taxa de crescimento anual, RAA 1982-2012	238
Figura 53 Viagens realizadas em Portugal, segundo os principais motivos - 2011	240
Figura 54 Taxa de sazonalidade e hóspedes por mês em 2011 na RAA 1982-2012.....	240
Figura 55 Cenários PENT e POTRAA e crescimento da procura	241
Figura 56 Oferta de alojamento nos Açores	242
Figura 57 Hóspedes totais por país de residência - Açores 2011	244
Figura 58 Hóspedes e dormidas por ilha em 2011	245
Figura 59 Hóspedes e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por país de residência - Açores 2011 ...	246
Figura 60 Características determinantes na escolha do destino Açores	246
Figura 61 Estrutura das opiniões dos turistas - 2005	249
Figura 62 Q2 - Ilha de residência e grupo de stakeholders	254
Figura 63 Q3 - Principal cargo ou função que exerce na entidade.....	254
Figura 64 Q4 – Atividade profissional no setor do turismo ou hotelaria	255
Figura 65 Satisfação com as acessibilidades na região e com o exterior	258
Figura 66 Satisfação com as acessibilidades na região e com o exterior.....	259
Figura 67 Satisfação com as acessibilidades - custos dos voos para o exterior	259
Figura 68 Satisfação com as acessibilidades - variáveis com diferenças estatísticas significativas.....	260
Figura 69 Grau de importância da melhoria das acessibilidades para o desenvolvimento do turismo	260
Figura 70 Satisfação com a oferta de recursos, de equipamentos e de serviços turísticos	261
Figura 71 Satisfação com a diversidade de serviços de ATMT e com os serviços das agências de viagem ..	262
Figura 72 Principais pontos fortes do destino Açores.....	263
Figura 73 Os pontos fortes dentro do grupo ambiente e paisagem natural	263
Figura 74 Principais pontos fracos do destino Açores.....	264
Figura 75 Opinião sobre a fase atual de desenvolvimento turístico da RAA.....	266
Figura 76 Potencial de desenvolvimento turístico a médio prazo.....	267
Figura 77 Potencial de desenvolvimento dos produtos turísticos na RAA	268
Figura 78 Potencial de desenvolvimento dos produtos - variáveis com diferenças estatísticas significativas .	269
Figura 79 Procura turística ao longo do ano	269
Figura 80 Concordância e indicações sobre o modelo de desenvolvimento turístico da RAA	270
Figura 81 Modelo de desenvolvimento turístico e privilegiar o turismo nas ilhas com maior potencial.....	271
Figura 82 Satisfação com a gestão e monitorização da atividade turística.....	272

Figura 83 Grau de concordância com questões associadas à gestão turística	273
Figura 84 Necessidade em reforçar significativamente o investimento no turismo.....	273
Figura 85 Satisfação com o contributo das entidades para o desenvolvimento do turismo na RAA.....	274
Figura 86 Contributo das entidades para o desenvolvimento do turismo – variáveis com diferenças estatísticas significativas	275
Figura 87 Satisfação com a promoção e informação turística.....	276
Figura 88 Satisfação com a promoção institucional da RAA.....	277
Figura 89 Grau de importância na aposta na promoção via internet e na melhoria da informação	277
Figura 90 Concordância com aspetos relacionados com a sustentabilidade e turismo responsável	279
Figura 91 Sustentabilidade e turismo responsável – variáveis com diferenças estatísticas significativas....	280
Figura 92 Grau de importância da implementação de iniciativas associadas ao turismo sustentável	280
Figura 93 Satisfação com a qualidade e competitividade dos serviços turísticos e recursos humanos	281
Figura 94 Qualidade e competitividade – variáveis com diferenças estatísticas significativas	283
Figura 95 Satisfação com o nível de qualidade e competitividade dos serviços turísticos e do destino	284
Figura 96 A RAA é atualmente um destino turístico competitivo à escala internacional	284
Figura 97 Importância na aposta na inovação e no apoio ao empreendedorismo local.....	285
Figura 98 Estado da oferta dos produtos turísticos associados à natureza	287
Figura 99 Estado da oferta dos produtos turísticos associados à natureza - <i>Touring</i> paisagístico.....	287
Figura 100 Oferta de serviços e condições para o TN.....	288
Figura 101 Oferta de rotas, itinerários e trilhos para os diversos nichos de mercado de TN.....	288
Figura 102 Potencial de desenvolvimentos dos produtos turísticos associados à natureza	289
Figura 103 Oferta <i>versus</i> potencial de desenvolvimentos dos produtos turísticos associados à natureza ..	290
Figura 104 Importância do TN.....	291
Figura 105 Concordância com o desenvolvimento e gestão associado ao TN	292
Figura 106 Desenvolvimento e gestão do TN – variáveis com diferenças estatísticas significativas.....	293
Figura 107 Concordância com aspetos relacionados com a sustentabilidade e turismo responsável	294
Figura 108 Sustentabilidade e turismo responsável - variáveis com diferenças estatísticas significativas ..	295
Figura 109 Concordância com diversas medidas para promover o desenvolvimento do TN	297
Figura 110 Número de empresas ATMT nos Açores (2012).....	300
Figura 111 Empresas AT e MT ativas com TN por ilha (2012).....	301
Figura 112 Peso da atividade do setor ATMT de junho a setembro (2011)	302
Figura 113 Principais tipos de atividade do setor de ATMT (2011)	302
Figura 114 Principais dificuldades no setor ATMT.....	306
Figura 115 Diferenças estatísticas significativas entre variáveis por grupo de <i>stakeholders</i>	310
Figura 116 Elementos e estrutura base do modelo de desenvolvimento turístico para a RAA	313
Figura 117 As forças do turismo dos Açores.....	316
Figura 118 Principais pontos fortes do destino Açores segundo os stakeholders do turismo	317
Figura 119 Características determinantes na escolha do destino Açores.....	317
Figura 120 Satisfação dos <i>stakeholders</i> com as acessibilidades aéreas e marítimas na região e com o exterior ..	318
Figura 121 Satisfação com a política e gestão turística e com o modelo de desenvolvimento turístico vigente ..	320
Figura 122 Grau de adequação dos investimentos turísticos e da promoção institucional	323
Figura 123 Oferta e potencial desenvolvimento dos produtos turísticos associados à natureza	324
Figura 124 Exemplos de atividades de turismo de aventura e suas potencialidades por ilha	332

Figura 125 Satisfação dos <i>stakeholders</i> com a qualidade e o preço dos serviços turísticos dos Açores	334
Figura 126 Grau de importância atribuída pelos <i>stakeholders</i> à implementação de medidas de sustentabilidade .	335
Figura 127 Vetores estruturantes do desenvolvimento turístico sustentável	339
Figura 128 Da perspetiva holística do turismo à visão sistémica do território	349
Figura 129 O sistema território como um conjunto de subsistemas em inter-relação.....	350
Figura 130 Ferramentas e métodos de análise e de compreensão da evolução de um território	350
Figura 131 Estrutura geral do modelo SDITIT	356
Figura 132 Modelo SDITIT aplicado ao turismo	357

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 A procura e a receita turística em Portugal	40
Quadro 2 Principais marcos no âmbito do desenvolvimento sustentável.....	65
Quadro 3 Principais índices e indicadores associados à sustentabilidade ambiental	83
Quadro 4 Exemplos de <i>ecolabels</i> mais referenciados.....	89
Quadro 5 Exemplos de <i>ecolabels</i> específicos do setor do turismo.....	89
Quadro 6 Critérios de definição e principais grupos dentro dos TIPD.....	143
Quadro 7 Proposta de classificação das águas do mar considerando o conforto para banhos	161
Quadro 8 Importância do segmento turismo na natureza na motivação dos turistas.....	163
Quadro 9 Definição de turismo na natureza.....	165
Quadro 10 Principais atividades de animação e desportos na natureza.....	187
Quadro 11 Empresas de AT e MT registadas em novembro de 2012	189
Quadro 12 Objetivos e dimensões da investigação empírica aplicada ao turismo na RAA.....	196
Quadro 13 Universo	202
Quadro 14 Estudos considerados nesta investigação empírica	203
Quadro 15 Questões por dimensão e variáveis.....	205
Quadro 16 Acessibilidades comparativas entre os Açores, a Madeira e as Canárias em 2012	216
Quadro 17 Superfície e população nos Açores em 2011	227
Quadro 18 Caracterização da atividade turística em Portugal e por NUTS II.....	237
Quadro 19 Empresas de animação turística e marítimo-turística registadas e ativas em 2012.....	247
Quadro 20 Principais abreviaturas utilizadas na apresentação dos resultados do questionário.....	251
Quadro 21 Diferenças estatísticas significativas entre variáveis por grupo de <i>stakeholders</i>	252
Quadro 22 Inquiridos por ilha de residência e por grupo de <i>stakeholders</i>	253
Quadro 23 Q4 - Profissão no setor do turismo ou hotelaria	255
Quadro 24 Q5 - Habilitações literárias	256
Quadro 25 Q6 - Formação específica na área do turismo ou hotelaria.....	256
Quadro 26 Satisfação com as acessibilidades na região e com o exterior	258
Quadro 27 Grau de importância da melhoria das acessibilidades para o desenvolvimento do turismo.....	260
Quadro 28 Satisfação com a oferta de recursos, de equipamentos e de serviços turísticos.....	261
Quadro 29 Principais pontos fortes do turismo da RAA.....	264
Quadro 30 Principais pontos fracos do turismo da RAA	265
Quadro 31 Opinião sobre a fase atual de desenvolvimento turístico da RAA	266
Quadro 32 Importância da atividade turística para a região.....	266
Quadro 33 Potencial de desenvolvimento turístico a médio prazo (5 a 10 anos)	267
Quadro 34 Potencial de desenvolvimento dos produtos turísticos na RAA.....	268
Quadro 35 Procura turística ao longo do ano.....	269
Quadro 36 Concordância e indicações sobre o modelo de desenvolvimento turístico da RAA.....	270
Quadro 37 Satisfação com a gestão e monitorização da atividade turística	272
Quadro 38 Grau de concordância com questões associadas à gestão turística	273
Quadro 39 Satisfação com o contributo das entidades para o desenvolvimento do turismo na RAA	274
Quadro 40 Satisfação com a promoção e informação turística	276
Quadro 41 Grau de importância na aposta na promoção via internet e na melhoria da informação	277
Quadro 42 Grau de concordância com aspetos relacionados com a sustentabilidade e turismo responsável...278	

Quadro 43 Grau de importância da implementação de iniciativas associadas ao turismo sustentável	280
Quadro 44 Satisfação com a qualidade e competitividade dos serviços turísticos e recursos humanos	281
Quadro 45 Satisfação com o nível de qualidade e competitividade dos serviços turísticos e do destino	283
Quadro 46 Grau de importância da implementação de iniciativas associadas à competitividade	285
Quadro 47 Estado da oferta dos produtos turísticos associados à natureza	287
Quadro 48 Oferta de serviços e condições para o TN.....	288
Quadro 49 Potencial de desenvolvimentos dos produtos turísticos associados à natureza	289
Quadro 50 Oferta versus potencial de desenvolvimento dos produtos turísticos associados à natureza	290
Quadro 51 Importância do TN.....	291
Quadro 52 Concordância com o desenvolvimento e gestão associado ao TN	292
Quadro 53 Concordância com aspetos relacionados com a sustentabilidade e gestão ambiental	294
Quadro 54 Concordância com diversas medidas para promover o desenvolvimento do TN	297
Quadro 55 Oferta de serviços por atividade das empresas de AMT ativas em 2012	303
Quadro 56 Clientes que realizaram atividades de observação de cetáceos em 2011.....	304
Quadro 57 Importância da implementação na empresa de sistemas de qualidade e boas práticas	305
Quadro 58 Principais dificuldades no setor ATMT	306
Quadro 59 Importância da implementação de sistemas de qualidade e boas práticas no setor da AT	336
Quadro 60 Cenários de crescimento do setor do turismo.....	413

SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ALT	Alojamento turístico
AOSIS	Alliance of Small Island States
ART	Associação Regional de Turismo dos Açores
AT	Animação Turística
ATA	Associação de Turismo dos Açores
ATMT	Animação turística e marítimo-turística
AV	Agências de viagem e turismo
CE	Comissão Europeia
CEN	Comissão Europeia para a Normalização
CNUDS	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
COR	Corvo (ilha)
CST	Conta Satélite do Turismo
CTP	Confederação do Turismo Português
DRT	Direção Regional do Turismo dos Açores
EMAS	Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria
EUA	Estados Unidos da América
EUROSTAT	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FAI	Faial (ilha)
FLO	Flores (ilha)
GR	Entidades do Governo Regional
GRA	Graciosa (ilha)
GT	Guias turísticos
I&E	Investigadores e Especialistas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPQ	Instituto Português da Qualidade
ISO	Organização Internacional de Normalização (International Organization for Standardization)
IUCN	International Union for Conservation of Nature and Natural Resources

MT	Marítimo-turístico
NU ou ONU	Nações Unidas, ou Organização das Nações Unidas (ver também UN)
NUTS	Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos
OFCs	Offshore Financial Centres
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PEAT	Plano Estratégico de Animação Turística
PEMRA	Plano Estratégico de <i>Marketing</i> da Região dos Açores
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PEOT	Planos Especiais de Ordenamento do Território
PI	Parque Ilha
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Pico (ilha)
PL	Poder Local
PNB	Produto Nacional Bruto
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNTN	Programa Nacional de Turismo de Natureza
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
POTRAA	Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores
PROTA	Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAA	Região Autónoma dos Açores
RIET	Recomendações Internacionais para as Estatísticas de Turismo
RNAAT	Registo Nacional de Agentes de Animação Turística
RUP	Regiões Ultraperiféricas
SIDS	Small Island Developing States (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento)
SDITIT	Sistema de Desenvolvimento Integrado para os Territórios Insulares de Transição

SJO	São Jorge (ilha)
SMA	Santa Maria (ilha)
SMI	São Miguel (ilha)
SRAM	Secretaria Regional do Ambiente e do Mar da RAA
SREA	Serviço Regional de Estatística dos Açores
SWOT	Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)
TER	Turismo em Espaço Rural
TER	Terceira (ilha)
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TIES	The International Ecotourism Society
TIPD	Territórios Insulares de Pequena Dimensão
TN	Turismo na Natureza
TP	Turismo de Portugal
UE	União Europeia
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UN	United Nations
UNEP	United Nations Environment Programme
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNWTO	United Nations World Tourism Organization / World Tourism Organization
VAB	Valor Acrescentado Bruto
WTTC	World Travel and Tourism Council
ZEE	Zona Económica Exclusiva
3S	<i>Sea, Sand and Sun</i> (produto sol, praia e mar ou balnear)
σ	Desvio padrão
\bar{X}	Média
p	<i>p-value</i>

PARTE I – ENQUADRAMENTO E CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

“Investigação no âmbito de um paradigma deve ser uma forma particularmente eficaz de induzir mudança de paradigma.”

Thomas Kuhn (1962: 52)

1.1 ENQUADRAMENTO E INVESTIGAÇÃO EM TURISMO

O turismo é um fenómeno complexo que apenas ganhou dimensão e escala muito recentemente. Apresentando até ao início do século XX uma relevância residual, este setor alcançou, na segunda metade desse século, um crescimento e uma importância ímpares, que o colocam hoje num patamar cimeiro da economia mundial. A sua atual relevância ultrapassa, em muito, a dimensão económica, constituindo tanto uma importante força indutora de mudanças, a nível da globalização e modernidade, como contribuindo para a valorização das geografias e culturas periféricas, à escala macro e local. O turismo e o lazer constituem assim uns dos principais marcos da civilização contemporânea, em especial nos países desenvolvidos, nos quais as populações generalizaram o direito ao tempo livre e ao lazer que, associados à crescente mobilidade e a melhores rendimentos, estimularam as viagens e, conseqüentemente, a atividade turística.

Em termos geográficos, as mudanças são também expressivas, com o aumento da dispersão da atividade turística a levar ao desenvolvimento de novos destinos e conseqüentemente estimulando a concorrência (Butler, 1997).

A recente afirmação do setor explica a existência de constrangimentos associados a uma certa imaturidade mas, simultaneamente, a sua juventude aporta vantagens que se traduzem numa melhor adaptação à evolução dos paradigmas sociais e às novas dinâmicas, das quais se destaca a globalização. Uma miríade de vantagens, oportunidades e riscos confluem temporal e espacialmente levando alguns destinos para caminhos de quimeras voláteis e outros para percursos mais sustentáveis.

Os especialistas rapidamente identificaram as conseqüências nefastas desse extraordinário crescimento, defendendo e adotando estratégias e modelos de desenvolvimento para melhorar a competitividade dos destinos e reforçar a importância do papel do planeamento e dos valores da sustentabilidade ambiental, social e económica.

Mas, as mudanças de paradigma têm sido bastante mais expressivas na teoria do que na prática, identificando-se frequentemente alguma incoerência entre decisores e planos

recheados de palavras abonadas, prometendo a sustentabilidade, o desenvolvimento centrado na melhoria da qualidade de vida das populações locais e a valorização do património e uma prática que, embora abarque algumas correções benéficas, dista substancialmente do definido nos instrumentos de planeamento. Esta assincronia parece também afetar a investigação em turismo por diversas razões, das quais se destacam as seguintes:

- ▶ A imaturidade do setor, que condiciona a afirmação da investigação em turismo como uma área de estudo sólida e substanciada em princípios e teorias;
- ▶ A grande concentração dos estudos aplicados, baseados em análises estritamente quantitativas e muitas vezes sem a devida sustentação teórica;
- ▶ A subjetividade de alguns estudos, que visam objetivos predefinidos encomendados por decisores e investidores e que recorrem frequentemente a informação baseada em metáforas quantitativas deslocadas de um paradigma assente no enfoque local e na sustentabilidade;
- ▶ O seguidismo da investigação em relação às modas vigentes¹;
- ▶ A existência de diversos mitos associados à realidade do turismo;
- ▶ A elevada dependência do setor, das dinâmicas regionais e internacionais, onde causas e consequências são cada vez mais globais, céleres e difíceis de prever;
- ▶ A existência de importantes limitações associadas aos dados estatísticos disponíveis, recorrendo-se a parâmetros de difícil mensurabilidade;
- ▶ A dificuldade em se estabelecerem consensos sobre alguns dos conceitos-base do turismo, ou estes serem vagos e permitirem diferentes interpretações.

Para superar os constrangimentos referidos, é necessário, antes de mais, promover “o reforço da posição e da credibilização do turismo [que] passa necessariamente pelo aprofundamento da investigação em torno das várias formas que pode assumir” (Silva, 2009: 1). Embora a investigação em turismo esteja em pleno crescimento, é uma área de estudo relativamente recente (Krippendorf, 2001) e carente de “uma sólida base teórica” (Sinclair e Sabler, 1991: 16).

Outro aspeto relevante resulta de existirem duas comunidades distintas a desenvolver investigação em turismo: a académica e a dos profissionais deste setor, com prioridades, metodologias e literaturas distintas (Dunn, 1980; Hannam, 2002; Xiao e Smith, 2006), sendo comum o grupo dos profissionais menosprezarem, ou mesmo considerarem irrelevante, a investigação desenvolvida pelos académicos (Jordan e Roland, 1999).

¹ Noção que levou mesmo René Dubos a escrever o artigo “*We are slaves to fashion in research*” em 1967, e que, apesar de já ter diversas décadas, mantém a atualidade.

Para Flick (2005), é essencial estabelecer pontes entre estas duas abordagens, uma mais centrada na utilização de um processo dedutivo e a outra no método indutivo, justificando que um mundo em acelerada mudança social necessita mais de estudos limitados no tempo, no espaço e na situação, do que grandes narrativas e teorizações.

Outra área de discussão reporta-se à oportunidade dos estudos de turismo se enquadrarem no âmbito de uma disciplina específica. Embora, estejamos perante uma área predominantemente multidisciplinar, a investigação em turismo tanto pode ser desenvolvida pelas ciências já afirmadas (Geografia, Economia, Sociologia, etc.), como através de uma disciplina própria. Muitos autores, como Gragum e Jafari (1991), Pearce e Butler (1993), Gunn (1994), Tribe (2003) e Silva (2004), consideram que a abrangência e complexidade do setor impedem que “uma única disciplina possa assegurar a abordagem ou o tratamento ao fenómeno do turismo” (Silva, 2009: 2).

Outros investigadores, como Ryan (1997), Gunn (1988), Hoerner (2000), Weaver e Oppermann (2000) e Hall *et al.* (2004), defendem que a investigação no turismo se afirma cada vez mais como uma disciplina autónoma, ou mesmo como uma ciência, mas reconhecem a necessidade de se garantir a perspetiva multidisciplinar e abrangente, o que é reforçado pela crescente tendência dos estudos apresentarem uma abordagem holística dos destinos e dos fenómenos turísticos. A abrangência desta área de estudo é igualmente abordada por Simões (2009: 15), quando afirma que “as atividades de lazer e turismo, além de revelarem uma dimensão espacial inequívoca, sustentando processos de acelerada ocupação e transformação do espaço e de intensa interação entre lugares, têm uma relevância societal e económica cada vez maior”.

As opiniões continuam a estar divididas, mas é expectável que a tendência seja a afirmação de uma disciplina própria, de que parece ser prova a multiplicação de cursos e revistas científicas na área do turismo e o desenvolvimento da investigação aplicada a este setor.

Outra tendência importante consiste no alargamento do objeto do turismo, que se enquadra num sistema cada vez mais amplo e complexo e procura aplicar várias abordagens, diversificando ainda mais o seu campo multidisciplinar (Martins, 2004). Essa dispersão e alargamento a outras áreas como a Antropologia ou a Biologia, poderão mesmo ser catalisadores da individualização do turismo como uma ciência, por levarem à redução da dependência das disciplinas que tradicionalmente dominam a investigação neste setor. Segundo Cunha (2009: 129), é essa multiplicidade de ramos do saber que vai “permitir identificar a verdadeira natureza do turismo como ciência, ou corpo de conhecimento com identidade própria”.

Mesmo que o turismo se venha a afirmar como uma disciplina autónoma, certamente que a investigação em torno do mesmo continuará também a ser realizada a partir de outros ramos. Pelo seu carácter multidisciplinar, a Geografia é uma das ciências que melhor se posiciona para desenvolver investigação em turismo, especialmente em projetos de abordagem holística ou sistémica e forte componente espacial, como é o caso da investigação desenvolvida nesta tese. Segundo Sinclair e Sabler (1991: 15), “os quadros analíticos em que o turismo tem sido estudado são largamente construídos pelos geógrafos. Isto é explicado tanto porque eles fizeram uma rápida entrada em campo, como porque o turismo se enquadra no seu meio natural, dado o seu carácter espacial”.

De facto, apesar do turismo ser um fenómeno complexo que encerra múltiplas dimensões, a territorialidade é um aspeto aglutinador, não só porque o setor tem como base a deslocação entre lugares, mas também por ser uma atividade que produz e consome espaços, sendo assim responsável por novas territorialidades (Rodrigues, 2001). Castro (2006: 46) reforça esta ideia, ao afirmar que “território, paisagem e lugar – categorias que imprimem identidade ao conhecimento geográfico, permitindo a interpretação de fenómenos com dimensão espacial – são os esteios sobre os quais a atividade turística se processa”, e acrescenta que o “fulcro da relação geográfica e turismo é o facto do deslocamento espacial se situar no centro da prática social do turismo, uma vez que os produtos turísticos são consumidos *in situ*, e a demanda é que se desloca” (Castro, 2006: 30).

Contudo, em Portugal, a Geografia demorou a ocupar um espaço de relevo no âmbito da investigação em turismo. Carminda Cavaco, na conferência inaugural do 1º Colóquio Internacional de Geografia do Lazer e do Turismo, realizado em maio de 1996 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, lamentou o facto de “os lazeres e seus territórios não terem merecido ainda atenção suficiente por parte das Ciências Sociais e, em particular, por parte da Geografia, não obstante a importância crescente que lhes vem sendo atribuída pela maior parte da população dos países mais desenvolvidos” (Simões, 1996: 143).

Apesar da importância que a atividade turística passou a desempenhar na economia e na sociedade portuguesa, a partir das últimas décadas do século XX, não foi só a Geografia que demorou a interessar-se pela área de investigação em torno do turismo. Segundo Ferraz (2008: 14), no que se refere “à abordagem sociológica ao turismo, a produção científica é ainda muito diminuta, em particular se a compararmos com as outras áreas científicas como é o caso da Geografia ou da Economia”.

Independentemente da ciência de base e da demora em reconhecer a importância desta área de pesquisa, atualmente o turismo afirma-se como um campo de estudo fundamental,

sendo essencial que se promova a investigação empírica, preferencialmente articulada com a base teórico-prática associada ao planeamento e à gestão territorial. Segundo Castro (2006: 294), só assim é “possível superar a crítica pertinente sobre o predomínio do descritivismo e *denuncismo* que têm caracterizado a análise dos efeitos desfavoráveis do turismo na produção do conhecimento dessa abordagem”.

De facto, a investigação empírica em turismo necessita de estabelecer laços fortes com os estudos aplicados - frequentemente desenvolvidos por profissionais do setor sem ligações à comunidade académica - para estimular o cruzamento das diferentes perspetivas. Por sua vez, os estudos aplicados têm muito a ganhar se forem complementados pela investigação em torno da análise teórica do turismo (Davis, 2001; Hughes, 1992) e por uma análise crítica às políticas de desenvolvimento (Butler, 1997; Hannam, 2002). Certamente, o ideal passa por estudos aplicados a substanciarem-se em teorias decorrentes de uma investigação predominantemente académica que, por sua vez, recorre a estudos práticos para sua validação no terreno, estabelecendo ciclos evolutivos. A aplicação desta perspetiva de abordagem é precisamente um dos objetivos específicos da investigação desenvolvida no âmbito desta tese de doutoramento.

1.2 PROBLEMÁTICA E CONTORNOS DA INVESTIGAÇÃO

No âmbito da investigação em turismo, uma das principais áreas de interesse está associada ao desenvolvimento e planeamento dos destinos turísticos. Neste campo, os territórios insulares de pequena dimensão (TIPD) apresentam características específicas que justificam uma análise particular, pelo que estes espaços insulares adquiriram uma importância significativa na investigação teórica e aplicada, quer no âmbito da economia geral desses territórios, quer focalizada no desenvolvimento turístico (Baldacchino, 2007; Bernardie-Tahir, 2005; Briguglio *et al.*, 1996; Butler, 1993; Croes, 2006; Gargasson *et al.*, 2009; Hampton e Christensen, 2007; Ioannides, 1994; Lombard e Labescat, 2010; McElroy, 2006; Royle, 2001). Estes estudos consideram a divisão dos TIPD em dois grandes grupos, os constituídos pelas “ilhas de águas quentes” e os das “ilhas de águas frias”. Contudo, certamente que existem TIPD que não se podem encaixar em nenhum destes dois grupos, encontrando-se numa posição de transição e por isso constituindo uma potencial e promissora área de investigação.

Neste sentido, a investigação que se pretende desenvolver com esta tese parte do pressuposto que a atividade turística se constitui progressivamente como uma oportunidade para o desenvolvimento de muitos dos TIPD de transição, e que o desenvolvimento sustentável desses destinos necessita da adoção de um modelo de planeamento do território bem estruturado, que considere uma abordagem sistémica e diversos níveis de intervenção, desde o estratégico ao operacional. Este é um campo de investigação promissor, que simultaneamente pode contribuir para melhorar a competitividade desses destinos, racionalizar e priorizar o investimento e solucionar problemas associados aos atores e ao sistema turístico.

Estamos assim perante uma investigação inserida no âmbito das Ciências Sociais e enquadrada na esfera do desenvolvimento regional, que é direcionada para o planeamento turístico aplicado aos TIPD de transição, em particular nos quais o turismo na natureza possa constituir-se como produto estratégico e imagem de marca do destino.

Como ponto de partida pretende-se caracterizar as especificidades desses territórios, definir princípios para o desenvolvimento turístico sustentável dos mesmos e aplicá-los a um caso de estudo, especificamente ao Arquipélago dos Açores. Partindo dos modelos de desenvolvimento e de planeamento teóricos existentes que apresentam uma abordagem holística ao setor do turismo, procurar-se-á chegar a uma proposta simultaneamente abrangente e aplicada, partindo do nível macro até a um nível mais específico, considerando as particularidades dos TIPD de transição e da realidade do caso de estudo, que apresenta uma forte identificação com o turismo na natureza (Figura 1).

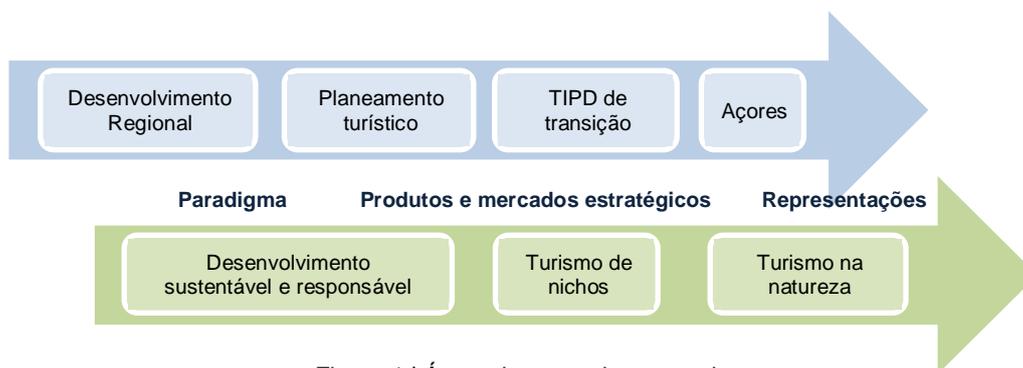


Figura 1 | Áreas de enquadramento da tese

A problemática é ampla e engloba diversos eixos de investigação fortemente interligados nas suas diversas dimensões, entre as quais a territorial e a associada ao tempo, conforme se esquetiza na figura 2.

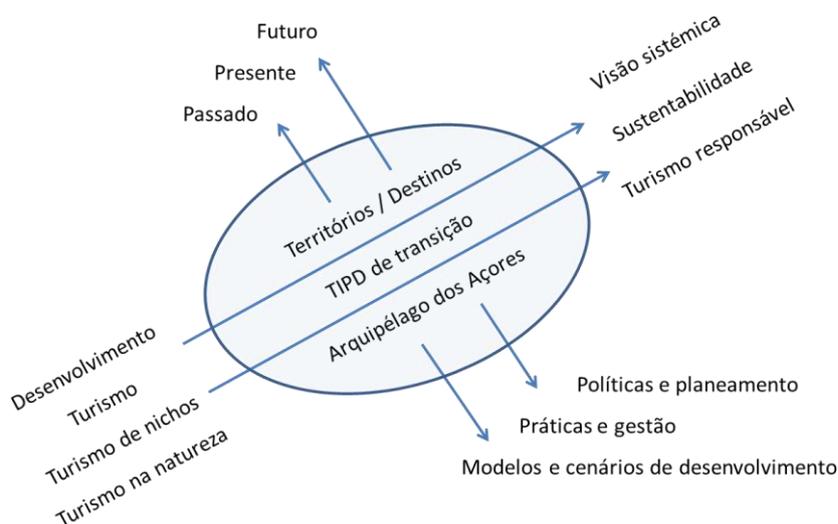


Figura 2 | Eixos e dimensões do estudo (Adaptado de Moreira, 2008: 28)

A oportunidade de desenvolvimento associada ao turismo nessas regiões encerra um conjunto de desafios, dos quais se destacam a necessidade de constituição de um destino turístico competitivo à escala global, com aportes que se traduzam essencialmente na melhoria da qualidade de vida das populações e na valorização do património.

Deparamo-nos assim com a necessidade de adoção de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável, paradigma assumido atualmente para a generalidade dos territórios e considerado nos instrumentos de planeamento mais recentes. Como poderá então este estudo contribuir para algo de novo em torno do planeamento regional e especificamente para o desenvolvimento turístico?

Desde logo, a abordagem direcionada para um grupo de ilhas pouco considerado, ou individualizado na investigação direcionada para os TIPD.

A proposta de um modelo de desenvolvimento específico para os TIPD de transição, tendo como base uma visão sistémica territorial, constitui um dos principais desafios desta investigação. Destaca-se igualmente a reflexão crítica sobre o desfasamento que se considera existir entre os paradigmas teóricos e a prática, nomeadamente entre as abordagens teóricas, os modelos sustentados nos instrumentos de planeamento e a gestão turística.

Certamente que parte desse desfasamento se justificará, seja pelas orientações impostas pelos decisores e lóbis, seja porque muitas vezes os planos estratégicos não são acompanhados por planos de ação devidamente estruturados, ou ainda porque a sua implementação não é adequadamente monitorizada e avaliada. De facto, muitas vezes a equipa que elabora os planos estratégicos termina o seu trabalho com a aprovação dos mesmos, sem acompanhar a sua implementação, monitorização e avaliação.

Por sua vez, se o arquétipo teórico se deslocou para a sustentabilidade e para a governança, a economia real apenas adotou parcialmente esses paradigmas, que frequentemente não servem para mais do que paliar a realidade. De facto, no que se refere às teorias económicas, após um período focalizado no crescimento e na concentração da riqueza, verificou-se nas últimas décadas uma mudança de paradigma para a sustentabilidade, que passou a estar incorporada, pelo menos “virtualmente”, em todos os planos estratégicos e modelos de desenvolvimento. Contudo, a economia real continua a ser maioritariamente ditada por interesses específicos dos políticos, dos *stakeholders* mais influentes e dos lóbis económicos e financeiros. Enquanto a generalidade dos investigadores, conscientes ou fascinados e influenciados pelo modismo do paradigma do desenvolvimento sustentável, assumem uma visão estratégica “mais nobre”, as forças da economia e dos decisores têm objetivos mais pragmáticos, ligados frequentemente a interesses próprios ou corporativistas. Estes aspetos são especialmente importantes nos TIPD, pela dificuldade em se tornarem competitivos numa economia aberta. Mas, se optarem pelo inverso, as oportunidades de desenvolvimento são geralmente ainda mais limitadas.

Outro fator relevante está associado à necessidade de mudança de paradigma para uma sociedade mais participativa e que valorize a governança em todos os níveis: local, regional, nacional e supranacional (Cooper e Hall, 2008). Hoje é assumido que os *stakeholders* e as populações em geral devem intervir diretamente no planeamento e na gestão. Contudo, atualmente essa intervenção é ainda muito limitada, geralmente incluída apenas na fase de consulta pública dos planos, com resultados limitados a aspetos pontuais. Segundo Freeman (2004), os princípios de uma organização ou da gestão dos recursos devem ter como base os direitos e benefícios de todos os *stakeholders*, sendo o

seu envolvimento essencial para uma gestão adequada. Byrd (2007: 6) reforça essa ideia e aplica-a aos destinos, considerando “que o desenvolvimento do turismo sustentável, para ser bem-sucedido, requer uma participação ativa dos *stakeholders* nos processos”. Esse envolvimento deve ainda ser reforçado pelo estabelecimentos de canais de comunicação interativos e participativos entre os diferentes níveis de *stakeholders*, para que estes se inteirem dos diferentes pontos de vista de cada grupo e se chegue a soluções e medidas de planeamento e de gestão turística que respondam mais ao interesse das comunidades do que de grupos particulares.

Perante este cenário é essencial que a investigação aposte numa profunda reflexão crítica sobre as oportunidades efetivas e percebidas pelo crescimento da atividade turística e os respetivos modelos de desenvolvimento propostos e implementados.

Considerando que em muitos dos TIPD de transição o turismo na natureza assume um papel estratégico mesmo preponderante, pretende-se desenvolver uma abordagem valorativa do turismo na natureza, potenciando os vários segmentos e nicho de mercado diretos ou a ele associados. Procurando alicerçar a cognição geográfica do território a conceitos como a natureza, a economia verde e a responsabilidade, certamente que é possível fortalecer as representações e a notoriedade dos TIPD de transição, e em particular dos Açores, apesar deste ser um território relativamente humanizado, em que predomina a paisagem cultural e com oferta relativamente limitada de turismo na natureza.

Assim, esta investigação aposta, desde logo, em dois campos distintos, mas complementares. O primeiro, de âmbito mais macro, envolve a problemática do desenvolvimento turístico dos TIPD de transição, procurando estabelecer-se qual, ou quais os modelos de desenvolvimento turístico mais adequados para esses territórios. O segundo é focalizado no modelo de desenvolvimento turístico do caso de estudo dos Açores. No que se refere ao paradigma de desenvolvimento, nomeadamente o campo da sustentabilidade, pretende-se verificar a oportunidade de se adotar um modelo mais abrangente, alargado a uma visão sistémica territorial, de acordo com o exposto na figura 3 e que, conforme será apresentado posteriormente, vai mais além do que as abordagens holísticas ao turismo.

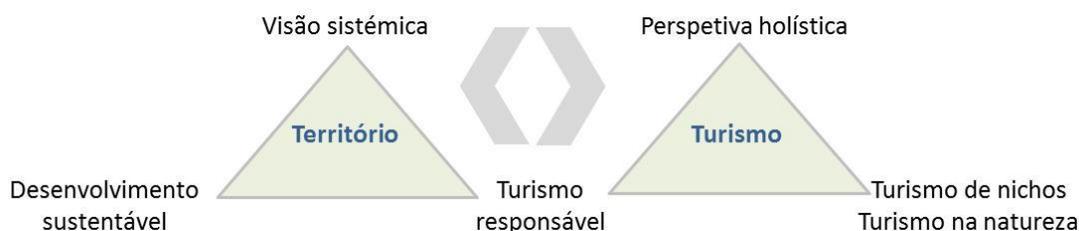


Figura 3 | Paradigma do modelo de desenvolvimento turístico do estudo

Como se depreende a partir desta contextualização, estamos perante um campo de investigação muito vasto, que certamente levaria a um trabalho de dimensão desmedido, pelo que se decidiu definir um enfoque mais específico, centrado nos produtos estratégicos dos destinos, neste caso o turismo na natureza, e direcioná-lo para o caso de estudo da Região Autónoma dos Açores (RAA).

A escolha deste objeto específico de estudo apresenta diversas justificações. Destacam-se o facto de se tratar de um tema emergente, de ser a principal área técnica e de investigação do autor e da expressiva dimensão que este produto turístico ocupa em muitos dos destinos insulares de pequena dimensão, em particular, no território que aqui se constitui como caso de estudo. Como referido anteriormente, embora o turismo nas ilhas de pequena dimensão esteja já amplamente estudado, geralmente a investigação incide sobre territórios de “águas quentes”, ou mais recentemente de “águas frias”, continuando pouco estudadas as situações de transição.

Assim, chegou-se à principal questão formulada que será ponto de partida para a investigação empírica que se pretende realizar:

- ▶ Qual o modelo de desenvolvimento turístico mais apropriado para os territórios insulares de pequena dimensão de transição e, em particular, para o arquipélago dos Açores?

Esta questão remete-nos desde logo para uma abordagem particular, focalizada no território de estudo e nas suas potencialidades turísticas, que estão muito centradas no turismo na natureza. Mas, conforme referido anteriormente, a investigação aplicada em turismo beneficiará com a sustentação teórica, precedida de uma fase exploratória, que permita implementar os procedimentos básicos da investigação defendidos por Quivy e Campenhoudt (1998): a rutura, a construção e a verificação, partindo do geral para o particular. Se no desenvolvimento deste estudo se vai adotar essencialmente uma abordagem *top-down*, em simultâneo serão consideradas as ligações como biunívocas, pelo que no final se poderá validar o modelo estabelecendo uma abordagem do micro para o macro, especialmente recorrendo à componente da investigação empírica com a aplicação de questionários aos *stakeholders* do turismo da região (Figura 4).

Essa ligação pode ainda ser estabelecida em círculo, sem ponto de partida ou de chegada, por ser difícil de estabelecer hierarquias de importância e temporalidade. A evolução tanto pode ser gradual como originar novos ciclos, estando esta muito dependente da evolução da capacidade competitiva, que é um fator chave para o desenvolvimento dos territórios periféricos de pequena dimensão.

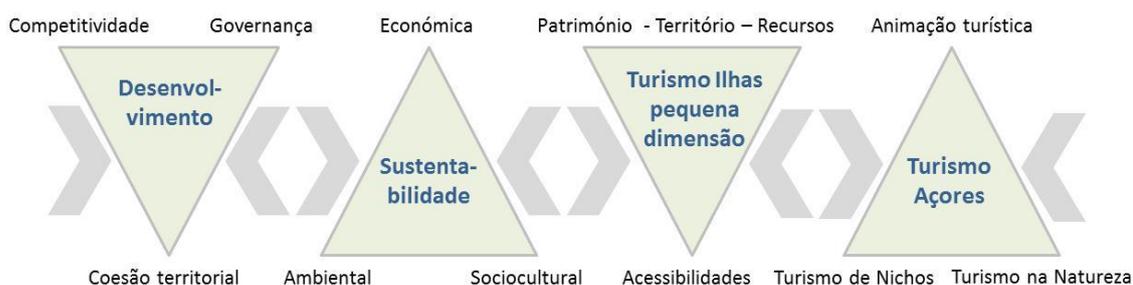


Figura 4 | Áreas de abordagem da investigação

A afirmação do turismo destes destinos requer a aposta em produtos diferenciadores e autênticos que permitam oferecer experiências turísticas singulares. Deste modo, é no turismo de nichos e nos produtos com maior identificação territorial, como é o caso do turismo natureza para os Açores, que a aposta se deve centrar, sem contudo, se ter uma visão demasiado restrita da oferta turística, pelo que nesta tese a abordagem deste produto será abrangente e distinta da habitualmente utilizada.

Como se pode observar no esquema da figura 4, a questão de partida engloba diversas áreas de investigação que estão interligadas e não podem ser dissociadas, nomeadamente as questões do desenvolvimento sustentável, da competitividade, do planeamento da atividade turística, do ordenamento do território, das especificidades das ilhas de pequena dimensão, da globalização e das dinâmicas do turismo. A complexidade acentua-se ao serem consideradas todas as escalas de análise territorial, pois a atividade turística é cada vez mais dinâmica e global, mas tem fortes repercussões a nível regional e local.

Quanto à abordagem do tema, numa primeira fase de exploração, procurar-se-á sustentar os diversos pressupostos e explorar as teorias principais através da revisão crítica da literatura. No que se refere à investigação empírica propriamente dita, o enfoque será predominantemente qualitativo e seguirá uma abordagem tendo como base a teoria dos *stakeholders* (Byrd, 2007; Friedman e Miles, 2006), justificada por estes serem os principais interessados e intervenientes no setor e porque qualquer proposta de modelo de desenvolvimento os deve considerar logo a montante. Para auscultar os principais grupos de *stakeholders* do turismo dos Açores irá recorrer-se a um questionário. No quarto capítulo será apresentada de forma detalhada a descrição da metodologia aplicada na investigação empírica.

1.3 OBJETIVOS E HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO

Como se expôs anteriormente, estamos perante duas escalas de abordagem, uma mais macro, que se refere ao desenvolvimento económico e turístico dos TIPD de transição e outra aplicada ao Arquipélago dos Açores e em particular aos *stakeholders* e ao turismo na natureza. Assim, decorrente dessas duas escalas de análise, o trabalho a desenvolver neste projeto de investigação incorporará **objetivos principais a dois níveis**.

No **primeiro**, identifica-se como **principal objetivo** a conceção de uma proposta de modelo de desenvolvimento turístico dos TIPD de transição, com enfoque numa perspetiva sistémica e responsável. Pretende-se contribuir para a investigação em redor do desenvolvimento regional, do planeamento e desenvolvimento turístico sustentável dos destinos periféricos, em particular de ilhas de pequena dimensão que apresentem forte identificação com o turismo na natureza.

O **segundo nível**, onde se insere a investigação empírica desta investigação, deriva do primeiro mas é aplicado ao território dos Açores, sendo aqui identificados dois objetivos gerais.

O **primeiro objetivo** visa uma reflexão crítica e a apresentação de propostas de melhoria do modelo de desenvolvimento regional e dos instrumentos de planeamento turístico da RAA, considerando as especificidades do território, as novas tendências no turismo e a opinião dos diversos *stakeholders*. O turismo responsável e o turismo na natureza alicerçado numa perspetiva abrangente são importantes axiomas das propostas.

O **segundo objetivo geral** consiste em verificar se existem desfasamentos entre as necessidades de planeamento, as propostas, a ação, os resultados e a perceção de alguns dos grupos de *stakeholders* sobre o desenvolvimento turístico da região.

Para além destes objetivos gerais, são de destacar ainda os seguintes objetivos específicos:

- ▶ Estabelecer uma análise crítica aos paradigmas da sustentabilidade, turismo responsável e visão sistémica;
- ▶ Caracterizar o turismo de nichos e, em particular, o turismo na natureza;
- ▶ Analisar a economia açoriana e as suas potencialidades de desenvolvimento, considerando a sua inserção no grupo dos TIPD;
- ▶ Caracterizar a atividade e potencialidade turística da RAA;
- ▶ Analisar a potencialidade de desenvolvimento dos produtos de turismo na natureza nos Açores;

- ▶ Realizar o diagnóstico da oferta e da procura dos principais produtos turísticos dos Açores que tenham como suporte a paisagem e o património natural;
- ▶ Caracterizar o setor da animação turística nos Açores;
- ▶ Analisar as convergências e as divergências em relação à evolução do turismo e do planeamento turístico no território, comparativamente com o modelo de turismo defendido pelo Governo Regional para os Açores e os principais cenários de desenvolvimento apresentados nos diversos planos;
- ▶ Proceder ao levantamento da perceção de vários grupos de atores (*stakeholders*) do turismo em relação ao modelo e estratégias de desenvolvimento turístico para a RAA;
- ▶ Verificar se existem posições distintas entre os diversos *stakeholders* sobre os processos de desenvolvimento turístico da RAA, e em particular do produto associado ao turismo na natureza;
- ▶ Apresentar propostas para a valorização do destino Açores tendo como base o turismo na natureza responsável.

A partir dos objetivos estabelecidos foram definidas diversas hipóteses. No ponto de vista da análise macro, destacam-se três hipóteses:

- ▶ Os territórios insulares de pequena dimensão periféricos apresentam especificidades comuns que justificam uma abordagem particular destes destinos;
- ▶ Apesar dos modelos de desenvolvimento turístico mais adequados para estes territórios apresentarem pressupostos comuns, existem fatores diferenciadores estruturantes que justificam a constituição de diversos subgrupos;
- ▶ Existem TIPD que não se inserem nem no grupo das ilhas das águas quentes, nem no das águas frias.

A confirmação ou contestação destas hipóteses serão discutidas essencialmente recorrendo à investigação teórica desenvolvida na primeira parte desta tese, na qual se dará especial importância ao estudo das especificidades dos territórios insulares de pequena dimensão, destacando-se a dimensão socioeconómica, expressa essencialmente nos aspetos da competitividade e melhoria da qualidade de vida das populações e a dimensão da sustentabilidade.

Um segundo grupo de hipóteses apresenta uma escala mais detalhada e deriva da questão de partida apresentada anteriormente, referindo-se especificamente à associação entre o desenvolvimento, o planeamento turístico, o turismo responsável, o turismo de nichos e o turismo na natureza (Figura 5):

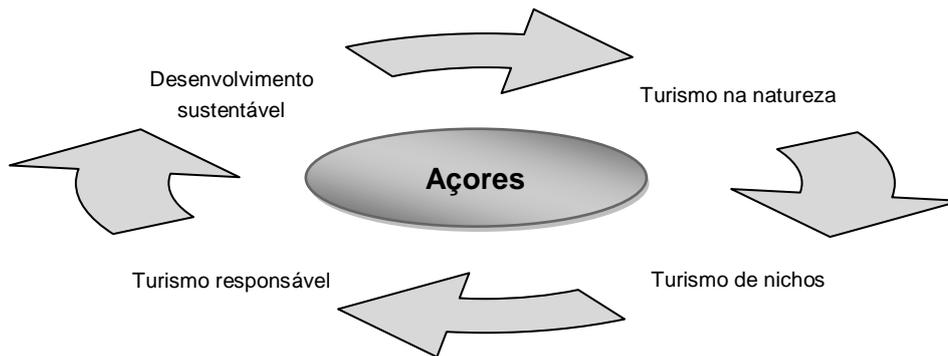


Figura 5 | Áreas de abordagem da investigação

- ▶ O modelo de desenvolvimento turístico para os Açores deve ser firmado na sustentabilidade e na coesão territorial;
- ▶ A adoção de uma abordagem mais abrangente do turismo na natureza permite que este produto amplie as suas potencialidades e possa constituir-se como âncora e imagem de marca, mesmo em territórios onde a paisagem é predominantemente humanizada, como é o caso dos Açores;
- ▶ Considerando a teoria dos *stakeholders*, é espectável que os diferentes grupos de atores do turismo dos Açores apresentem expectativas e opiniões particulares sobre o desenvolvimento turístico da região;
- ▶ Verifica-se um importante desfasamento entre o modelo de desenvolvimento adequado para os Açores, o apresentado nos instrumentos de planeamento, o que é implementado e o que é percebido pelos *stakeholders*;
- ▶ Os Açores são uma região insular na qual o turismo se pode afirmar como um importante setor de atividade e mesmo motor do desenvolvimento regional.

1.4 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA TESE

O trabalho está dividido em duas partes; a primeira corresponde essencialmente à fase exploratória da investigação, composta pelo estado da arte nas áreas de investigação, perfazendo a parte predominantemente teórica do estudo. Nesta fase pretende-se proceder à avaliação e análise crítica das teorias abordadas e lançar os pressupostos para a rutura que se pretende vir a desenvolver e confirmar posteriormente. A segunda parte do trabalho refere-se especificamente ao caso de estudo do Arquipélago dos Açores e à apresentação do modelo de desenvolvimento sistémico para os TIPD de transição (Figura 6).

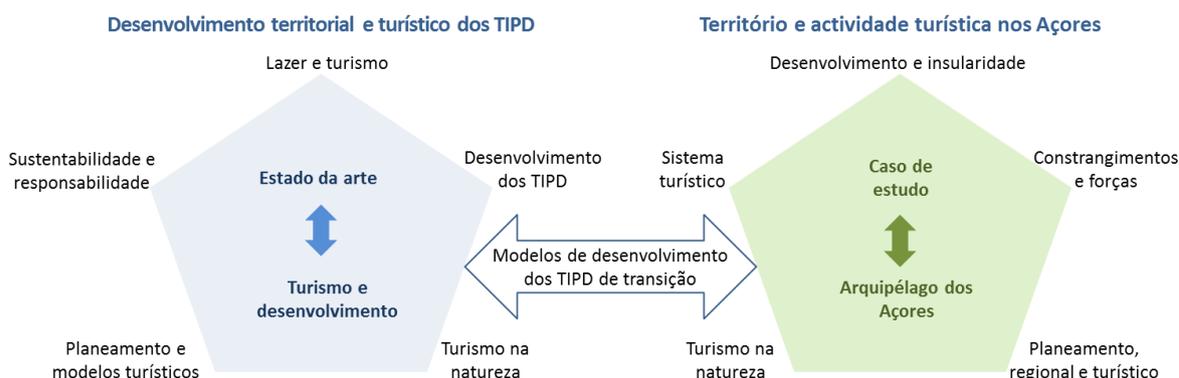


Figura 6 | Áreas de investigação associadas ao enquadramento teórico da tese e do território de aplicação

O primeiro capítulo é constituído pela introdução, na qual se estabelece o enquadramento, seguindo-se a apresentação da problemática da investigação, dos objetivos e das hipóteses, e terminando com a estrutura da tese e a justificação do território de aplicação. No segundo e terceiro capítulo será abordado o estado da arte, com a revisão crítica da literatura sobre as principais áreas de investigação da tese:

- ▶ Lazer e turismo;
- ▶ Desenvolvimento turístico.

A segunda parte do trabalho inicia-se com o quarto capítulo, no qual é apresentada a metodologia da investigação empírica aplicada ao caso de estudo.

No quinto capítulo apresenta-se uma abordagem ao território de estudo tendo como base os principais aspetos identificadores dos TIPD, e no capítulo seguinte o enfoque será direcionado para a potencialidade e o modelo de desenvolvimento turístico da região.

No sétimo capítulo são apresentados, analisados e discutidos os dados obtidos pela aplicação dos questionários. Considerando estes resultados, a abordagem ao desenvolvimento regional e ao turismo na RAA e a discussão em torno dos diversos temas analisados na primeira parte da tese, no oitavo capítulo expõe-se um conjunto de princípios

e ações para potenciar o setor do turismo nos Açores e uma proposta de modelo de desenvolvimento turístico para os TIPD de transição, com enfoque numa perspetiva sistémica, no turismo responsável e com base na natureza.

No último capítulo apresentam-se os principais resultados, as conclusões e as limitações do estudo, perspetivas e desenvolvimentos futuros.

O plano de trabalho proposto é abrangente e incorpora vários temas e escalas de investigação conforme se apresenta na figura 7.

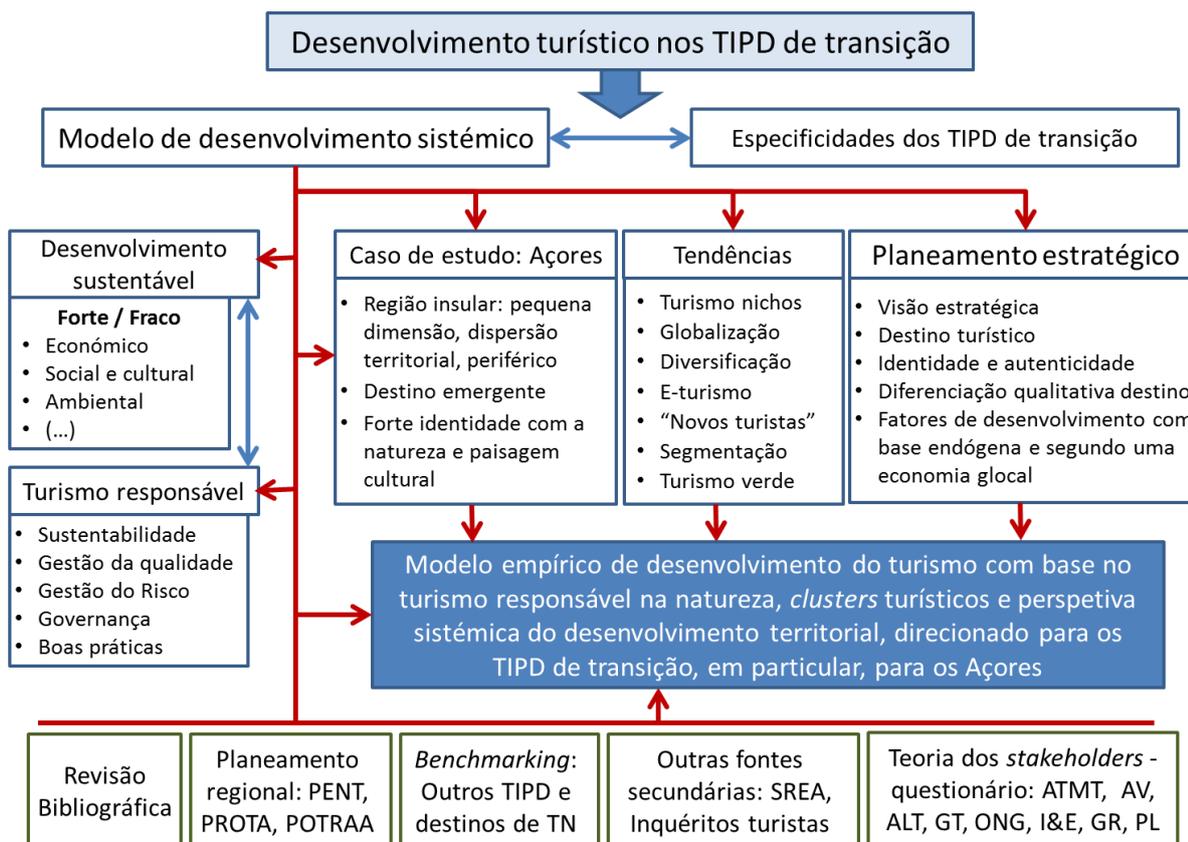


Figura 7 | Estrutura da investigação

1.5 JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DO CASO DE ESTUDO

A RAA é um arquipélago constituído por nove pequenas ilhas localizadas em pleno Atlântico Norte, constituindo-se assim num território insular que, para além de estar significativamente afastado dos continentes, é caracterizado por uma grande dispersão territorial. Em termos turísticos, é um destino jovem, pouco consolidado, mas com possibilidade de crescimento, que constitui um caso de estudo muito interessante no que respeita ao desenvolvimento do turismo nas ilhas de pequena dimensão e, em particular, ao produto natureza.

A escolha deste território como caso de estudo prende-se tanto a fatores de experiência pessoal, como às particularidades do território. Em termos pessoais, o trabalho que venho desenvolvendo nos Açores ao longo dos anos permite-me ter um considerável conhecimento do território e o facto de não residir nele, mais que uma desvantagem, permite um distanciamento benéfico.

Quanto às características do próprio território, este enquadra-se perfeitamente dentro do grupo das ilhas de pequena dimensão, apresentando ainda a vantagem de ser um território relativamente pequeno e individualizado, o que facilita a abordagem e a recolha de dados e informação. Como é um destino turístico recente e “imaturo”, o âmbito temporal de referência é limitado, dificultando a análise prospetiva, mas simultaneamente aporta um conjunto de vantagens, em particular a facilidade de análise da oferta e da procura, e a possibilidade de alargar o campo de oportunidades referente à contribuição deste estudo para o planeamento e desenvolvimento turístico do território.

Destaca-se ainda um conjunto de desafios muito interessantes e que podem contribuir para a rutura ou, pelo menos, para a problemática em torno da investigação aplicada às ilhas de pequena dimensão. Em primeiro lugar, os Açores estão localizados nas latitudes médias e são afetados por um clima temperado relativamente chuvoso que deixa o território entre os dois grandes grupos de ilhas no que se refere à investigação em torno das ilhas de pequena dimensão: “ilhas de águas quentes ou frias”.

Acresce que a potencialidade de oferta do produto sol e mar - uma das principais atrações turísticas da maioria dos destinos de ilhas de pequena dimensão - é bastante limitada neste território. Apesar da natureza ser o principal elemento de força da paisagem açoriana e certamente a principal âncora para o turismo na região, é essencial não descurar que estamos perante um território relativamente humanizado, onde predomina a paisagem cultural. Estes factos tornam ainda mais aliciante o desenvolvimento de uma proposta de um modelo conceptual para o turismo da região, tendo por base o turismo na natureza.

2. LAZER E TURISMO

“Tantas vezes pensamos ter chegado, tantas vezes é preciso ir além”

Fernando Pessoa

2.1 CONCEITOS DE BASE E ESTRUTURANTES

“O termo ‘indústria de turismo’ é usado tantas vezes que nos poderá levar a acreditar que realmente significa algo”

(Smith, 1998: 31)

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1998: 43), “devido à relativa juventude do turismo como atividade socioeconómica generalizada e ao seu complexo carácter multidisciplinar, há uma ausência de definições conceptuais claras que delimitem a atividade turística e a distingam de outros setores”.

Assim, um dos primeiros desafios na investigação aplicada ao turismo consiste na definição do setor e na necessidade de empregar conceitos adequados e perceptíveis de forma coerente, tarefa de si complexa, porquanto no estudo desta atividade económica coexiste uma multiplicidade de definições, com abrangências distintas, conceitos vagos e com significados nem sempre consensuais, iniciando pela própria noção de turista (McCabe, 2005).

Se a maturidade do setor é tardia, a constituição de uma área de estudo em torno do turismo é ainda mais recente e multidisciplinar. De facto, “em geral, o turismo tem sido definido por especialistas que lidam com vários campos do conhecimento e essas definições refletem os seus pontos de vista” (Przeclawski, 1993: 10).

Conforme referido no capítulo 1, é comum serem diferenciadas duas abordagens de estudo na área do turismo. Por um lado encontram-se estudos aplicados, desenvolvidos maioritariamente por profissionais do setor, que privilegiam uma abordagem económica e técnica, e por isso mais pragmática. Por outro, existem os estudos que adotam uma perspetiva mais académica, procurando desenvolver um quadro concetual sobre o turismo, distinguindo-se os que defendem uma abordagem mais economicista do turismo, dos que o entendem essencialmente como um fenómeno social. Contudo, à medida que a investigação em turismo assume maturidade, tem-se verificado uma progressiva fusão destas abordagens, como se prova com a recente multiplicação de estudos aplicados que adotam uma abordagem holística do turismo (Beni, 2006; Leiper, 2004).

O facto de muitos estudos em turismo dependerem de fontes primárias e, em particular, dos dados estatísticos quantitativos, é outra limitação da investigação neste setor, por existirem “problemas de comparabilidade e qualidade das estatísticas disponíveis” (OMT, 1998: 43).

Outra das dificuldades, e simultaneamente desafio, resulta da existência de uma multiplicidade de dimensões associadas ao turismo, das quais se destacam a espacial (território), a económica (setor, indústria turística), a ligadas aos recursos (equipamentos, serviços, produtos, património) e às pessoas (em especial os turistas, mas também os profissionais de turismo e a comunidade local).

O estudo que aqui se apresenta pretende minimizar as dificuldades expostas, pelo que se considerou importante iniciar-se com uma sistematização dos conceitos utilizados e com a apresentação das limitações associadas aos dados estatísticos disponíveis.

Embora continuem a perdurar dificuldades no estabelecimento das definições de turista e de turismo, o fulcro do conceito da atividade turística é simples de identificar e universalmente aceite, já que tem como base a deslocação das pessoas e a visitação de locais fora do lugar de residência. Como refere Gartner (1996: 7), “**turismo** ocorre quando os indivíduos mudam fisicamente e psicologicamente de lugar”, o que pressupõe uma predisposição para alteração da rotina e uma viagem para outro lugar. Nesse ponto de vista, o turismo existe pelo menos desde que o Homem se tornou sedentário e que a noção de territorialidade, e posteriormente de fronteira, passou a ser uma realidade. Apareceram então expressões para designar esses “turistas” que se deslocavam com fins pacíficos, das quais se destacam as de viajante, hóspede, forasteiro e viandante.

Antes da consolidação das sociedades industrializadas e urbanas, as deslocações das pessoas decorriam essencialmente de situações de guerra, colonização, pastorícia, ou comércio e por motivos religiosos (peregrinações). A própria organização social e do trabalho impeliam à deslocação dos povos (migrações, nomadismo). Até então, poucos se deslocavam por motivos de lazer, já que o direito ao tempo livre era reservado a uma elite muito restrita. De facto, a generalidade da população vivia o “seu tempo de forma contínua sem distinções e tinha a sensação de fazer sempre as mesmas coisas por obrigação ou necessidade” (Castelli, 2001: 30).

Tempo livre

A definição de tempo livre não é pacífica. Para alguns é todo o tempo que convencionalmente resta fora do trabalho formal, enquanto para outros é sinónimo de

ócio², e ainda há quem considere que corresponde ao tempo disponível para lazer (Gama e Santos, 2008). Contudo, há que distinguir o tempo disponível para lazer e o ocupado com o lazer, pois efetivamente não basta ter tempo disponível, para este ser preenchido pela prática do lazer. Na figura 8 apresenta-se esquematicamente a divisão do tempo quotidiano com base essencialmente nas conceções apresentadas por Castelli (2001) e Tribe (2003).



Figura 8 | Uso do tempo no quotidiano

Assim, o tempo livre é o que sobra do tempo de trabalho, do tempo biológico (dormir e outras necessidades biológicas) e do tempo ocupado com outras tarefas diárias imprescindíveis (deslocações, tarefas domésticas e familiares essenciais), que aqui se designa por tempo comprometido. Nas sociedades contemporâneas o tempo livre não é sinónimo apenas de lazer, englobando também o tempo passivo³ (“passar o tempo”, tédio, “não ter nada para fazer”).

Lazer

O lazer está estritamente associado às necessidades de autorrealização e é indispensável para o bem-estar dos indivíduos. Para Dumazedier (1973) o lazer destaca-se pelo seu carácter voluntário e pode dividir-se em três componentes básicas: relaxamento, divertimento e desenvolvimento. No mesmo sentido, Bramante (1988, op. cit Chaves *et al.*, 2003: 14) considera-o “como uma dimensão da vida humana, onde através de uma experiência vivenciada, pautada pela liberdade e criatividade (...), se busca o desenvolvimento pessoal e social”.

A prática de lazer depende tanto do tempo livre dos indivíduos como das suas condições económicas, sociais e psicológicas, que lhes permitam dedicar uma parte do tempo às atividades complementares de descanso, escape, prática desportiva, diversão, ou desenvolvimento de outras competências (Moore *et al.*, 1995).

A ocupação do tempo de lazer pode ser realizada de diversas formas, nomeadamente por atividades de animação, recreação e de turismo, e outras como o desenvolvimento de

² Embora este seja um conceito vago, é considerado por uns como todo o tempo fora do tempo de trabalho, por outros como sinónimo essencialmente de descanso, e há ainda quem o associe diretamente ao lazer.

³ Diversos autores, como Castelli, referem-se antes a “tempo morto”, mas considera-se mais apropriado utilizar antes “tempo passivo”.

tarefas ambientais ou para o bem comunitário. Estas atividades podem ser independentes ou integradas, como é o exemplo da animação turística. Por sua vez, a atividade turística não se restringe ao lazer, pois também pode estar associada a trabalho (conferências, reuniões, etc.), à religião, ou ao estudo.

As definições e a distinção entre recreação e animação constituem uma problemática complexa (Waichman, 2004). Para alguns autores estes dois termos são sinónimos, enquanto outros defendem que são distintos. Pela sua complexidade, falta de consensos e por não ser fulcral para este trabalho, apresenta-se aqui apenas uma abordagem superficial do assunto.

Recreação e animação

A recreação poderá considerar-se como a prática de atividades livres de obrigações, que os indivíduos ou grupos escolhem realizar para sua satisfação (diversão, bem-estar, conhecimento, etc.). Por sua vez, a animação poderá ser definida como toda a ação direcionada para grupos, visando desenvolver a comunicação e promover a sociabilização (OMT, 1985). Esta definição evidencia que, ao contrário da recreação, a animação é dirigida a grupos com uma certa organização implícita da ação por terceiros, ou seja, a animação será toda a ação destinada predominantemente a grupos, organizada e enquadrada por animadores com a finalidade de valorização do tempo de lazer (ou da viagem e estada turística, para o caso da animação turística).

Estas definições esclarecem bem as diferenças entre recreação e animação, estando esta última essencialmente associada à prestação de um serviço, enquadrado por animadores e dirigido para grupos, enquanto a recreação é essencialmente espontânea e pode ser realizada individualmente ou em grupo.

Mas tal como com a palavra ócio, com significado diferente em português e espanhol, é de salientar alguma confusão semântica entre o termo português *recreação* e o termo inglês *recreation*, que está associado a atividades organizadas e dirigidas, ou seja à animação (Waichman, 2004).

Em suma, a animação turística surge como resposta às necessidades dos clientes que procuram um turismo mais participativo e ativo, emoções, experiências e divertimento. Os turistas buscam, cada vez mais, ocupar o seu tempo livre a realizar atividades que contribuam para o seu nível de satisfação durante as férias, aumentando a tendência para que essas atividades se tornem mesmo a principal motivação da viagem, como são o exemplo de férias para fazer mergulho, esqui de pista, visitar festivais ou parques temáticos, ou vivenciar a animação em cruzeiros.

Turista

O conceito de turista tem sofrido uma evolução concomitante ao de turismo. Só no século XIX, e apenas num número muito restrito de países industrializados, começam a surgir manifestações para reivindicar o direito ao tempo livre e ao lazer para um público alargado, algo que foi conquistado lentamente e só começou a ganhar escala no início do século XX. Inicialmente, parte do tempo de lazer foi ocupado com atividades culturais e de diversão junto aos locais de residência, e só mais tarde, quando se criaram condições para as pessoas se deslocarem e ausentarem por períodos maiores, se expandiu o turismo. De facto, o alargamento do tempo livre, conjuntamente com o direito a férias, melhoria dos rendimentos e das acessibilidades, são os fatores determinantes para incentivar as deslocações e a prática do lazer associada às viagens e ao turismo.

Estes constrangimentos justificam que a expressão “turista” seja relativamente recente e inicialmente estivesse associada às viagens de algumas elites. É comum considerar-se que este termo remonta aos finais do século XVIII, relacionado com a designação dos viajantes ingleses que se deslocavam à Europa Continental para complemento da sua educação (Boyer, 2000 *op. cit.* Cunha, 2009).

Só a partir de meados do século XX o turismo entra verdadeiramente na sua fase de arranque. A relevância da atividade iria obviamente refletir-se no interesse em estudar o fenómeno. A abordagem ao turismo como matéria de investigação universitária surge no período entre as duas guerras mundiais, destacando-se o trabalho de diversos economistas europeus e, em particular, da “chamada escola berlinense com autores como Glucksmann, Schwinck ou Bormann” (OMT, 1998: 45).

Com o aumento da relevância desta atividade económica, acentuou-se a necessidade de uma definição precisa e consensual para o conceito de **turista**. O debate em torno desta definição envolveu tanto a comunidade académica como outros especialistas mais ligados ao planeamento dos destinos e ao desenvolvimento de produtos turísticos, originando uma multiplicidade de definições com graus de abrangência distintos, que têm evoluído ao longo das poucas décadas de maturação deste debate. Os primeiros esforços para desenvolver uma definição de turismo internacionalmente aceite foram realizados em 1937 pela Comissão de Estatística da Liga das Nações, que estabeleceu a definição de **turista internacional** como “as pessoas que visitam um país que não seja a sua residência por um período de, pelo menos, 24 horas” (Beni, 2006), ou seja, incluindo apenas as viagens internacionais.

Posteriormente, na conferência das Nações Unidas (UN) sobre o “Turismo e as Viagens Internacionais”, realizada em Roma em 1963, foram definidos como **visitantes** “aqueles que se deslocam temporariamente para fora da sua residência habitual, no seu próprio país

ou no estrangeiro, sem que aí exerçam uma profissão remunerada” (Smith, 1990a). Estabeleceu-se também a diferenciação entre **turistas**, os que viajam por mais de 24 horas e por isso pernoitam fora do seu local de residência, e **excursionistas**, que viajam por períodos inferiores a um dia.

Eram considerados como turistas apenas aqueles que viajavam por motivos de lazer ou educacionais, excluindo-se, por exemplo, os que se deslocavam por motivos religiosos, profissionais ou de saúde. Esta separação rapidamente se tornou desadequada, tanto porque estatisticamente seria muito difícil de estabelecer, como devido às motivações para as viagens serem cada vez mais diversificadas e complexas.

Entre 1993 e 1994, a ONU e a OMT apuraram estas definições, ao considerar “turista” todo o visitante a lugares diferentes do seu ambiente habitual, que permaneça pelo menos uma noite no local visitado e por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras, excluindo-se o exercício de uma atividade remunerada no local visitado (Ioannides e Debbage, 1998).

Assim, associados ao **turismo** temos três grandes vetores: a viagem, a estada e a motivação, estando esta última muito associada às condições socioeconómicas e culturais dos viajantes. Para Cooper *et al.* (2007) os turistas são um grupo muito heterogéneo que pode ser dividido considerando diversos fatores, como a origem, as motivações, o estilo de vida e a cultura. Uma das áreas de investigação importantes em turismo consiste exatamente na tentativa de analisar o comportamento dos turistas para os agrupar em tipologias, de modo a facilitar a segmentação do mercado (Swarbrooke e Horner, 2007).

Motivações de viagem

Relativamente às principais motivações para a realização das viagens podem ser muito diversificadas, mas as mais comuns são o lazer, a visita a familiares e amigos fora do meio habitual e os motivos profissionais, de saúde e religiosos. No documento realizado com o contributo de diversas organizações sob a supervisão das Nações Unidas, intitulado “Recomendações Internacionais para as Estatísticas de Turismo 2008” (UNWTO, 2011a), no que se refere às principais motivações das viagens realizadas pelos turistas e visitantes do dia, recomenda-se a sua distribuição em dois grupos: as resultantes de motivos de negócios ou profissionais e as de motivações pessoais, sendo esta última geralmente dividida em oito subgrupos:

- ▶ Lazer, recreio e férias;
- ▶ Visitas a familiares e amigos;
- ▶ Educação e formação;
- ▶ Saúde e cuidados médicos;
- ▶ Religião e peregrinação;
- ▶ Compras;
- ▶ Trânsito;
- ▶ Outros motivos.

Os estudos disponíveis indicam que dentro destas categorias predomina o motivo férias e lazer (Figura 9), que pode ser subdividido em muitas motivações mais específicas, como sol e praia, desportivo, natureza, ou cultural.

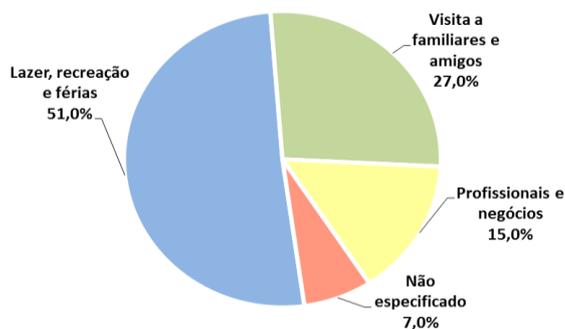


Figura 9 | Turismo recetivo por motivo de visita em 2011 (UNWTO, 2012: 4)

Estes subgrupos de motivações podem ainda dividir-se numa enorme panóplia de segmentos. Como exemplo, o turismo na natureza divide-se em diversos segmentos como o ecoturismo, ou o de turismo de aventura que, por sua vez, inclui uma enorme variedade de atividades, como a escalada, o mergulho, o esqui, etc.

Tipologia dos turistas

As motivações para as viagens de lazer surgem muito associadas ao perfil e às preferências dos turistas. Este é mesmo um campo de estudo muito debatido, pois a motivação dos turistas tem um peso muito importante na escolha do destino, sendo assim um aspeto essencial no planeamento dos territórios turísticos e da oferta. Maslow (1943) foi pioneiro no desenvolvimento de estudos neste âmbito. Em 1972, o prestigiado sociólogo Erik Cohen (1972), definiu quatro tipos de turistas, os dois primeiros enquadrando-os no turismo institucionalizado e os outros em não-institucionalizado:

- ▶ Turista de massas organizado, caracterizado por adquirir um pacote turístico para um destino popular;
- ▶ Turista de massas individualizado, que recorre à aquisição de um pacote turístico relativamente flexível, por exemplo avião e alojamento, com alguma autonomia e aberto a novas experiências, mas geralmente permanece nos circuitos turísticos;
- ▶ O explorador (*the explorer*), que organiza as suas próprias férias, preferencialmente fora dos circuitos turísticos, valorizando o contacto com a natureza, cultura e populações locais, mas procura algum conforto e segurança;

- ▶ *The drifter*⁴, que viaja em autonomia, o plano de viagem é totalmente flexível, procura locais genuínos completamente fora das rotas turísticas e procura estabelecer fortes ligações com os território e populações locais (Cohen, 1972).

Posteriormente Plog (*op. cit.* Hudson, 1999) classificou os viajantes em grupos psicográficos, de acordo com o seu comportamento e motivações durante a viagem, conjugando a dimensão alocentrismo *versus* psicocentrismo com a de energia. Esta teoria, desenvolvida entre 1974 e 1977, tornou-se uma das referências mais citadas, embora seja considerada demasiado redutora por diversos investigadores (Lowyck *et al.*, 1992; Pizam e Mansfeld, 1999; Smith, 1990a; Urry, 2002). Num extremo teríamos os turistas alocentrismo, que apresentam um espírito aventureiro e procuram destinos exóticos, e no outro os psicocêntricos, que preferem deslocar-se em grupo para destinos “familiares”, recorrendo a viagens organizadas por agências.

À sua proposta inicial, Plog acrescentou o fator energia para descrever o nível de atividade desejado pelo turista, “considerando que os de alta energia preferem elevados níveis de atividade e os de baixa energia são adeptos de um turismo mais passivo e de desenvolver poucas atividades durante a viagem” (Hudson, 1999: 10). Posteriormente, em 2004, Plog “modificou as categorias dos turistas, substituindo os alocentrismo pelos aventureiros e os psicocêntricos pelos dependentes” (Cooper *et al.*, 2007: 241). Estudos mais recentes vieram confirmar que a maioria dos turistas tende a posicionar-se numa situação intermédia, sendo designados nesta teoria como os mesocêntricos.

Outra classificação bastante considerada foi apresentada por Valene Smith em 1989, que propõe sete níveis, situando nos extremos da escala os exploradores e, no oposto, os que viajam em pacotes totalmente organizados. Simultaneamente associam-se esses grupos aos seus impactes na cultura de acolhimento e à sua influência nas perceções que as populações locais têm do turismo (Swarbrooke e Horner, 2007). Adicionalmente Valene Smith definiu cinco classes de motivações para a seleção dos destinos: étnica, cultural, histórica, ambiental e recreativa, refletindo a crescente valorização por parte dos turistas dos princípios de sustentabilidade (Smith e Eadington, 1995). A crescente competitividade entre os destinos, a diversificação dos mercados emissores (origem geográfica, aspetos socioeconómicos e culturais, etc.) e uma progressiva autonomia e diversificação do perfil dos turistas, leva à crescente segmentação da oferta, para ir ao encontro das expectativas individuais dos turistas inseridos em grupos restritos, ou mesmo viajando sozinhos (Urry,

⁴ A tradução direta deste termo para português não é adequada (vagabundo, andarilho). Porventura poderia considerar-se “the explorer” como o aventureiro, e “the drifter” como o explorador, já que em português o conceito de explorador é mais extremo que o de aventureiro.

2002). Assim, os grandes grupos definidos nas diversas teorias são subdivididos em vários subgrupos, criando nichos cada vez mais específicos.

Swarbrooke e Horner (2007) reconhecem diversas vantagens destas propostas de tipologias, mas consideram que uma divisão tão simplista e estática dificilmente responde às atuais dinâmicas do turismo. Em resposta às motivações dos turistas, os destinos procuram oferecer os produtos que melhor atendem às potencialidades e características desses territórios e ao mercado que pretendem ou conseguem captar.

Turistas e mercados

No que se refere à **origem dos turistas**, na definição da OMT incluem-se tanto o turismo doméstico como o internacional, levando à diferenciação entre mercado emissor e recetor. Nessa definição ficam excluídos como turistas os visitantes que não pernoitem na região visitada, os quais eram designados pelo termo de “excursionistas”, que foi posteriormente substituído pelo de “visitante do dia” (*same-day-visitor*). São igualmente excluídos como turistas todos os viajantes que se deslocam com intuito de exercer uma atividade remunerada (embora muito dos emigrantes temporários recorram ao expediente de viajarem como turistas, para ultrapassar as restrições de acesso impostas pelos países de acolhimento) e “todas as deslocações de carácter compulsivo (refugiados, prisioneiros, nómadas)” (Cunha, 2009: 20). Posteriormente, em 2008, a ONU propôs substituir o requisito “não exercer uma atividade remunerada no local visitado” pelo de “não possuir um emprego numa entidade residente no local visitado” (Silva, 2009). Na figura 10 apresenta-se esquematicamente o enquadramento dos turistas e a sua ligação com os restantes grupos de viajantes, a partir da noção de turismo apresentada pela OMT.

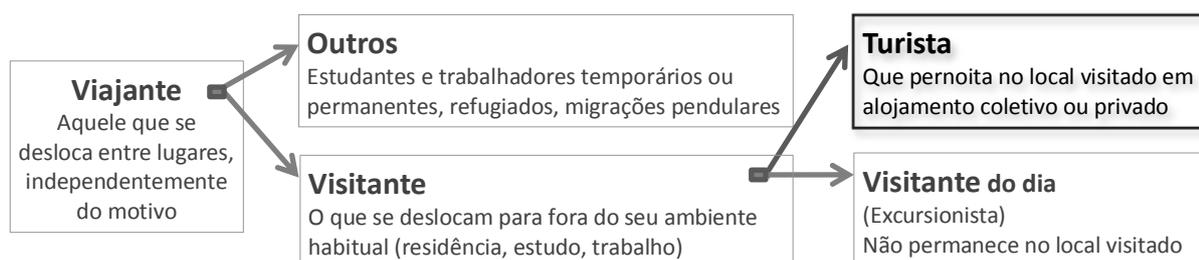


Figura 10 | Noção de turista

Apesar do consenso atual em torno da noção de turista, continuam a subsistir questões em aberto. Desde logo a falta de precisão do conceito de “ambiente habitual”, que a OMT define como a área em redor do lugar de residência, acrescida de todos os lugares que essa pessoa visita frequentemente (UNWTO, 2005). Assim, o lugar de residência alarga-se também ao de trabalho e estudo e inclui outras deslocações relativamente regulares, como as casas de familiares ou amigos. Mas a complexidade é significativa porque o “ambiente

habitual” é individualizado e dinâmico e por isso difícil de considerar nos registos estatísticos.

Dados estatísticos de turismo

Outra complexidade resulta de existirem **critérios diferentes** na elaboração das **estatísticas nacionais**,

identificando-se países com múltiplas fontes de dados turísticos, cada um com o seu conceito sobre o turismo e sua definição (alguns refletem nas suas estatísticas as pernoitas, outros as entradas, etc.), existindo ainda outros que não desenvolveram nenhum sistema oficial de estatísticas turísticas (OMT, 1998: 44).

Esta situação reflete-se, tanto na credibilidade dos dados estatísticos, como nalguma incongruência quando se pretende comparar dados entre países e regiões que utilizam diferentes procedimentos. Numa tentativa para atenuar este problema a OMT criou uma comissão especializada (Comissão de Estatísticas das Nações Unidas) que, em 1993, aprovou um conjunto de definições e recomendações, posteriormente editadas pela OMT (UNWTO, 2005).

As alterações na metodologia de registo dos dados estatísticos podem ainda resultar de outros fatores, como das alterações nas dinâmicas do turismo, da mobilidade e da política internacional. Com o incremento da mobilidade, a “abertura” de fronteiras e a inexistência de mecanismos satisfatórios para quantificação das deslocações internas, passou a ser comum recorrer-se ao registo dos turistas com base na estada em unidades de alojamento. A ONU recomenda que simultaneamente sejam desenvolvidos mecanismos para contabilizar as viagens turísticas com estada em casas de familiares e amigos (UN, 2008).

A dificuldade em conseguir registos precisos é significativa e, apesar dos procedimentos se tornarem mais rigorosos, existem muitos grupos que recorrem a alojamento alternativo sem registo de hóspedes, como parte do alojamento privado, casas de amigos, modalidades de partilha ou troca de alojamento (e.g. *couch surfing*), recurso ao caravanismo e acampamento fora de parques, sendo que algumas destas modalidades tendem a crescer devido às potencialidades de comunicação com recurso à internet.

Há ainda a considerar que se têm verificado alterações nas metodologias de registo e da classificação e agrupamento dos diferentes tipos de alojamento turístico, o que dificulta o estabelecimento de comparações temporais.

Em Portugal, a base atual do registo estatístico dos turistas é a pernoita em alojamentos públicos e privados recenseados, tendo existido alterações importantes nas metodologias de cálculo da atividade turística, destacando-se as verificadas em 1993 e 2005 e a

reestruturação do sistema de classificação dos empreendimentos turísticos em 2008, com a aprovação do Decreto-lei n.º 39/2008, de 7 de março.

No caso específico da Região Autónoma dos Açores, é compreensível que se utilize a mesma metodologia que no Continente, mas, por ser um território insular, seria fácil cruzar as entradas no território com as estadas nos alojamentos, chegando a valores de turistas mais precisos.

Outra problemática consiste em não se considerarem os visitantes do dia na atividade turística. Tal como os turistas, os viajantes do dia contribuem significativamente para as receitas turísticas dos países ou regiões que visitam, “pelas compras que fazem nos estabelecimentos comerciais nas áreas visitadas, pela utilização dos estabelecimentos de alimentação e bebidas e pelos gastos que efetuam em visitas a monumentos, museus e diversões” (Cunha, 2009: 23). Por exemplo, diversos amigos que residam no Porto e se desloquem a Castelo de Paiva para realizar uma atividade de *rafting* e jantar no local, regressando no mesmo dia ao Porto, estatisticamente não são considerados turistas, mas criam um importante efeito positivo e direto sobre o setor do turismo.

No que se refere especificamente ao turismo na natureza, existe relevância na consideração dos visitantes do dia, pois em muitos destinos, como é o caso de diversas regiões de Portugal Continental, a maioria dos clientes que recorrem aos serviços de animação e visitam as áreas protegidas são nacionais e, frequentemente, não pernoitam no local de visitação (THR, 2006a). De facto, para o setor turístico, com exceção do alojamento, pouco importa se os clientes são turistas ou visitantes do dia, ganhando relevância uma definição pelo lado da oferta, direcionada para o mercado associado ao lazer e aos outros visitantes.

Com esta análise crítica não se pretende propor uma mudança na definição concetual do turismo, mas sim defender que, em particular nos destinos periféricos e de pequena dimensão, poderá ser útil considerar de forma integrada o setor do lazer (incluindo os visitantes do dia e a população local) e das viagens, em detrimento de o restringir ao turismo.

Definição de turismo

Esta discussão leva-nos à definição de turismo, que pode ser abordada desde diversas perspetivas e é bastante mais problemática do que a de turista, por ser significativamente distinta caso se considere pelo lado da procura ou da oferta, ou se apresente uma abordagem mais técnica ou concetual (Ioannides e Debbage, 1998). As abordagens do ponto de vista mais técnico são especialmente importantes para garantir as bases para a recolha de dados e a comparação de estatísticas, enquanto as mais conceptuais se

adaptam melhor a uma “abordagem holística do turismo que procura abarcar toda a essência do tema” (Leiper, 1979: 394), estando assim mais próximas da realidade vista como um todo, que é mais do que a soma das partes.

No que concerne à abordagem técnica, é comum recorrer-se à definição da OMT, que deriva diretamente da noção de turista, considerando que

o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante as suas viagens e estada em lugares distintos do seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios e outras (OMT, 1998: 46).

Embora esta definição pressuponha que o turismo compreende tanto a viagem até ao destino, como as atividades realizadas no local de visitação, enquadra-se essencialmente no ponto de vista do lado da procura (Cunha, 2009). Assim, os serviços e produtos criados para satisfazer as necessidades dos turistas, apenas são contabilizados nas suas relações diretas com a procura por parte dos turistas, omitindo que esses equipamentos e serviços podem permanecer ativos em períodos de ausência de turistas, e por vezes apenas sejam viáveis quando complementados com a procura por parte dos visitantes do dia e da população local.

As definições do lado da oferta são geralmente mais abrangentes, como é o caso da apresentada por Leiper (1979), que engloba na indústria turística todas as empresas, organizações e instalações destinadas a servir as necessidades e os desejos específicos dos turistas. Aqui poderá passar-se o inverso, ou seja, poderão estar-se a considerar serviços e equipamentos que servem essencial ou parcialmente os residentes locais e visitantes do dia. Silva (2009: 56) discorda desta conceção, considerando “que a definição do turismo não provém do lado do produto ou da oferta, mas sim da procura (um serviço qualifica-se como turístico se é usado por um visitante e não em função da sua natureza concreta)”.

Em termos estritamente técnicos é perfeitamente compreensível esta posição, contudo a realidade é bastante mais complexa, pois existem muitos serviços turísticos que, mesmo direcionados essencialmente para os turistas, só são sustentáveis com a procura local e de outros visitantes, em especial muitos equipamentos de lazer, os transportes e a restauração. No âmbito do planeamento é também comum desenvolverem-se equipamentos e serviços que estimulem a procura, pelo que nestes casos o ónus inicial está do lado da oferta. Por sua vez, como apresenta a OMT (1998, pp. 51-52) “num destino turístico, a oferta posta à disposição da procura constitui algo mais que a simples soma dos produtos turísticos que engloba, representa um todo integrado por estes produtos, os serviços especificamente turísticos e os não turísticos, a imagem geral do destino, etc.”

A definição de Leiper (1979) recorre ao termo de indústria turística que se considera pouco apropriado e gerador de confusão, uma vez que se está perante um setor essencialmente ligado aos serviços e à informação. Infelizmente a adoção da classificação ou designação do setor como uma indústria ainda é muito utilizada, inclusivamente pela OMT.

Existem ainda investigadores que defendem uma definição de turismo mais abrangente do que a de Leiper, como é o caso de Goeldner e Ritchie (2006: 5) que definem turismo como “os processos, atividades e resultados decorrentes das relações e da interação entre os turistas, agentes de turismo, governos locais, comunidades anfitriãs e ambientes circundantes que estão envolvidos na captação e acolhimento de visitantes”. Nesta visão abrangente estão incluídos tanto os turistas, como os serviços e equipamentos a eles associados e as próprias inter-relações com as comunidades locais. Acolhendo este ponto de vista, Vieira (2007) defende que a definição de turismo passa essencialmente pelas pessoas e não tanto pelos recursos. Estes autores associam ao turismo quatro elementos essenciais: os turistas, as empresas, o governo e a comunidade recetora. Contudo, ainda falta considerar o território em toda a sua abrangência, tanto no que se refere ao património cultural e natural, como aos aspetos sociais, económicos, demográficos, ambiente geográfico, etc.

Esta perspetiva implica, por um lado, encarar o turismo como um sistema onde interagem diversos elementos interdependentes, numa abordagem holística, e por outro, que o próprio sistema turístico é interdependente de outros subsistemas, considerando uma visão sistémica. Qualquer destas duas abordagens pressupõe encarar-se o turismo segundo um ponto de vista multidisciplinar, que corresponde a uma tendência crescente, apesar de, como refere Silva (2009: 55), “por vezes, a ótica de abordagem ao turismo reflete um código de leitura alicerçado em parâmetros de interesse específico, o que conduz a uma circunscrição do fenómeno aos domínios em apreço”.

Mesmo considerando que não é fácil e ainda há muito a fazer para chegar a uma definição suficientemente precisa e consensual de “turismo”, nos últimos anos têm sido dados passos muito importantes para harmonizar alguns conceitos, em especial no que concerne às definições mais técnicas e económicas. Estes passos são essenciais para se poder melhorar a obtenção de dados indispensáveis para estudar, planear e entender o setor, mas ainda há muito trabalho a realizar para que os dados estatísticos disponíveis no setor sejam considerados fiáveis, diversificados e internacionalmente comparáveis.

Para atenuar esta lacuna, na segunda metade da década de 1970, várias organizações internacionais (especialmente a ONU, a OMT e a OCDE) e diversos países (em particular o Canadá e a França), iniciaram esforços com intuito de criar um sistema estatístico para o turismo mais adequado e universal. Na Conferência Internacional sobre Estatísticas de

Viagens e Turismo promovida pela OMT, realizada em junho 1991, foi defendida a necessidade de se desenvolver “um sistema de informação turística melhor integrado no sistema de contas nacionais e proposta a criação de uma conta satélite do turismo” (ONU, 2010a: 5). Três anos depois, a OMT publicou o relatório “Recomendações para as Estatísticas de Turismo”, que apresenta uma metodologia para definição e aplicação da **Conta Satélite do Turismo** (CST). A definição de um marco concetual comum para a criação da CST foi elaborada, em 2000, pela Divisão de Estatística das NU, com a participação do Eurostat, a OCDE e a OMT. Para acelerar, alargar e melhorar o processo, em 2008, a Comissão Estatística das NU adotou as “Recomendações Internacionais para as Estatísticas de Turismo 2008” (RIET, ou IRTS do inglês: *International Recommendations for Tourism Statistics*) e solicitou à OMT o desenvolvimento de um programa de assistência técnica aos países para promover a sua aplicação e a recolha de um conjunto de dados básicos e indicadores de apoio à comparabilidade internacional de turismo (UNWTO, 2011a). Deste modo, pretendeu-se que o desenvolvimento dos sistemas nacionais e regionais de estatísticas de turismo passasse a estar estreitamente ligado à implementação da CST, pois esta “fornece o enquadramento concetual e a estrutura organizacional para a integração da maioria das estatísticas de turismo, quer considerando apenas estas, quer com outras estatísticas económicas, principalmente com as contas nacionais e dados da balança de pagamentos” (UNWTO, 2011a: 1).

Associado ao RIET 2008, em 2010, as NU editaram um documento técnico com recomendações sobre o quadro concetual, com intuito de disponibilizar um quadro atualizado para a implementação da CST nos diversos países, “visando melhorar a coerência interna das estatísticas do turismo com o resto do sistema estatístico desses países e a comparabilidade internacional dos dados” (ONU, 2010a: iii). A estruturação da CST é um processo dinâmico e gradual, pelo que se espera uma constante atualização e ampliação, mas com base numa coerência que permita a comparabilidade temporal.

Em 2005, contabilizavam-se 54 países que já tinham iniciado os procedimentos para implementar a CST, mas em apenas quatro estava em pleno funcionamento. Em Portugal, em 2006, o INE apresentou os primeiros resultados da CST, referentes aos anos de 2000 e 2001. Em 2010 foi implementada uma nova série da CST para o período de 2000 a 2009, de acordo com a nova base das Contas Nacionais, que tem 2006 como ano de referência. No caso dos Açores, apenas em 2008 foram publicados, em conjunto com os dados para a Madeira e as Canárias, os primeiros dados inerentes à CST, referentes aos anos de 2001 e 2002.

Com a implementação da CST pretende-se aferir o peso do turismo na economia, mostrando detalhadamente a parte correspondente nas contas nacionais, o que permite

identificar a contribuição do turismo para a balança de pagamentos e obter informação diversificada e sistematizada sobre os fluxos turísticos. Estes são dados essenciais para caracterizar e analisar o comportamento dos turistas e, até certo ponto, o seu perfil. Esta análise é possível por ser contabilizada na CST a totalidade dos produtos, direta ou indiretamente relacionados com o setor do turismo, ou seja, a parte das atividades produtivas que contribuem para o turismo. Assim, a CST permite

analisar minuciosamente todos os aspetos da procura de bens e serviços associados à atividade dos visitantes, observar a interface operacional com a oferta de tais bens e serviços na economia e descrever a maneira como esta oferta interage com outras atividades económicas (ONU, 2010a: iii).

Na CST os visitantes são classificados segundo três parâmetros fundamentais: a duração da viagem, o motivo e a residência do viajante. A informação sobre o principal motivo da viagem turística é útil para caracterizar o perfil das despesas do turismo e para identificar os principais segmentos da procura turística para o planeamento, *marketing* e promoção (UNWTO, 2011a).

A CST está essencialmente centrada na dimensão económica das viagens turísticas, dando relevo, tanto à oferta, como à procura de bens e serviços. No que se refere à procura, pretende-se analisar todas as suas componentes que possam estar associadas ao setor, com o objetivo último de quantificar o consumo turístico, considerado como despesa total a efetuada por um visitante, durante a viagem e a sua permanência no local de destino (UNWTO, 2011a). Se a procura é o cerne da atividade turística, ela está estritamente ligada à oferta. De facto, “uma das questões mais importantes que se podem abordar nas estatísticas de turismo é a descrição e a avaliação do papel que desempenha na oferta de bens e serviços” (ONU, 2010a: 25). Assim, é desde logo necessário proceder à identificação dos recursos e produtos utilizados pelos visitantes e conseqüentemente definir o peso de cada um dos tipos de produtos (bens e serviços), disponibilizados pelas atividades ligadas à procura e oferta turística.

Apesar de se basear numa conceção técnica genericamente aceite da atividade turística na ótica da procura, a CST “viabilizou as bases para uma maior delimitação do conceito de turismo através da perspetiva da oferta” (Silva, 2009: 52). As atividades e produtos diretamente relacionados com o turismo, para os quais a procura dos visitantes preenche uma parte importante da sua oferta são designados por bens e serviços específicos do turismo, que podem ser divididos em:

- ▶ **Bens e serviços característicos** - produtos típicos do turismo e que constituem o foco da atividade considerados comuns a todos os países, pelo que compreendem a parte fundamental para a comparação internacional: (i) Alojamento; (ii) Restauração e

bebidas; (iii) Transporte de passageiros por estrada, ferrovia, água e via aérea; (iv) Aluguer de transportes; (iv) Agências de viagem, reserva e outros serviços; (v) Atividades culturais; (vi) Desporto, recreação e lazer.

- ▶ **Bens e serviços conexos** – Apesar de não serem típicos do turismo no contexto internacional, são importantes no contexto da procura turística dos países ou regiões:
 - (i) Bens e comércio a eles associados; (ii) Serviços e outras atividades.

Uma das partes mais complexas do desenvolvimento das estatísticas de turismo prende-se com a abrangência do setor e das atividades envolvidas, conjuntamente com a definição do contributo de cada uma das componentes da oferta no consumo dos visitantes. Como se explica no relatório a “Contas Satélite do Turismo da Macaronésia” (SREA *et al.*, 2008: 9),

o carácter específico do turismo conduz à necessidade de desenvolver uma CST, pois, por um lado, o turismo é composto por uma heterogeneidade de produtos e produtores o que não permite a sua avaliação direta e, por outro, algumas atividades são simultaneamente alvo de consumo turístico e não turístico, como por exemplo os transportes e a restauração.

Apesar da aplicação da CST por muitos países representar um marco para o estudo e o conhecimento do setor do turismo, sendo essencial para estabelecer comparações a nível internacional, este é um processo muito recente, ainda em desenvolvimento e com diversas debilidades - nomeadamente no que respeita à qualidade dos dados - e muito direcionado para as componentes quantitativa e económica.

Em síntese, pode concluir-se que a falta de coerência na definição concetual do turismo, a diversidade de abordagens, os dados disponíveis e a própria complexidade do setor - que emerge e se alicerça numa multiplicidade de outros setores e nas esferas económica, social, ambiental, tecnológica, cultural, etc., - são dificuldades que qualquer estudo tem de ponderar.

O estudo que se desenvolve nesta investigação terá assim de recorrer a diferentes abordagens e fontes, procurando manter o máximo de coerência. Serão considerados quer dados estatísticos disponíveis nas fontes primárias, quer outros obtidos por meio de levantamento ou auscultação direta. Mesmo defendendo uma abordagem holística do setor e sistémica em relação ao desenvolvimento regional, não se descarta a importância das definições técnicas, que são essenciais para a generalidade dos estudos em turismo, por estarem associadas a conceitos mais precisos e harmonizados e facilitarem “o estabelecimento de *standards* estatísticos que proporcionem a comparabilidade de dados e a delimitação do conteúdo dos vários indicadores e variáveis” (Silva, 2009: 51).

2.2 IMPORTÂNCIA E EVOLUÇÃO DO SETOR

Após ter registado uma sólida e contínua expansão nas últimas seis décadas, o turismo assume-se hoje como um dos setores mais importantes e com maior crescimento da economia mundial (UNWTO, 2012). Esta expansão reforça o seu papel como fenómeno simultaneamente económico, social e geográfico, que se afirma progressivamente como oportunidade para novos destinos e envolve diretamente e indiretamente cada vez mais cidadãos e sociedades.

De facto, salvo alguns anos excecionais, desde o início da década de 1950 que a procura turística internacional tem demonstrado um crescimento praticamente ininterrupto e significativamente elevado, passando de 25 milhões, em 1950, para 277 milhões, em 1980, e para 940 milhões, em 2010, correspondendo a uma taxa de crescimento média anual de 6,2% (Figura 11).

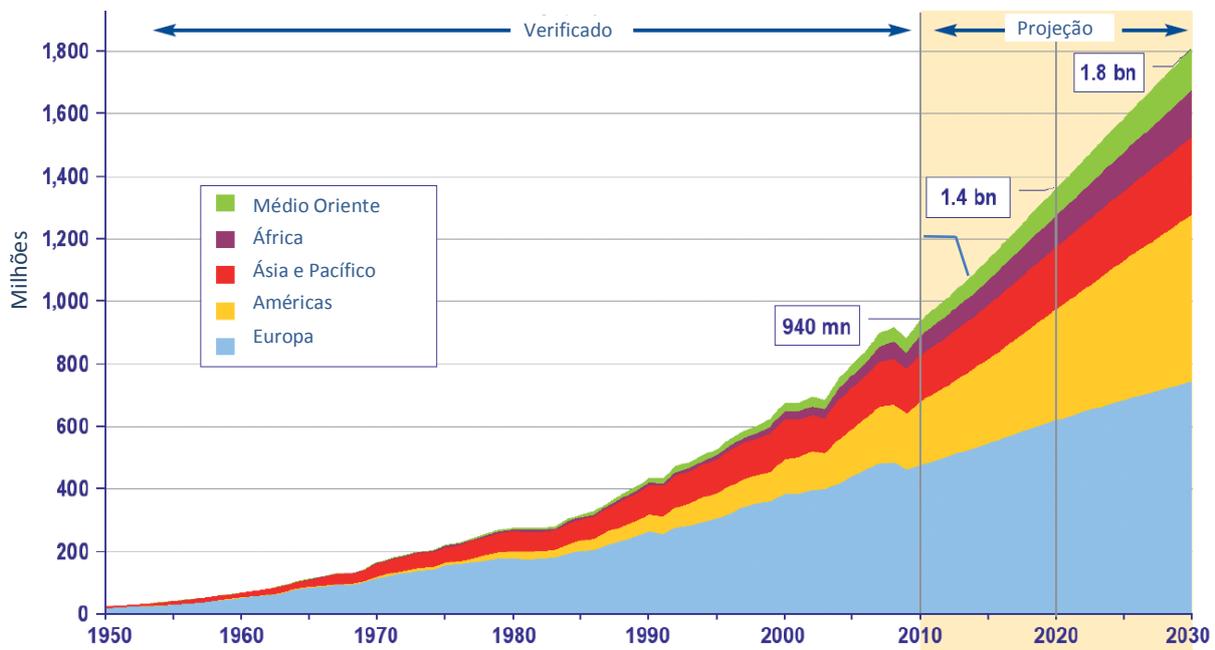


Figura 11 | Chegadas de turistas internacionais por região, 1950 – 2030 (UNWTO, 2012: 14)

Após a década de 1980, este crescimento tem sido particularmente rápido nas regiões emergentes do mundo, em particular na Ásia e Pacífico e, mais recentemente, no Médio Oriente. Segundo a OMT (2011), a quota nas chegadas de turistas internacionais nas economias emergentes e em desenvolvimento tem vindo a aumentar, passando de 31% em 1990 para 47% em 2010.

As projeções para a evolução deste setor continuam a ser otimistas, prevendo-se que ele se expanda a novos territórios e continue a apresentar uma dinâmica superior à da

economia mundial. No final do século passado, a OMT desenvolveu um importante trabalho para traçar o cenário de evolução do turismo internacional tendo como referência o ano de 1995, que foi apresentado no estudo “Visão 2020” (WTO, 2001b). No que se refere ao cenário para a primeira década deste século, as projeções apontavam para uma taxa de crescimento anual do número de turistas internacionais de 4,2% e um aumento do rendimento global médio anual gerado por este setor próximo dos 6,7%, valor substancialmente superior ao crescimento previsto do PIB mundial que era de 3% para o mesmo período (WTO, 1999a).

A realidade demonstrou ser um pouco menos otimista, já que as previsões apontavam para que, no final de 2010, o número de chegadas de turistas internacionais fosse cerca de 1.006 milhões, e estas ficaram-se nos 940 milhões. No entanto, a diferença não é muito expressiva e os dados dos últimos anos apontam para uma recuperação.

Como se pode constatar na figura 11, na primeira década deste século o turismo manteve genericamente a tendência de evolução prevista. Contudo, observam-se diversas oscilações no crescimento e mesmo dois períodos de declínio. Tal como a generalidade dos setores, o turismo também é afetado por diversos fatores exógenos, dos quais se destacam as crises económicas globais e os fenómenos de insegurança, que acarretam quebras nos fluxos e nas receitas turísticas. Na primeira década deste século são nítidos dois períodos em que se verificou a estagnação ou redução das chegadas internacionais:

- ▶ No início da década, entre 2001 e 2003, em consequência dos ataques de 11 setembro de 2001 em Nova Iorque, a crise económica e a epidemia de pneumonia atípica em 2003;
- ▶ Nos finais da primeira década deste século, em particular no ano de 2009, em resultado da crise financeira global e da consequente recessão económica.

Não obstante, o turismo internacional tem uma resposta muito rápida às situações adversas e apresenta grande capacidade de recuperação, como se pode verificar pela existência de diversos anos com crescimento superior ao projetado, destacando-se o período de 2003 a 2008, com um aumento médio anual do turismo internacional de 8%.

Neste contexto marcado por crises globais que travaram o crescimento do setor, a OMT continua a defender que estas são conjunturais e que o turismo manterá, nas próximas décadas, taxas de crescimento médias relativamente altas. De acordo com um estudo recente - *Tourism Towards 2030* (UNWTO, 2012), o turismo internacional deverá ter um aumento médio de 3,3% por ano, entre 2010 e 2030, prevendo-se uma redução gradual da taxa de crescimento, de 3,8% em 2011 para 2,5% em 2030.

Em números absolutos, a previsão das chegadas de turistas internacionais, entre 2011 e 2030, deverá aumentar cerca de 43 milhões por ano, em comparação com o aumento médio de 28 milhões anuais entre 1995 e 2010. No ritmo previsto de crescimento, as chegadas de turistas internacionais em todo o mundo irão chegar a 1,8 mil milhões em 2030 (UNWTO, 2012: 14).

São diversos os fatores que perspetivam a solidez desse otimismo, dos quais se destacam os progressos na qualidade de vida, a melhoria das acessibilidades e o elevado potencial para o crescimento do número de viajantes, pelo facto de atualmente apenas cerca de 7% da população mundial realizar viagens internacionais no âmbito da atividade turística (Cunha, 2003). Alguns dos países emergentes são muito povoados, as suas economias têm demonstrado serem relativamente resilientes às últimas crises económicas e financeiras e apresentam progressos significativos, que se repercutem na melhoria da qualidade de vida de muitos dos seus cidadãos, criando condições para estes valorizarem o lazer e incrementarem as suas viagens.

A análise do crescimento do turismo internacional entre 2009 e 2010 vem provar a mudança do motor do crescimento direcionando-o para os países emergentes, como se evidencia no relatório da OMT de 2011 sobre o panorama mundial do turismo internacional, ao referir que “a recuperação foi produzida a diferentes velocidades, muito mais rápida nas economias emergentes (8%) e mais lenta nas avançadas (5%)” (OMT, 2011: 3).

Contudo, o grau de incerteza em relação à evolução da economia mundial aumentou significativamente nos últimos anos, verificando-se que a crise financeira desencadeada em 2008 está longe de ser resolvida e a maioria dos países desenvolvidos passa por um período de reestruturação das suas economias. Em alguns desses países passou mesmo a verificar-se a tendência para uma perda do poder de compra e dos direitos sociais da maioria da população.

Note-se que a análise simples da evolução do número de turistas internacionais traduz um otimismo excessivo, considerando o real impacte dessas viagens, porque resultam, em parte, do incremento de viagens temporalmente mais curtas e porque os gastos pelos turistas não têm crescido tanto como o previsto. Segundo Cunha (2009: 167) o aumento de turistas internacionais não terá “o mesmo significado do que anteriormente pelo facto de ser devido, em boa parte, à repartição de férias e ao alongamento dos fins de semana: a mesma pessoa passa a ser contada como turista mais vezes”.

No que se refere às chegadas internacionais, se as previsões da OMT para a primeira década deste século estão próximas dos números observados, em relação às receitas previstas os desvios já foram significativos. Enquanto se previam 1.500 mil milhões de dólares americanos de receitas para 2010, estas ficaram nos 919 mil milhões,

demonstrando que as estimativas de crescimento das receitas nas duas primeiras décadas deste século foram sobrevalorizadas, permanecendo aquém do crescimento anual previsto de 6,7%.

Em termos da repartição da procura turística internacional, destaca-se uma forte concentração num conjunto restrito de países predominantemente europeus, mas acentua-se a tendência para a dispersão geográfica da atividade turística, sendo que “em 1950 os 15 primeiros destinos turísticos representaram 88% das chegadas internacionais, em 1970 a percentagem caiu para 75% e para 57% em 2007” (OMT, 2008: 1). Dos destinos emergentes com forte ascensão são de destacar alguns países em desenvolvimento, como a China, a Índia, a Rússia e o Brasil.

A Europa continua a ser a região com maior peso a nível da procura internacional, absorvendo, em 2010, 50,7% das chegadas internacionais de turistas (UNWTO, 2011b). Todavia, desde o início do século, a tendência aponta para a redução da sua quota do mercado recetor⁵, enquanto continua a ser reforçado o seu peso como região emissora (WTO, 2001a).

Mas os dados atuais e os cenários também apontam para o reforço dos países emergentes como mercados emissores. Segundo Silva (2009: 130) “esta situação obrigará alguns destinos a rever as suas políticas promocionais e de acesso aos mercados emergentes, sobretudo no caso daqueles onde a dependência em relação aos países emissores tradicionais é muito forte, como é o caso de Portugal”.

A importância do turismo nas economias nacionais é muito variável, existindo ainda países praticamente fora dos mercados turísticos, mas a tendência é para o mercado ser progressivamente mais global, especialmente em termos da oferta, continuando a procura ainda muito concentrada nos países desenvolvidos. A importância do turismo na economia nacional ou regional depende tanto da própria relevância direta do setor, como do seu peso relativo e efeito multiplicador sobre outros setores. Ou seja, pode advir da própria dinâmica do destino que consegue ser competitivo e atrativo, ou ser resultado de uma economia local muito limitada.

Com base nos dados disponíveis, que ainda são dispersos e limitados, a contribuição média a nível mundial do turismo para o PIB é cerca de 5% e responsável por 6% a 7% do total de empregos (de forma direta e indireta). Para os países desenvolvidos, a contribuição do turismo para o PIB varia entre os 2%, nos países onde o turismo é um setor com pouca expressão, e mais de 10%, nos países onde o turismo é um pilar importante da economia.

⁵ Devido a um conjunto de fatores geopolíticos (crise no Norte de África e Médio Oriente) e ambientais (tsunami no Japão), no ano de 2011 essa tendência foi interrompida.

Para pequenas ilhas, alguns países em desenvolvimento, ou destinos regionais e locais onde o turismo é um setor chave da economia, a importância do turismo tende a ser ainda maior (UNWTO, 2011b: 2).

Em síntese, e extrapolando esta análise sucinta da importância e evolução do turismo mundial para o planeamento turístico de potenciais destinos turísticos, constata-se que, por um lado, o turismo constitui-se cada vez mais como uma oportunidade para o desenvolvimento de um número crescente de destinos e assume um papel importante na economia local, e por outro, de que não é aconselhável a adoção de perspectivas demasiado otimistas no que se refere ao crescimento da atividade turística e muito menos considerá-las como garantidas.

De facto, apesar das boas expectativas de crescimento do setor, existem fatores locais, regionais e globais que podem induzir perturbações na oferta e, em especial, na procura turística, levando a fortes perturbações nas economias, que serão tanto maiores quanto maior for a dependência do setor.

Entre os fatores locais são de destacar os relacionados com a insegurança física dos visitantes (violência, roubos, intimidação), fatores ambientais (catástrofes naturais e antrópicas, poluição, degradação dos ecossistemas), os económicos (aumento excessivo dos preços e a perda de competitividade) e outros, como os ligados às acessibilidades, restrições de acesso, etc. Casos como o grande sismo e *tsunami* no Japão, em 2011, o *tsunami* que no final de 2004 afetou diversos países do Sudeste Asiático, o derramamento de enormes quantidades de crude no Golfo do México, em meados de 2010 e as revoltas populares no Mundo Árabe, em 2011, levaram à redução muito expressiva da atividade turística nessas regiões, revertendo-se a procura para outros destinos.

Para além destes fatores locais ou regionais é ainda importante considerar outros, a nível global, que podem influenciar significativamente a procura e a receita turística como as crises económicas e as situações de epidemias globais e, a médio e longo prazo, as alterações climáticas. Daqui se depreende que, embora o turismo possa ser uma oportunidade para muitas regiões, é importante apostar na diversificação e integração da economia e procurar seguir um modelo de desenvolvimento menos dependente do turismo. Este aspeto é crucial nos destinos periféricos e de pequena dimensão com forte potencial turístico, como muitos territórios insulares, que apresentam grande dificuldade no que se refere à competitividade internacional da sua economia.

2.3 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO SETOR EM PORTUGAL

À semelhança de muitos países europeus, o turismo também é uma atividade estratégica em Portugal, não só pela sua importância económica direta, representando, em 2010, cerca de 9,2%⁶ do PIB nacional e 7,4% do emprego, como pelo seu efeito multiplicador (INE, 2011c). Segundo a World Travel & Tourism Council, o setor das viagens e turismo teve um efeito direto na economia portuguesa muito superior ao especificamente restrito ao setor, contribuindo para cerca de 14,4% do PIB português e 18,8% do emprego (Blanke e Chiesa, 2011: 312).

Num curto período esta atividade “conquistou um papel central na economia portuguesa e é hoje líder nas exportações, na sustentabilidade, na inovação e na criação de emprego” (MEID e TP, 2011: 5). Segundo Simões (2008: 342), para além do turismo ser “um dos esteios estratégicos para a economia portuguesa [é igualmente] um dos caminhos preferenciais para o desenvolvimento regional e local”.

As vantagens e potencialidades competitivas desta atividade acentuam a sua importância estratégica para a economia portuguesa, que necessita de reforçar a aposta em setores que possam contribuir para reduzir o seu défice externo. Atualmente, este já é o setor que mais contribui para as contas externas de Portugal, nomeadamente com 14% das exportações de bens e serviços e 43,3% das receitas de exportações de serviços, no ano de 2010 (INE, 2011c).

No entanto, a relevância do turismo em Portugal é relativamente recente, mantendo-se praticamente residual até ao final da década de 1950. Nas décadas seguintes, verificou-se um crescimento significativo na entrada de turistas, apenas interrompido nos anos que se seguiram à Revolução de Abril (1974 a 1976), nos quais se registou uma quebra considerável, seguindo-se um período de crescimento muito elevado até ao início deste século.

Nas últimas duas décadas do século XX a entrada de turistas em Portugal mais que quadruplicou, crescendo em média 22,3% ao ano, passando de 2,7 milhões de turistas internacionais, em 1980, para quase 12,1 milhões, em 2000. No início da década de 1980, Portugal já era um dos principais destinos mundiais, ocupando o 13º lugar no *ranking* mundial, o que é impressionante especialmente tendo em consideração a dimensão do país. Porém, a partir da década de 1990, Portugal tem vindo a perder competitividade

⁶ Dados resultantes da nova série da CST (os dados anteriores à nova metodologia apontavam para cerca de 11%), tendo em consideração o consumo turístico interior, que corresponde ao peso total do consumo do turismo recetor e do turismo interno no PIB a preços de mercado, incluindo ainda outras componentes do consumo turístico. Caso se considere apenas o rendimento decorrente das empresas diretamente enquadradas na atividade turística esse valor é substancialmente inferior, situando-se nos 4,2%.

internacional. Em 2000, Portugal ainda mantinha uma posição invejável, ocupando o 15º lugar no *ranking* mundial em relação às entradas de turistas, mas a partir desse ano o ritmo de crescimento da entrada de turistas reduziu-se e tornou-se irregular, verificando-se inclusivamente uma redução acentuada do número de hóspedes, dormidas e receitas com estrangeiros em 2009 (Quadro 1), o que em média perfaz um crescimento reduzido e pouco sustentado.

Quadro 1 | A procura e a receita turística em Portugal

Ano	Hóspedes						Dormidas						Receitas	
	Total		Nacionais		Estrangeiros		Total		Nacionais		Estrangeiros		Totais	
	10 ³	Δ	10 ³ €	Δ										
2005	11469,2	5,2%	5513,5	7,0%	5955,7	3,6%	35520,6	4,0%	11647,8	4,6%	23872,9	3,8%	6374,9	1,8%
2006	12376,9	7,9%	5866,4	6,4%	6510,5	9,3%	37566,5	5,8%	12350,0	6,0%	25216,5	5,6%	6649,1	4,3%
2007	13366,2	8,0%	6318,6	7,7%	7047,6	8,2%	39736,6	5,8%	12968,1	5,0%	26768,5	6,2%	7392,6	11,2%
2008	13456,4	0,7%	6346,6	0,4%	7109,7	0,9%	39227,9	-1,3%	13023,7	0,4%	26204,2	-2,1%	7440,0	0,6%
2009	12927,9	-3,9%	6449,2	1,6%	6478,7	-8,9%	36457,1	-7,1%	13242,7	1,7%	23214,4	-11,4%	6918,0	-7,0%
2010	13537,0	4,7%	6705,5	4,0%	6831,6	5,4%	37391,3	2,6%	13783,1	4,1%	23608,2	1,7%	7611,0	10,0%
2011	13992,8	3,4%	6580,5	-1,9%	7412,2	8,5%	39440,3	5,5%	13436,6	-2,5%	26003,7	10,1%	8145,6	7,2%

Δ - Taxa de variação homóloga, considerando os valores do ano anterior. (Dados: INE, 2011c e 2012)

Em relação ao período 2000 a 2005, o desempenho do turismo português “ficou abaixo da generalidade dos destinos europeus, com um crescimento médio anual do número de turistas de -0,2%, o que equivale a menos 100 mil turistas no período em referência” (MEI, 2006: 19).

Seguiram-se então dois anos de bons desempenhos e outros dois de estagnação até 2009, ano em que se verificou um declínio mais acentuado do que na maioria dos destinos internacionais, recuperado progressivamente nos dois anos seguintes, em particular em 2011. Esta recuperação provavelmente não é sustentada pois resulta essencialmente de fatores particulares e focalizados no tempo pois, nesse ano, Portugal beneficiou da deslocação de muitos turistas que, por motivos da insegurança decorrente das revoluções populares no Mundo Árabe, preferiram os países do Norte de África.

No caso específico da Madeira, a recuperação excecional é mais um “voltar ao normal”, depois de, no ano anterior, se ter verificado uma redução acentuada do número de turistas causada pelos efeitos das grandes cheias que afetaram a região, diversos incêndios e

restrições aéreas no continente europeu decorrentes de cinzas vulcânicas na atmosfera⁷ (Figura 12).

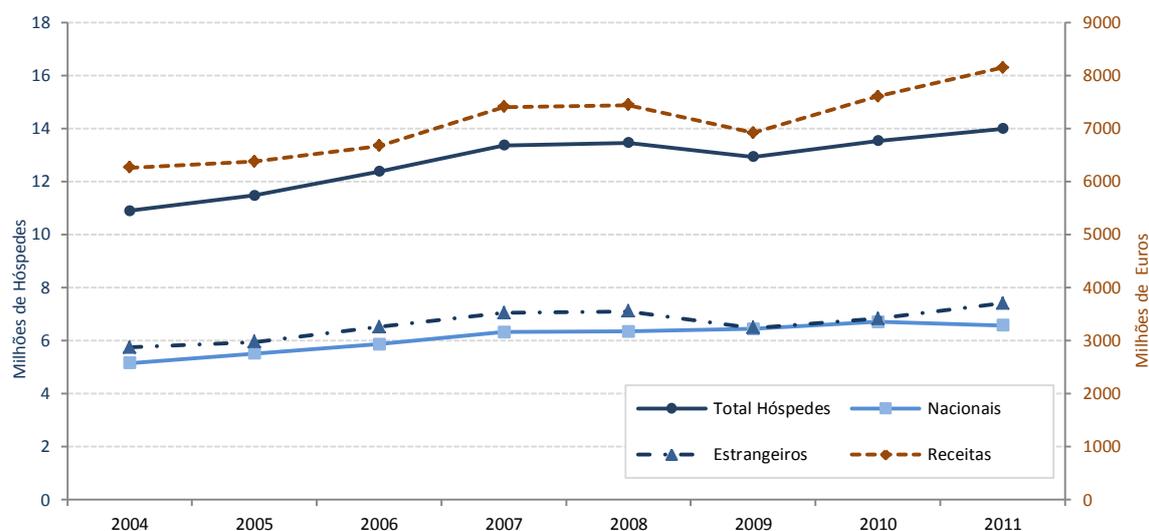


Figura 12 | Hóspedes e receitas turísticas em Portugal, 2004 – 2010 (Dados: INE, 2011c)

De facto, há vários anos que Portugal tem vindo a perder competitividade a nível internacional. Em 2006, a posição do país, no que se refere à captação de turistas internacionais, já tinha descido para o 19º lugar, com uma queda acentuada em 2009 para o 38º lugar, seguida da recuperação de uma posição em 2010. Contudo, é de salientar que essa descida foi menos acentuada no que se refere às receitas, passando do 22º lugar em 2002 para o 25º em 2009. Esta redução da competitividade internacional motivou a necessidade de Portugal redefinir as suas estratégias, apresentadas, em 2006, no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT). Segundo esse plano,

a visão para o Turismo em Portugal é uma visão estratégica ambiciosa, mas exequível, assente em 3 pilares: Portugal deverá ser um dos destinos de maior crescimento na Europa, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o setor num dos motores de crescimento da economia nacional (MEI, 2006: 5).

O PENT apontava como objetivo um crescimento anual médio de “5% no número de turistas, atingindo 20 milhões de turistas em 2015, e cerca de 9% nas receitas ultrapassando o patamar dos 15 mil milhões de euros” (MEI, 2006: 6).

Perante a constatação de que a evolução do turismo até 2010 ficou longe dos objetivos definidos na primeira versão do PENT, o Governo promoveu a revisão desse plano em 2011, propondo um cenário menos otimista:

⁷ A recuperação foi incentivada por medidas como o reforço da promoção do destino, intervenção rápida na recuperação das infraestruturas e se ter acentuado a liberalização do transporte aéreo para a região.

Portugal deverá crescer acima da média europeia, sobretudo ao nível das receitas visto que se assume como prioridade o incremento da receita média por turista. Os objetivos definidos apontam para um crescimento médio anual de 8,4% nas receitas e de 4,6% nas dormidas até 2015, reforçando o peso do Turismo no total de exportações portuguesas de bens e serviços para 15,8% (MEID e TP, 2011: 10).

No que se refere aos hóspedes estrangeiros, as novas previsões apontavam para um crescimento anual de 5,3%, no cenário pessimista e de 7,4%, na versão otimista, e uma evolução das receitas dos estrangeiros de 6,9% e 9,9%, respetivamente.

Passados dois anos, constatou-se que também estas previsões eram demasiado otimistas, levando o Ministério da Economia e do Emprego a apresentar uma nova proposta de revisão do PENT, que esteve em discussão pública até finais de janeiro de 2013. Segundo esta proposta:

ao nível das dormidas, o objetivo é crescer a uma média anual de 3,1% no período 2011-2015, inferior ao aumento médio registado nos dois últimos anos, mas superior ao crescimento prospetivado pela tendência (1,3%), sendo a procura externa o principal motor do crescimento (3,7% no período 2011-2015), prosseguindo a diversificação da procura. Em relação às receitas, base da rentabilidade e sustentabilidade das empresas, e num cenário de financiamento limitado, o objetivo é crescer 6,3% ao ano no mesmo período (MEE, 2012: 8).

Apesar dos objetivos considerarem previsões de crescimento inferiores às anteriores, estas continuam provavelmente a ser excessivamente otimistas, especialmente porque:

- ▶ As tendências apontam para valores bastante mais modestos;
- ▶ O modelo de turismo que caracterizou a época dourada do crescimento do turismo em Portugal, muito centrado no produto sol e mar, está relativamente esgotado e a requalificação da oferta certamente que não é tão rápida como o desejado;
- ▶ Portugal entrou num período em que terá recursos financeiros mais limitados para requalificar e promover o setor e garantir um elevado nível na oferta de eventos e programação cultural;
- ▶ A atual crise económica na Zona Euro, afetando diversos dos principais países emissores para o mercado português, poderá repercutir-se na redução de viagens;
- ▶ É previsível que se acentue o aumento da concorrência internacional, quer por parte de destinos consolidados, quer por um número crescente de novos destinos;
- ▶ O crescimento do número de turistas internacionais está a deslocar-se essencialmente para países emergentes noutros continentes.

Apesar de aqui se considerar os cenários apresentados pelo PENT demasiado otimistas, é de destacar que Portugal continua a ter no turismo um setor estratégico e bastante competitivo, como se prova pela posição que ainda mantém nos *rankings* dos mercados

recetores e da competitividade dos destinos. Segundo o World Economic Forum, que elabora o Índice de Competitividade Viagens e Turismo (Travel & Tourism Competitiveness Index), em 2011, Portugal era o 18º destino mais competitivo a nível mundial, sendo os primeiros cinco lugares ocupados por países europeus, dos quais sobressai a Suíça em primeiro lugar. Contudo, também neste índice, Portugal tem vindo a perder posições desde 2008, ano em que se encontrava em 15º lugar (Blanke e Chiesa, 2011).

Outro ponto forte advém do crescimento das receitas ser superior ao do número de turistas, o que demonstra que Portugal tem acompanhado a tendência internacional. A par da sustentabilidade, a qualidade e a competitividade são dois aspetos determinantes para o desenvolvimento turístico dos territórios, que estão diretamente ligadas à satisfação dos visitantes (Silva *et al.*, 2001b). Segundo o estudo “Satisfação de Turistas”, elaborado no final da época alta de 2010 pelo Turismo de Portugal (2010: 10),

o nível de satisfação global com as férias em Portugal é muito elevado: 91% de muito satisfeitos, sendo que 44% referem que as férias ficaram acima das expectativas, pelo que a esmagadora maioria (90%) revela que de certeza voltará/provavelmente voltará a Portugal nos próximos 3 anos. Claramente, a oferta natural (e cultural) do nosso país é a ‘bandeira’ de Portugal, pelo elevado nível de satisfação obtido, seguido da hospitalidade e das atividades turísticas (TP, 2010: 10).

No que se refere às fragilidades do turismo em Portugal, destacam-se quatro características marcantes, nomeadamente a já referida tendência para a perda comparativa de competitividade à escala mundial, uma sazonalidade expressiva, a elevada dependência de quatro mercados emissores e a forte centralização da atividade em três regiões turísticas.

Cruzando a análise dos dados sobre a evolução da posição internacional de Portugal, quer em termos de entradas de turistas, quer no Índice de Competitividade Viagens e Turismo, verifica-se uma perda de competitividade, que advém essencialmente da emergência de outros destinos e de outros fatores externos e não tanto de fatores internos, pois o país tem empreendido um esforço significativo para melhorar a oferta turística, detetável no elevado índice de satisfação dos turistas. Ou seja, o caminho seguido não é desadequado, mas outros destinos têm conseguido afirmar-se melhor num mundo cada vez mais global e competitivo, “que apresenta uma forte concentração das grandes decisões de mercado num grupo restrito de grandes operadores” (UCPT, 2005: 7).

Outra debilidade do turismo em Portugal, semelhante à de muitos outros destinos, consiste na excessiva sazonalidade da atividade, resultado de diversos fatores como o clima dos territórios recetores, a organização do trabalho, a distribuição das férias escolares e o peso expressivo que o produto sol e mar ainda apresenta no destino nacional. Certamente que o

ideal seria a atividade turística ser distribuída o mais homoganeamente possível ao longo do ano mas, nessa impossibilidade, o objetivo será atenuar a sazonalidade reforçando a aposta na diversificação de produtos.

Em Portugal, cerca de 35% dos hóspedes e 39% das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos, estão concentrados nos meses de julho a setembro, verificando-se uma forte quebra nos meses de inverno, especialmente no número de turistas estrangeiros (Figura 13).

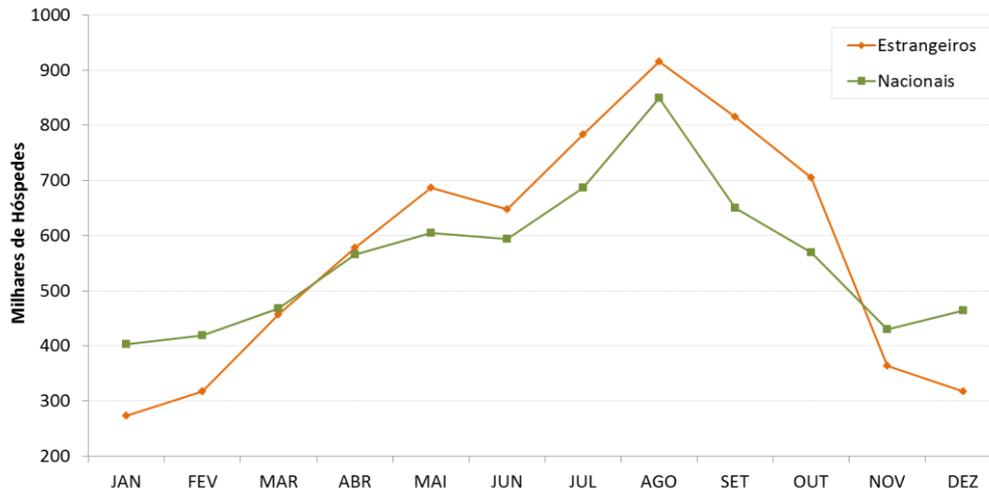


Figura 13 | Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos em Portugal no ano de 2010 (Dados: INE 2011)

Quanto à procura turística esta distribui-se quase equitativamente entre o turismo interno e o internacional, mas neste último verifica-se uma forte dependência de apenas quatro países (Espanha, Reino Unido, Alemanha e França). Como se pode observar na figura 14, estes quatro países foram responsáveis por 55,5% do total de hóspedes estrangeiros em Portugal, em 2010.

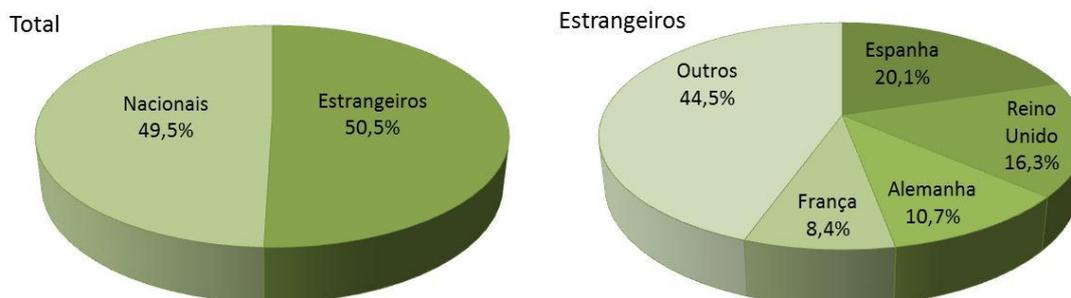


Figura 14 | Hóspedes totais e estrangeiros em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos em Portugal no ano de 2010 (Dados: INE 2011)

No que se refere à distribuição geográfica da atividade turística em Portugal, continua muito concentrada em apenas três regiões, que representam uma pequena parte do território nacional (Figura 15). Em 2005, o Algarve, Lisboa e a Madeira, “concentraram mais de 85% das dormidas de estrangeiros em estabelecimentos hoteleiros” (MEI, 2006: 23), situação que infelizmente não se tem alterado significativamente pois, em 2010, esse valor era de 82,8%. Curiosa é a posição da Região Centro, que tem um peso muito baixo na captação das dormidas de estrangeiros (5,7%), enquanto nas dormidas nacionais apresenta uma quota significativa (18,4%). Por sua vez, na Madeira passa-se o inverso, com um peso bastante menos significativo do turismo interno. Na relação entre o número de dormidas e os hóspedes, observa-se uma discrepância regional muito expressiva. A Madeira (5,1 dias) e o Algarve (4,6) destacam-se por apresentarem uma estada média muito superior à das outras regiões, especialmente a do Norte (1,7) e do Centro (1,8).

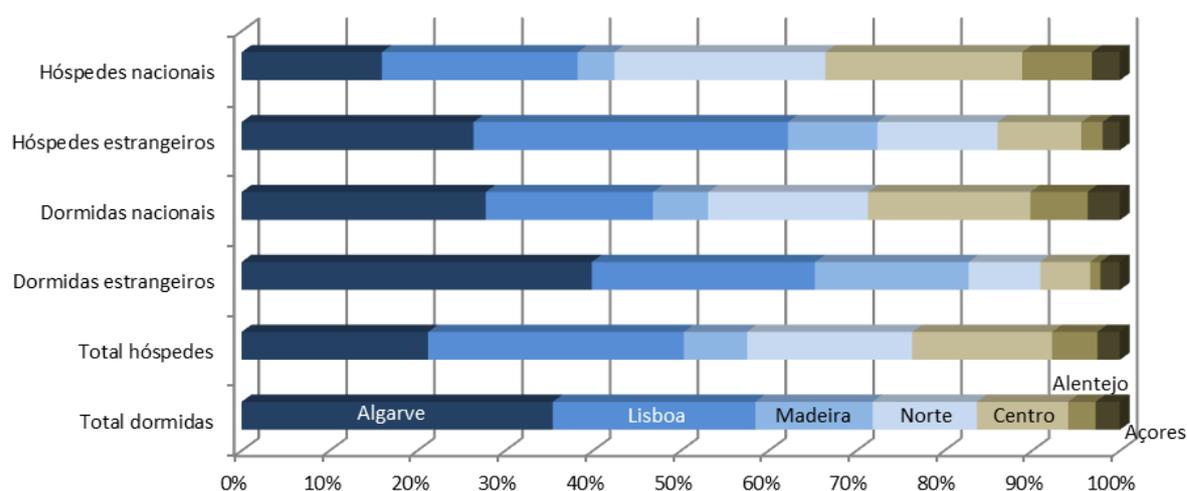


Figura 15 | Dormidas e hóspedes por região turística em 2010 (Dados: INE 2011)

Estabelecer a comparação da distribuição do turismo por região utilizando apenas os valores absolutos do número de turistas, hóspedes ou dormidas em estabelecimentos hoteleiros e similares, é algo muito limitado, pelo facto da superfície e população dessas regiões serem muito diversificadas e por cada região frequentemente esconder realidades internas muito diversificadas, destacando-se o forte contraste entre o litoral e o interior, com a concentração da atividade turística no litoral. No entanto, como destacam Fernandes *et al.* (2003: 59),

nos últimos anos tem-se vindo a assistir a uma gradual mudança nas atitudes e comportamentos dos turistas (essencialmente nacionais), que associada a um maior investimento promocional de outros destinos turísticos vem conduzindo a uma maior procura desses destinos [do interior].

Apesar da concentração turística ser nitidamente um ponto fraco em termos de desenvolvimento e coesão territorial pode simultaneamente encarar-se como uma oportunidade, já que muitas das outras regiões apresentam um importante potencial de desenvolvimento por explorar.

Na análise à importância da atividade turística em Portugal é também necessário não descurar a relevância do turismo interno que é frequentemente subavaliada. Como evidencia Silva (2009: 8), o seu valor económico “ultrapassa largamente o que as perspetivas conservadoras lhe atribuíam, ao ponto de o desvalorizarem sistematicamente face ao turismo recetor”. Segundo dados apresentados no documento de revisão do PENT, os hóspedes nacionais aumentaram “em cerca de 800 mil e as dormidas em cerca de 1,4 milhões entre 2006 e 2010” (MEID e TP, 2011: 15), compensando em parte o declínio do crescimento da procura externa. Em 2010 o número de hóspedes nacionais era semelhante ao dos hóspedes estrangeiros, representando 36,8% das dormidas. Contudo, conforme referido anteriormente, é expectável que exista uma franja importante do turismo interno não contabilizada.

Ainda relativamente ao turismo interno, o PENT apresenta previsões de crescimento, para o período entre 2010 e 2015, de 4,3% no cenário otimista e 2,2% no pessimista, o que é significativamente inferior às previsões para o turismo internacional e contrário ao previsto para muitos países em que se aponta para um reforço significativo do turismo interno. Apesar destes cenários serem menos otimistas que os apresentados para a evolução do turismo internacional, não serão fáceis de alcançar, em virtude de Portugal ter entrado na segunda década do século com necessidades de reestruturação da sua economia e finanças, o que se reflete negativamente no emprego e no rendimento disponível das famílias.

De um modo geral, os cenários de desenvolvimento aqui apresentados denotam um otimismo significativo por parte da OMT em relação ao crescimento do setor do turismo mundial, e do Governo português no que se refere ao turismo nacional, para os próximos anos. Contudo, também foram aqui apresentados argumentos que colocam em causa estes cenários e defendem uma postura mais prudente, pois a adoção de uma visão demasiado otimista pode estimular alguns investimentos difíceis de sustentar, caso os resultados fiquem muito aquém das metas estabelecidas. Acresce que, nos próximos anos, Portugal certamente não terá condições para fazer investimentos de risco e avultados, pelo que a prudência criativa e ativa deve ser a filosofia mais apropriada. Ou seja, deve apostar-se certamente na qualidade e na diversificação da oferta, mas focalizar os investimentos nos fatores distintivos, na inovação e em investimentos sustentáveis e com prazos mais alargados.

A partir da breve análise ao turismo em Portugal, pode concluir-se que o turismo é indiscutivelmente um dos setores estratégicos para Portugal, destacando-se as suas diversas dimensões (económica, social, cultural, ambiental, etc.) e o seu contributo para a balança de pagamentos. É ainda provável que o turismo continue a reforçar o seu peso na economia nacional, mesmo que seja difícil contrariar a tendência verificada nos últimos anos de perda de alguma competitividade internacional.

Apesar do Governo ter apresentado recentemente a revisão do PENT e este ter sido amplamente debatido pelos *stakeholders* e investigadores, não são expectáveis mudanças estruturais suficientemente rápidas, que permitam contrariar a curto prazo algumas das principais fragilidades do setor em Portugal, nomeadamente no que se refere à concentração geográfica, dependência de um número restrito de mercados emissores, sazonalidade e peso do produto sol e mar. Tal como muitos outros países que se encontram na fase de maturidade da atividade turística, desde finais do século XX, existem mudanças importantes no setor, das quais se destacam a expansão do turismo a novos territórios, a diversificação de produtos, uma aposta crescente na qualidade e na sustentabilidade e a valorização do turismo de nichos e das viagens internas, tanto de turistas como dos visitantes do dia.

Territórios periféricos como os Açores e as regiões do interior constituem atualmente novos destinos com potencial para oferta de produtos alternativos. Caso nessas regiões sejam adotados modelos de desenvolvimento turístico de baixa densidade, apostando na qualidade, nos recursos locais e na sustentabilidade, certamente o turismo poderá trazer aportes muito significativos para o desenvolvimento local de forma continuada, refletindo-se na melhoria da qualidade de vida das populações locais. Acresce que, para algumas regiões do interior, o turismo poderá constituir uma oportunidade para contrariar a desertificação.

2.4 NOVAS DINÂMICAS DO LAZER E DO TURISMO

Embora relativamente jovem, a história do turismo é intensa, tanto pelo rápido crescimento do setor como pelas dinâmicas de mudança. Esse crescimento induziu, e simultaneamente resultou, de transformações que conferem ao turismo uma forte capacidade para se adaptar tanto a alterações derivadas de fatores externos ao setor, como de internos.

Até finais do século passado o turismo assumiu essencialmente um modelo geograficamente concentrado, massificado e pouco diversificado em termos de oferta de produtos turísticos. O expoente máximo do turismo de massas atinge-se na década de 1980, associado à adoção do “paradigma da produção em massas do setor industrial, baseado nas economias de escala e na oferta de férias padronizadas a turistas inexpertos, caracterizados por motivações muito básicas, como a busca de sol e praia a preços baixos” (OMT, 1998: 383). Assim, pode considerar-se que na segunda metade do século XX, o turismo de massas constituiu-se no paradigma empresarial deste setor.

Mesmo antes de se ter atingido esse expoente máximo associado ao turismo de massas, os sinais de mudança já existiam, decorrentes tanto da contestação do modelo de desenvolvimento vigente centrado na maximização do crescimento, como das próprias mudanças nas preferências e no perfil dos turistas. Este processo, em que o auge de um paradigma coincide com o arranque de outro, é comum. De facto, a transição de um paradigma para um novo, geralmente leva à coincidência de um “período de transição no qual haverá uma grande, mas nunca completa, sobreposição entre os problemas que podem ser resolvidos pelo antigo e pelo novo paradigma” (Kuhn, 1962, pp. 84-85).

Contudo, as mudanças não induzem necessariamente a alteração de paradigmas, podendo ser muito graduais e não levar propriamente a uma rutura. Mas também é comum que, antes que se estabeleça uma rutura, parte dos fatores de mudança sejam parcialmente assimilados e adaptados pelas forças associadas ao paradigma vigente, permitindo que este dê resposta aos novos problemas que se tinham constituído como a energia para a mudança.

Tal como outros setores, o turismo conta com uma abordagem e fatores de mudança específicos, mas na essência, as transformações atuais, são derivadas de forças transversais à economia e à sociedade, em particular as referentes à evolução tecnológica, à globalização e a uma maior consciencialização social e ambiental das populações, em especial dos países mais desenvolvidos.

Na sociedade em geral, e no turismo em particular, é atualmente comum ouvir-se falar num novo paradigma associado à sustentabilidade. Mas, será essa mudança tão expressiva que

possa induzir à emergência deste novo paradigma, ou trata-se apenas de um paliativo num mundo global que continuar a ser dominados pelas mesmas forças e princípios?

Estando ou não o turismo em processo de mudança de paradigma, é certo que se têm verificado transformações significativas, especialmente a partir da década de 1990, levando mesmo diversos investigadores a defenderem que entrámos numa “nova era do turismo” (Fayos-Solà, 1994). Nesse sentido, Poon (1993: 84) identificou “cinco forças fundamentais que impulsionam a mudança: novos consumidores, novas tecnologias, necessidade de novas formas de produção, gestão mais flexível e mudança do meio”. Contudo, é essencial dar também especial importância a fatores como a globalização, a sustentabilidade e o incremento da competitividade.

Parte significativa das mudanças são induzidas pelos próprios consumidores, que levaram à necessidade do setor se adaptar rapidamente aos “novos turistas” que passam a valorizar mais a qualidade, a busca de experiências e de emoções intensas e genuínas, férias mais diversificadas e ativas e um turismo mais adequado às necessidades individuais ou de pequenos grupos. Turistas mais instruídos e exigentes, maior consciencialização e preocupação com a sustentabilidade, alargamento da faixa etária dos viajantes, alterações na estrutura familiar, novas dinâmicas na organização do trabalho conjugadas com maior mobilidade que incentivam a repartição das férias, são de facto fatores de mudança expressivos, que levam à procura de novos destinos, à proliferação de produtos e estimulam o e-turismo e novas abordagens de *marketing*, condicionadas pela necessidade de estabelecer uma forte segmentação do mercado.

Para dar resposta a estas novas necessidades, o setor tem vindo a apostar na inovação e na criatividade para garantir um serviço mais personalizado aos turistas e simultaneamente trabalhar com um número crescente de clientes com necessidades cada vez mais diversificadas. Existe algum paradoxo nisto porque, concomitantemente com a emergência da individualidade e desejo de anonimato, muitas pessoas aderem às redes sociais expondo-se a nível global. Como explica Dencker (2004: 46), isto é facilitado porque, “ao mesmo tempo que a sociedade se massifica, a comunicação cria mecanismos de aproximação, ainda que virtuais, resultando em interações mais intensas entre as pessoas e na formação de novos vínculos”.

A internet e a flexibilização dos sistemas de pagamento conduziram igualmente a importantes alterações, permitindo aos consumidores reduzir os intermediários e levando as empresas a inovar com novas formas de comunicar e de comercializar os seus serviços. As empresas e os destinos deixaram de estar totalmente dependentes das agências de viagem, passando a poder estar ligadas globalmente através da internet. Este enquadramento é proporcionador de oportunidades para pequenas empresas e para

territórios periféricos. Os destinos também tiveram de se adaptar a estas mudanças portadoras de novas oportunidades para territórios que estavam fora do mercado e, simultaneamente, a um forte incremento na concorrência, o que reforçou a necessidade de apostar na competitividade e no planeamento turístico. De facto, a massificação, a perda de qualidade de alguns destinos, o aumento da concorrência, a par de uma maior consciencialização dos turistas para as questões ambientais e para a sustentabilidade em geral, levou à valorização do planeamento turístico e à adoção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis (Chazaud, 2004).

Este incremento da concorrência entre os destinos promove a necessidade dos mesmos se reestruturarem, passando muitos a valorizar mais a qualidade e a apostar tanto na diversificação de produtos como numa especialização, em função das potencialidades dos territórios e dos seus produtos estratégicos. Paralelamente reforça-se a aposta na valorização da informação sobre o destino, aumentam as preocupações com os impactes locais da atividade, incentiva-se a participação das comunidades locais e procura-se oferecer experiências mais intrinsecamente ligadas ao território e à cultura local.

Contudo, sem o reforço da participação da comunidade local, quer nas diversas fases do planeamento e de gestão da atividade turística, quer como utilizadores dos recursos turísticos, dificilmente se poderá verdadeiramente mudar de paradigma. Em muitas regiões os benefícios do turismo continuam a não se refletir significativamente na integração e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, mantendo-se essencialmente como um fenómeno exógeno, que por vezes apenas sobressai localmente pelos indesejáveis impactes sociais e ambientais. Esta questão é atualmente muito debatida, levando à defesa de modelos centrados no desenvolvimento local e no combate à pobreza, especialmente nos territórios onde o turismo continua a estar longe de se constituir como um direito e uma prática.

Ações e conceitos como turismo responsável, comunitário e participativo são hoje também fatores de transformação, mas certamente ainda longe de poderem ter um peso significativo no “novo paradigma”. Associada a esta tendência do lado da procura é importante também referenciar que essas mudanças são acompanhadas pelo lado da oferta. Nesse sentido Page e Connell (2006: 19) evidenciam a crescente “ procura de estudantes e trabalhadores qualificados que têm uma compreensão da natureza dinâmica do turismo e uma capacidade de gerir os seus impactes negativos na população e ambiente natural”.

Estas mudanças estão essencialmente centradas nos consumidores, levando o setor a alterar as suas ferramentas de gestão que passaram a ter um maior enfoque na qualidade e satisfação dos clientes em detrimento da quantidade. Assim, “a metodologia da

'Qualidade Total'⁸, focalizada na satisfação das expectativas dos consumidores, tem vindo a tornar-se numa das principais ferramentas de gestão, adotadas tanto pelas empresas, como pelos destinos turísticos" (OMT, 1998: 389); e apesar de nos últimos anos estar a ser preterida, muitos dos seus conceitos "continuam a ser adotados pelas empresas por meio da implementação de novas técnicas e modismos de gestão" (Cordeiro, 2004: 19).

Atualmente é ainda possível identificar outros fatores de mudança que a prazo mais alargado poderão ter uma forte repercussão. Um dos mais significativos resulta da existência de um elevado potencial de crescimento do número de turistas e sua diversificação cultural. Até recentemente apostava-se na emergência de "novos turistas" com crescente poder de compra oriundos dos países desenvolvidos, reforçando a ideia da continuidade da tendência de crescimento dos gastos médios dos turistas. Contudo, a dinâmica atual da economia mundial coloca em causa essas projeções demasiado otimistas porque, ao contrário previsto, as classes médias dos países desenvolvidos provavelmente não continuarão a expandir os seus rendimentos e tempo livre.

A emergência desses "novos turistas" tinha mesmo levado diversos investigadores a enfatizarem uma mudança significativa na procura, resultante de alterações no perfil dos turistas dos países desenvolvidos. Nas últimas décadas registou-se um crescimento predominantemente dos turistas classificados como mesocêntricos e aventureiros, que, mais instruídos e exigentes, passaram a valorizar a qualidade e a ter gastos médios relativamente elevados. Contudo, as tendências mais recentes indicam que muitos desses viajantes tendem a procurar formas de viajar mais económicas, autênticas e criativas, e em vez de luxuosos hotéis e *resorts*, procuram alojamento com as comunidades locais, troca de casa⁹ (*couch surfing*), arrendamento sazonal¹⁰, ou pernoitar em ambientes naturais. Caso a dinâmica internacional não se altere radicalmente, provavelmente o crescimento do turismo a prazo passará essencialmente por novos turistas oriundos da classe média de países de economia emergente como a China, a Índia, o Brasil e a Rússia. Isso irá implicar profundas alterações nos mercados emissores, com novos fluxos de turistas de países demograficamente jovens e culturalmente muito distintos dos atuais países emissores.

⁸ Esta ferramenta de gestão procura implementar um sistema de qualidade, que embora esteja centrado na satisfação última do cliente, dá também grande relevância a todos os *stakeholders* e à excelência organizacional das empresas, num processo integrado, considerando a Qualidade Total como o estado ótimo de eficiência e eficácia em todos os elementos que constituem a empresa e as suas interligações.

⁹ Este movimento impulsionado com a criação do *site* www.couchsurfing.com por Casey Fetton, em 2003, pretende estimular a troca de casa ou a disponibilização de alojamento gratuito e estabelecer ligações e partilha de experiências entre os viajantes e a comunidade acolhedora. A 21 de janeiro de 2012 estavam registados 3.680.570 membros neste projeto, sendo que cerca de 51% eram oriundos de países europeus e o crescimento tem tendência a aumentar (CouchSurfing, 2012).

¹⁰ Segundo o estudo da TNS Sofres realizado em fevereiro de 2011, em diversos países europeus a opção de preferência de alojamento recorrendo ao arrendamento de casas está em crescimento e em alguns países já suplanta a preferência pela hotelaria, sendo valorizado ser uma opção mais económica (www.tns-sofres.com).

Em síntese, a partir da revisão bibliográfica, incorporando os contributos de autores como Poon (1994), Fayos-Solà (1994), Kastenholtz (2002), Hales (2006), Moscardo (2006), Page e Connell (2006), Cooper *et al.* (2007), Cunha (2009), Silva (2009) e alguns relatórios técnicos elaborados pela OMT (1998, 2005), identificam-se nas últimas décadas, alterações importantes no setor do turismo que se poderão constituir ou englobar num novo paradigma. Entre essas tendências destacam-se as seguintes:

- ▶ Forte dinamismo do setor, que apresenta uma grande capacidade para se adaptar à globalização, às alterações na procura e aos progressos tecnológicos;
- ▶ Alterações no perfil e nas motivações de muitos turistas, cada vez mais informados, exigentes e com maior capacidade para tomar decisões;
- ▶ Segmentação da procura mais complexa, com novas motivações de viagem e valorização do turismo de nichos;
- ▶ Mudanças significativas no *marketing* turístico tornando-se mais relacional e valorizando os meios *on-line*;
- ▶ Emergência de novos mercados emissores com enorme potencial, em especial o asiático;
- ▶ Diversificação das origens culturais dos turistas e alargamento dos grupos etários e sociais, que apresentam motivações muito distintas;
- ▶ Dispersão geográfica da atividade turística, com a emergência de novos destinos e valorização da atividade mesmo em territórios periféricos;
- ▶ Desenvolvimento dos mercados por produtos “orientados para uma combinação dos três ‘E’: entretenimento, excitação e educação” (OMT, 1998: 393);
- ▶ Incorporação dos pressupostos do desenvolvimento sustentável e reforço dos aspetos associados à qualidade no planeamento e nos modelos turísticos;
- ▶ Incremento significativo da concorrência e especialização dos destinos;
- ▶ Maior repartição das férias, com aumento da frequência das viagens e por períodos mais curtos, para diversos destinos, diferentes motivações e em épocas distintas;
- ▶ Exigência de maior segurança nas deslocações e “nos destinos, no que se refere à delinquência, questões sanitárias e situação política e social” (OMT, 1998: 387);
- ▶ Forte dependência dos destinos das ligações aéreas, em particular das *low cost*;
- ▶ Aumento do gasto médio com a estada por parte de diversos grupos de turistas;
- ▶ Crescimento, diversificação e inovação de viagens alternativas de baixo custo, baseada na partilha de experiências e formas de turismo colaborativo ou criativo, como são exemplo o *couch surfing*, o agroturismo, o volunturismo e o turismo comunitário;

- ▶ Maior consciencialização social e ambiental dos turistas, com valorização de destinos e atividades mais sustentáveis, do comércio justo e do contacto mais genuíno com as comunidades locais;
- ▶ Aumento do e-turismo, associado às novas tecnologias de informação e comunicação, cada vez mais importantes na escolha dos destinos e sistemas de reservas, permitindo uma flexibilização e redução de intermediários;
- ▶ Incremento da concentração empresarial devido à globalização e ao aumento da competição, mas simultaneamente maior dispersão de serviços com expansão de pequenas empresas direcionadas para nichos de mercado;
- ▶ Crescimento de férias mais flexíveis e individualizadas, adquiridas a preços competitivos com as padronizadas;
- ▶ Alterações do papel desempenhado pelas agências de viagem, que para além de assegurarem os tradicionais pacotes turísticos, passam a assessorar o cliente a gerir informação e a oferecer serviços baseados na especialização;
- ▶ Valorização do turismo interno;
- ▶ Crescimento acentuado do turismo sénior;
- ▶ Valorização das férias mais ativas, das experiências e dos serviços de animação;
- ▶ Aumento do turismo de aventura muito associado ao produto natureza, à prática de atividades desportivas e à animação;
- ▶ Valorização do ecoturismo;
- ▶ Aumento da relevância turística das metrópoles devido à redução dos custos de acessibilidade, ao incremento das férias de curta duração e à ampla oferta cultural, comercial, de animação, gastronomia e eventos;
- ▶ Aumento das viagens internacionais por motivos de negócios;
- ▶ Incremento do turismo de cruzeiros;
- ▶ Crescimento da imobiliária de lazer e do turismo residencial.

De destacar que algumas das tendências apresentadas são aparentemente contraditórias, por se direcionarem em simultâneo para lados opostos, como é o caso da tendência para a concentração de grandes operadores turísticos e da dispersão de muitos serviços para pequenas empresas e para o fornecedor final. É ainda necessário considerar que a dinâmica da economia e a evolução tecnológica acentuam a incerteza de algumas destas tendências, como é exemplo o pendor para aumentar as viagens internacionais por motivos de negócios, já que cada vez se recorre mais às tecnologias de comunicação, como as videoconferências, em substituição dessas deslocações.

3. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

“Desenvolvimento é uma palavra positiva que é quase sinónimo de progresso”

Allen e Thomas (1995: 6)

3.1 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

“Embora existam algumas coisas desagradáveis em Veneza não há nada tão desagradável quanto os visitantes.”

Henry James (1843-1916)

3.1.1 Abordagem ao tema

Apesar do desenvolvimento ser há muito um tema central e estruturante para as sociedades, assumindo um carácter capital na investigação académica e nos discursos políticos, ainda gera muitas controvérsias e continua a ser um campo de pesquisa e ação bastante profícuo.

Os modelos de desenvolvimento adotados pelos países e regiões estão em constante evolução e são dependentes de fatores políticos, históricos e geográficos, entre outros. Na atualidade, é comum a abordagem a esta problemática focar a história contemporânea e, em particular, o “mundo ocidental”, secundarizando outras realidades culturais, históricas e geográficas pois, tal como destaca Samuelson (1987: 869), “a nossa interpretação dos sistemas económicos depende, fundamentalmente, do tipo de óculos que se usarem para os observar”. Apesar deste reconhecimento, também aqui se opta por focar a abordagem na cultura contemporânea ocidental, pelo facto de estar mais próxima do tema e da área geográfica em estudo.

Partilhando da opinião de Weaver (2006: 10) que defende que o “turismo sustentável pode ser considerado basicamente como a aplicação da ideia de desenvolvimento sustentável para o setor do turismo”, optou-se por apresentar uma abordagem mais abrangente ao desenvolvimento e à sustentabilidade, partindo do geral para o particular, considerando que a investigação em torno do turismo sustentável beneficia da adoção de uma perspetiva sistémica e de uma análise interdisciplinar (Liu, 2003). Esta abordagem evita transmitir a ideia de que o turismo foi pioneiro e motor na emergência do paradigma do desenvolvimento sustentável, o que nem sempre está claro em muitos estudos de turismo.

3.1.2 As doutrinas económicas da época contemporânea

Os atuais modelos de desenvolvimento dependem de muitos fatores, sendo de realçar as doutrinas económicas dominantes da presente época. Historicamente, o início da época contemporânea está associado à Revolução Francesa (1789 a 1799), que levou à abolição da servidão e dos direitos feudais e à proclamação dos princípios universais da “Liberdade, Igualdade e Fraternidade¹¹”. Mas o primeiro grande marco da economia contemporânea surge na década anterior, com a publicação, em 1776, da obra de Adam Smith (1723-1790), “A Riqueza das Nações”, influência determinante dos primeiros cem anos desta época (Samuelson, 1987).

A teoria de “Laissez Faire” ou da “Mão Invisível” de Adam Smith defendia a adoção de uma política económica baseada numa ordem natural que se autorregula, refutando a intervenção proativa do Estado na economia. Esta perspetiva ia de encontro às expetativas dos capitalistas e dos defensores do crescimento económico sem regulação e sem preocupações de distribuição da riqueza.

Dos percursores de Adam Smith, são de destacar o reverendo Thomas Malthus (1766-1834) e David Ricardo (1772-1823), dois dos principais representantes da economia política clássica que defenderam perspetivas pessimistas para a economia mundial. Em 1798, Malthus publicou a obra “Ensaio sobre a população”, na qual desenvolveu uma teoria demográfica pessimista, considerando inevitável caminhar-se para uma situação na qual o aumento da população tenderia a ser superior ao da produção de alimentos, com consequências desastrosas. Dando seguimento a esta abordagem, o economista inglês David Ricardo escreveu, em 1817, a obra “Princípios de Economia Política e de Tributação”, na qual apresentou a sua teoria dos “Rendimentos Decrescentes”. Com as suas “profecias sobre a estagnação dos salários e lutas de classes, entre 1820 e 1870, ou seja, durante meio século, Ricardo manteve hipnotizados os economistas e os homens de Estado” (Samuelson, 1987: 872).

Estas visões pessimistas da economia, que de certa maneira colocavam em causa o modelo capitalista vigente nas sociedades industriais, foram apreciadas pelos capitalistas da época, tanto pela ideia implícita da necessidade de apostar no reforço das forças de mercado para estimular o crescimento económico, como de que a pobreza e o sofrimento eram o destino para a generalidade das pessoas, sendo a diferença entre as classes sociais uma inevitabilidade.

¹¹ Frase atribuída a Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), um dos principais filósofos do iluminismo e precursor do romantismo.

Contudo, se Adam Smith apenas se preocupou com a criação de riqueza, Ricardo veio introduzir também a preocupação pela repartição da mesma, contribuindo por influenciar os economistas marxistas. Como se pode observar na figura 16, a partir da economia clássica verificou-se uma ramificação, num lado com o desenvolvimento da economia neoclássica que levou à keynesiana, e no outro, um ramo que teve como referência a obra “O Capital” (1867, 1885, 1894) de Karl Marx (1818-1883).

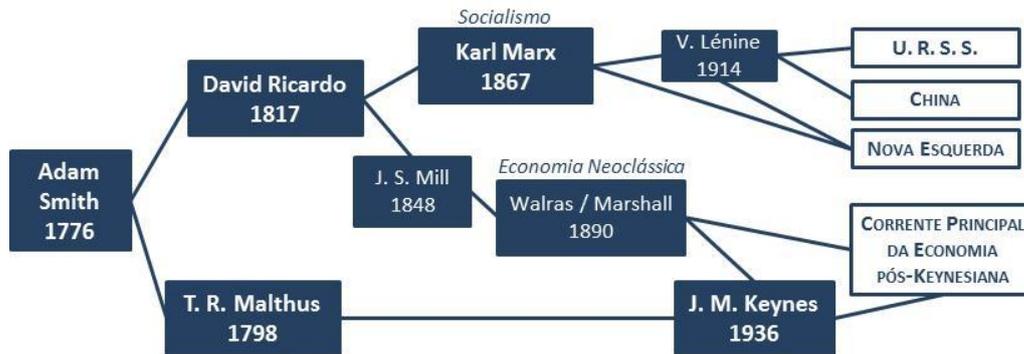


Figura 16 | Árvore genealógica da economia – principais correntes económicas de Adam Smith a Keynes (Samuelson, 1987)

Fundador da doutrina comunista, Marx defendia a rutura com o modelo económico vigente, baseado na exploração do trabalho e na desigualdade de oportunidades, promovendo o estabelecimento de uma sociedade igualitária, sem classes sociais. A defesa de um Estado centralizador e interveniente consistia numa etapa necessária para se alcançar o “comunismo puro”. Marx é assim precursor de um novo paradigma para o progresso das Nações, ao propor que a economia tenha como objetivo servir as pessoas de forma igualitária, ao invés de se basear em modelos que privilegiam a concentração do capital e a exploração da mão-de-obra (Samuelson, 1987).

No lado oposto, os economistas neoclássicos não estavam muito preocupados em provar os malefícios das desigualdades dos rendimentos, mesmo considerando que a maioria deles não era defensor do “laissez faire” (Samuelson, 1987). Por volta da 1ª Guerra Mundial começou a afirmar-se uma corrente no seio dos economistas neoclássicos, precursora da moderna “economia de bem-estar”, com economistas como Arthur Pigou, Abram Bergson, Abba Lerner, Ian Little, John Harsanyi, Kenneth Arrow e John Rawls, que defendiam a intervenção do Estado “para reduzir a desigualdade, compensar as distorções monopolistas e para corrigir as deseconomias externas, como por exemplo, quando a produção privada provoca uma poluição pública” (Samuelson, 1987: 874).

Até então, as preocupações e críticas ao modelo societal e económico vigente nas economias capitalistas contemporâneas resultavam, essencialmente da desigualdade das

classes e das preocupações sobre a insustentabilidade dos recursos causada pelo crescimento demográfico (Moggridge, 2008).

No período pós 1ª Guerra Mundial, em plena Grande Depressão, surge a obra “A General Theory of Employment, Interest and Money” (1936) de John Keynes (1883-1946), que veio revolucionar a teoria económica, demonstrando e defendendo as teorias da superprodução e de pleno emprego. A escola de pensamento, conhecida como economia keynesiana, defende a política intervencionista do Estado, recorrendo a medidas fiscais e monetárias para estimular a economia nos períodos de recessão.

A escola keynesiana veio posteriormente a perder peso face à economia política pós-keynesiana, mas voltou a ganhar algum protagonismo a partir da crise financeira global que se instalou desde 2008. Os pós-keynesianos enfatizam o papel da especulação financeira e a necessidade de se dar maior destaque à incerteza na gestão dos mercados. Mas se a economia mundial se tornou mais dominada pelos sistemas e modelos económicos capitalistas, em especial após o colapso do bloco soviético, é de realçar a crescente crítica a esse modelo e o surgimento de alternativas. Geralmente é nos períodos de crise, como o vigente numa parte do mundo desde 2008, que as vozes críticas se acentuam, sendo expectável, que neste período de incerteza, se reforcem ou adaptem os atuais modelos, ou se induza uma revolução com mudança de paradigma.

De facto, apesar da enorme prosperidade que, em particular, as sociedades industriais materializaram desde meados do século XVIII, as desigualdades regionais continuam a persistir e acentuaram-se mesmo alguns problemas, em especial os ambientais. A globalização e grupos de cidadãos mais esclarecidos têm desencadeado um conjunto de movimentos em prol de um modelo de desenvolvimento mais justo e equilibrado. Simultaneamente, a realidade aponta para um défice de solidariedade internacional e de incremento da competição, que pode dificultar a tomada de decisões à escala mundial para promover soluções sustentáveis. Atualmente vive-se mesmo um certo paradoxo na economia mundial e, em particular no mundo ocidental, enfatizando-se os valores universais e o paradigma do desenvolvimento sustentável, em contraste com uma realidade assente numa economia bastante dependente do setor financeiro, da especulação e de relações políticas e económicas internacionais diferenciadas, com a comunidade internacional e os países dominantes a terem um discurso de exigência de cumprimento de valores humanos por parte de algumas nações, enquanto outras ficam de fora.

3.1.3 Rumo ao desenvolvimento e à sustentabilidade

No período pós 2ª Guerra Mundial, o processo acelerado de descolonização acentuou o debate em torno da desigualdade da distribuição da riqueza à escala mundial (Allen e Thomas, 1995). Neste âmbito, o discurso de posse de Harry Truman, como presidente norte-americano, a 20 de janeiro de 1949, constituiu um marco importante na política internacional. No seu discurso, Truman defendeu que os países desenvolvidos e, em particular os EUA, deveriam assumir uma política interventiva na resolução das desigualdades mundiais e da extrema pobreza da generalidade da população dos países subdesenvolvidos (Escobar, 1996).

A necessidade de reconstrução da economia mundial continuou a incentivar a adoção de modelos económicos direccionados para maximizar o crescimento da riqueza, sem grande preocupação com a sua distribuição. A corrente dominante na altura, conhecida por BLAST¹², contrastava com uma conceção de desenvolvimento mais social e amigável, conhecida por GALA¹³, e defendia uma via que implicava um processo de ajuste doloroso para as populações. Os defensores da via “sangue, suor e lágrimas” consideravam que a necessidade de um futuro melhor justificava a adoção de sacrifícios elevados por parte das populações. Esta premissa era reforçada pela observação das enormes desigualdades mundiais e do elevado crescimento demográfico dos países com baixo nível de desenvolvimento, que limitava seriamente a sua capacidade de progresso.

A par destas preocupações com a pobreza à escala internacional e com a limitação de recursos naturais e energéticos, na década de 1960 começaram a surgir preocupações com os fortes impactes ambientais causados por um modelo de industrialização fortemente poluidor e consumidor de recursos.

Apesar de anteriormente existirem importantes referências sobre as preocupações com o ambiente¹⁴, estas só passaram a ser recorrentes na segunda metade do século XX. Como primeiras referências destaca-se a publicação, em 1962, do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson e a realização, na cidade de Paris, em 1968, da Conferência da Biosfera organizada pela UNESCO, na qual um conjunto de especialistas internacionais debateu as bases científicas para o uso e conservação racionais dos recursos da biosfera. Contudo, até à década de 1970, essas preocupações permaneceram restritas ao meio científico.

¹² BLAST, do inglês: *blood, sweat and tears*. A expressão “sangue, suor e lágrimas” é atribuída a Winston Churchill, proferida no Parlamento Britânico durante o discurso de tomada de posse como Primeiro-ministro em 1940 em plena 2ª Guerra Mundial.

¹³ GALA, do inglês: *getting by, with a little assistance*.

¹⁴ Existem diversas obras importantes sobre este tema anteriores a meados do século XX, entre as quais se poderá destacar “Man and nature”, de George Perkins Marsh, publicada em 1864.

Em 1968, um conjunto de investigadores, empresários industriais e outras personalidades influentes, fundaram o Clube de Roma, com o objetivo de analisar e discutir os limites do crescimento económico, atendendo à crescente utilização de recursos naturais não renováveis. No âmbito dessas reflexões, contrataram uma equipa de investigadores multidisciplinares do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, para realizar um estudo sobre os limites do crescimento económico, considerando os padrões de consumo das nações mais industrializadas, a disponibilidade dos recursos naturais e o crescimento demográfico. As conclusões foram publicadas em 1972, sob o título "Os Limites do Crescimento", mais conhecido por "Relatório de Meadows" ou "Relatório do Clube de Roma", que teve forte impacto na comunidade internacional.

Nesse estudo, que recorreu a modelos matemáticos para elaborar uma projeção para cem anos, concluía-se que o Planeta Terra não suportaria a continuidade do aumento do consumo, resultante do crescimento económico e da evolução demográfica. Na prática, o relatório recupera as preocupações centrais defendidas, no final do século XVIII, por Malthus (1798) e posteriormente aprofundadas por Ricardo (1817).

As principais conclusões e recomendações do relatório podem ser enunciadas segundo três pontos (Meadows *et al.*, 1972: 20):

- ▶ Se as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população como da capacidade industrial.
- ▶ É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e económica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planeado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar o seu potencial humano individual.
- ▶ Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito.

Apesar de vir a ser amplamente criticado, em especial por não considerar suficientemente a capacidade de inovação e o progresso tecnológico, este relatório constituiu um marco, trazendo para a agenda internacional a necessidade, tanto de discutir estas preocupações, como de desenvolver uma estratégia de ação para evitar que esses cenários viessem a tornar-se realidade.

A difusão desta obra pela população, conjuntamente com outras sobre esta temática que se tornaram *best-sellers*, das quais se destacam “*Ecotage*” de Sam Love (1972) e “*Small is Beautiful: Economics as if People Mattered*” de Ernst Schumacher (1973), levou ao reforço do debate em torno desta problemática que deixou de ser exclusiva do meio académico, contribuindo para incentivar a reflexão sobre a relação entre o ambiente e o crescimento (Rees, 1990).

Outra das problemáticas, foi a lançada pelo Relatório de Meadows, ao colocar como possibilidade a defesa do crescimento económico zero, o que representava um alarme capaz de despertar muitas consciências. De facto, todas as correntes económicas, incluindo as atuais, consideram essencial a criação de riqueza e continuam a pressupor que “o crescimento é condição necessária, embora já não a considerem suficiente para promover o desenvolvimento” (Murteira, 1983: 52).

A partir de então começou a diferenciar-se o conceito de desenvolvimento do de crescimento, assumindo-se que o desenvolvimento não depende exclusivamente do aumento da produção *per capita*, nem da adoção de um modelo de investimento e industrialização maciço (Wolfe, 1996).

A utilização do conceito de desenvolvimento emergiu assim com a incorporação das preocupações de distribuição da riqueza e da limitação dos recursos naturais, acrescentando posteriormente as questões sociais e de conservação da natureza. Embora estas preocupações não fossem novas na altura, estando parcialmente patentes em outras culturas e em séculos anteriores, nomeadamente com Malthus, Ricardo e Marx, só a partir da década de 1970 o conceito se generaliza, distanciando-se nitidamente da noção de crescimento económico.

Apesar de ter assumido então um significado de senso comum, a definição de desenvolvimento continua a não ser fácil e a suscitar dificuldades. A proliferação de conceitos e definições semânticas em torno do conceito foi rápida, como se pode constatar pela pesquisa realizada no início da década de 1980 por Riggs (1984), na qual encontrou 72 definições distintas de desenvolvimento. Entre os inúmeros termos recorrentemente empregues destacam-se os de desenvolvimento sustentável, humano, alternativo, endógeno, integrado, territorial, local e social. Para Mário Murteira (1983: 52),

a noção de crescimento económico é essencialmente quantitativa e refere-se ao aumento regular do produto nacional a preços constantes. Quanto ao desenvolvimento, trata-se de noção qualitativa, bem mais complexa, e envolve a explicação de juízos de valor. O desenvolvimento é conceito normativo que traduz determinada conceção desejável da mudança social ou do processo histórico em dada formação social referencial no espaço e no tempo.

Esta definição é clara quanto à necessidade de se considerar o desenvolvimento um processo dinâmico que vai para além do crescimento económico. Samagaio (1999: 134) reforça esta opinião ao considerá-lo como um “processo de construção por etapas mas com base numa filosofia de globalidade, procurando superar a [sua] representação enquanto mero processo de crescimento económico”.

Por sua vez, a crescente preocupação com a degradação ambiental veio evidenciar a necessidade do desenvolvimento ser condicionado por uma utilização mais adequada dos recursos e garantir impactes ambientais suportáveis. Conforme destacam Janssen *et al.* (1995: 77) “assistiu-se a uma crescente consciencialização de que um desenvolvimento equilibrado não é só uma questão de quantidade, no presente, mas também de qualidade, no futuro”. A necessidade de condicionar o processo de desenvolvimento no imediato ao futuro pressupõe uma mudança de estratégia e de mentalidades, pois as sociedades estão geralmente mais empenhadas em obter os melhores resultados a curto prazo. Esta preocupação de procurar o equilíbrio entre as necessidades atuais com garantia de boa gestão dos recursos e dos impactes, passou a ser comum designar-se por desenvolvimento sustentável. Temos assim uma evolução do enfoque do modelo económico teórico, desde a mera preocupação pelo crescimento da riqueza, até ao desenvolvimento sustentável (Figura 17).

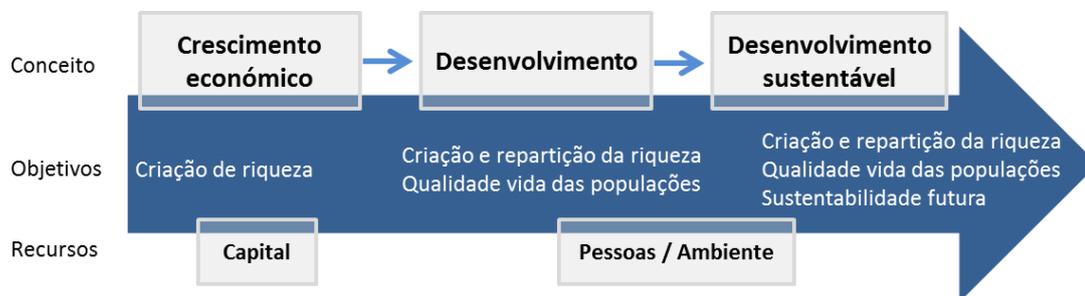


Figura 17 | Do crescimento ao desenvolvimento sustentável

O conceito de sustentabilidade ambiental foi incorporado na agenda internacional na primeira Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida por Conferência de Estocolmo, realizada em 1972. A consciencialização de que o impacte ambiental das ações humanas estava a tornar-se insustentável e poderia ser irreversível levou à necessidade das nações se unirem para tomar medidas à escala global. Simultaneamente foi adotada a premissa de que parte dos problemas teriam também de ser encarados à escala local, por serem consequência da soma das ações locais. A expressão “pensar globalmente e agir localmente”, anteriormente utilizada em contexto de planeamento urbano, passou a vulgarizar-se e a ser utilizada no contexto

ambiental, especialmente depois de utilizada, em 1978, por René Dubos, um famoso microbiologista e ambientalista, conselheiro na Conferência de Estocolmo em 1972.

Contudo, apenas na década de 1980 o tema passou a ser amplamente debatido e estudado, e o conceito de desenvolvimento sustentável oficialmente assumido como elemento de valor e distintivo no relatório “World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development” (IUCN *et al.*, 1980).

Em 1987, o Relatório de Brundtland¹⁵, publicado no âmbito da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, promovida pela ONU, constituiu um marco na afirmação da sustentabilidade com vista a um novo paradigma do desenvolvimento (WTO, 1998). A problemática central deste relatório consistiu na análise da capacidade de aliar o progresso das nações com os impactes sobre o ambiente à escala local e essencialmente a nível global, devido à tomada de consciência da elevada degradação ambiental, à irreversibilidade de algumas alterações e ao uso excessivo dos recursos naturais não renováveis. Das soluções apresentadas, destacava-se a necessidade de uma ação concertada a nível mundial envolvendo todos os estados e a adoção de um modelo de desenvolvimento com ênfase na sustentabilidade, definido como o “desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987: 43). Esta definição assenta em duas premissas essenciais:

- ▶ A assunção da existência de limitações na exploração dos recursos e de impactes sobre o ambiente, sendo necessário garantir o uso sustentado dos mesmos;
- ▶ A necessidade de garantir as necessidades humanas à escala global, reduzindo as assimetrias em termos de distribuição da riqueza.

Também em 1987 foi dado um passo determinante na definição de políticas ambientais a nível mundial, com a aprovação do Protocolo de Montreal, que veio regular a produção e o consumo de produtos nocivos para a camada de ozono, adotando-se pela primeira vez medidas concretas mundiais no campo da sustentabilidade ambiental.

Na figura 18 apresentam-se os principais marcos que contribuíram para o estabelecimento de um novo paradigma de desenvolvimento. Destes, destaca-se a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em 1992 no Rio de Janeiro.

¹⁵ A sua designação está associada ao nome da então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O documento é também designado por “Nosso Futuro Comum”.

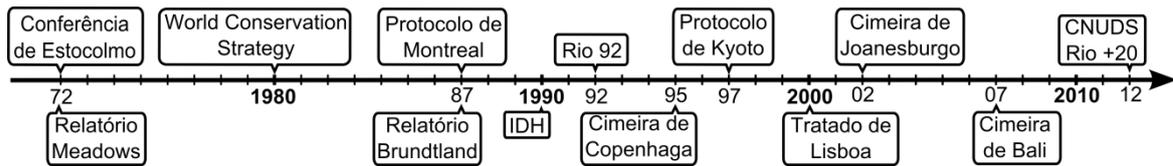


Figura 18 | Marcos em direção ao desenvolvimento sustentável

Conhecida mundialmente como Rio 92 ou Cúpula da Terra, esta conferência consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável (Lago, 2006). Na sua declaração final foram listados 27 princípios de sustentabilidade e defendida a necessidade de se desenvolverem indicadores para avaliar o desenvolvimento sustentável. Nesta conferência os governos estabeleceram vários acordos e protocolos que deram origem a diversos documentos, dos quais se destacam:

- ▶ A Carta da Terra;
- ▶ Convenção da Biodiversidade;
- ▶ Convenção da Desertificação;
- ▶ Convenção sobre as Alterações Climáticas;
- ▶ Declaração de Princípios sobre Florestas;
- ▶ Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento;
- ▶ A Agenda 21.

Na Convenção sobre as Alterações Climáticas foram estabelecidas as bases do acordo sobre a redução das emissões de gases responsáveis pelo aumento do efeito de estufa, em particular o dióxido de carbono, visando atenuar as tendências do aumento global da temperatura (Houghton *et al.*, 2001). O acordo foi estabelecido posteriormente, em 1997, com a assinatura do Protocolo de Kyoto, no qual os países industrializados se comprometeram a reduzir as suas emissões combinadas de gases com efeito de estufa em pelo menos 5%, em relação aos valores de 1990. Paralelamente foi reconhecido que os países industrializados eram os principais responsáveis pela degradação ambiental e pelo consumo abusivo de recursos naturais, sendo reafirmada a necessidade destes países ajudarem os mais pobres a desenvolverem medidas de redução dos impactos.

De destacar ainda que a Agenda 21 compromete as nações signatárias a adotar medidas de proteção ambiental, justiça social e eficiência económica (UN, 1992), através da criação de uma rede às diferentes escalas: global, nacional e local. A ênfase revolucionária dada à Agenda 21 Local deriva de envolver as populações nas tomadas de decisão, conjuntamente com as entidades nacionais e locais, procurando estabelecer uma estratégia de ação conjunta, que contribua para a melhoria da qualidade de vida e para a

conservação da natureza a nível local, refletida à escala global pela soma das partes (Lago, 2006).

Enquadrando todas as preocupações ambientais e humanas, a Carta da Terra apresenta uma abordagem holística e uma visão sistémica para um mundo futuro ideal. Esta declaração estabelece princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global pacífica, justa e sustentável, com a apresentação de objetivos para a erradicação da pobreza, respeito dos direitos humanos, a paz global, a democracia, a distribuição mais equitativa dos rendimentos e a conservação da natureza (Lago, 2006). A Carta da Terra e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovadas pelas Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948, são certamente dois dos principais marcos rumo a um futuro mais justo e sustentável.

Apesar destes documentos estarem suportados na visão de um ideal provavelmente inatingível, trouxeram para a agenda quotidiana preocupações essenciais e definiram objetivos e um rumo para as políticas e ações a implementar a diferentes escalas. À medida que se dão passos importantes rumo a uma abordagem mais humanitária e responsável, surgem novos desafios e agravam-se outros. Mesmo que se esteja longe dos objetivos traçados, é indiscutível que, principalmente após a 2ª Guerra Mundial, muitos acordos e decisões foram tomados em direção a uma gestão mais sustentada e justa dos recursos. No quadro 2 são apresentados os principais marcos associados à persecução dos princípios em torno de um desenvolvimento mais sustentável.

Quadro 2 | Principais marcos no âmbito do desenvolvimento sustentável

Designação	Ano	Tema / Objetivos / Área de atuação
Declaração Universal dos Direitos Humanos	1948	Documento aprovado pelas NU que estabelece os direitos e liberdades humanas que todos os estados devem procurar garantir aos seus cidadãos.
Relatório Meadows	1972	Este relatório (também designado por “Os limites do Crescimento”) foi encomendado pelo Clube de Roma e representa um marco sobre os modelos de desenvolvimento.
Conferência de Estocolmo	1972	I Conferência das NU sobre o Meio Ambiente Humano constitui a 1ª reflexão conjunta sobre a relação entre a proteção do ambiente e o desenvolvimento humano.
Relatório World Conservation Strategy	1980	Apresenta o conceito de sustentabilidade como uma aproximação estratégica a um modelo de desenvolvimento coerente com os objetivos de utilização sustentável dos recursos e da conservação do ambiente.
Relatório de Brundtland (Nosso Futuro Comum)	1987	Publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, traz o conceito de desenvolvimento sustentável para a agenda internacional.
Protocolo de Montreal	1987	Regula a produção e o consumo de produtos nocivos para a camada de ozono.
IDH e RDH	1990	O Programa das NU para o Desenvolvimento elabora o Índice de Desenvolvimento Humano e inicia a publicação anual do Relatório do Desenvolvimento Humano.
Rio 92, Cúpula da Terra II Conf. das NU sobre o Meio Ambiente Humano	1992	O termo “Desenvolvimento Sustentável” é adotado pelas NU. Estabelecimento de vários acordos e protocolos como a Carta da Terra e a Agenda 21, e criação da Comissão das NU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima e da Convenção sobre Diversidade Biológica. Na sua declaração final são listados 27 princípios de sustentabilidade.
V Programa Ação Ambiente da UE	1993	Definição de nova estratégia da UE em matéria de ambiente e das ações a tomar rumo ao desenvolvimento sustentável para o período 1992-2000.
Cimeira de Copenhaga	1995	Foram validados à escala europeia os três pilares do desenvolvimento sustentável.
Declaração de Lanzarote	1995	Aprovada na I Conferência Mundial do Turismo Sustentável, esta Carta do Turismo Sustentável é composta por 18 artigos.
Conferência especial das NU	1997	Revista a implementação da Agenda 21 (Rio + 5).
Protocolo de Quioto	1997	Cimeira na qual os países industrializados se comprometeram a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 5% em relação aos valores de 1990.
Tratado de Amesterdão	1997	Alterações aos artigos 2º a 6º do Tratado da UE, para dar ênfase ao desenvolvimento sustentável.
Código Ético Mundial para o Turismo	1999	Adotado pela Resolução A/RES/406 (XIII) na 13ª Assembleia Geral da OMT.
Declaração do Milénio ONU	2000	Estabelecimento de medidas e metas com vista a objetivos fundamentais da humanidade como a erradicação da pobreza, a promoção da dignidade humana e a promoção da paz, da democracia e da sustentabilidade ambiental.
Livro Branco da UE sobre RA	2000	Livro Branco sobre Responsabilidade Ambiental que apresenta propostas para configurar um regime comunitário de responsabilidade ambiental, para melhorar a aplicação dos princípios ambientais consignados no Tratado da CE.
Livro verde da UE RSE	2001	Livro Verde da UE sobre o tema da promoção da responsabilidade social das empresas, no âmbito do quadro europeu.
Conselho Europeu de Gotemburgo	2001	Definida a estratégia da UE para o desenvolvimento sustentável visando a melhoria contínua da qualidade de vida das gerações atuais e futuras. Definidas as seguintes áreas prioritárias: alterações climáticas, riscos para a saúde pública, recursos naturais e transportes sustentáveis. Renovado em junho de 2006.
Cimeira de Joanesburgo Rio+10	2002	Conferência das NU onde se aprovou a necessidade de promover políticas que integrem de forma integrada os 3 pilares do desenvolvimento sustentável e se definiu um plano de ação para o combate à pobreza e a gestão dos recursos naturais.
Declaração de Ecoturismo de Québec	2002	Cúpula de especialistas em ecoturismo que aprovaram a Declaração de Ecoturismo de Québec com aval do Programa de Meio Ambiente das NU e da OMT.
Comissão de Desenvolvimento Sustentável	2003	11ª Sessão da CDS no âmbito das NU, onde se adota um novo programa de trabalho para a CDS sobre o Desenvolvimento Sustentável, com base em ciclos de 2 anos.
Cimeira de Bali	2007	Conferência das NU sobre as alterações climáticas para um acordo pós Protocolo de Quioto, com metas mais ambiciosas.
Cimeira de Durban	2011	Nova cimeira climática anual das NU sobre alterações climáticas.
CNUDS / Rio+20	2012	Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – CNUDS, pretendeu-se chegar ao estabelecimento de metas globais para o desenvolvimento sustentável com compromettimentos e objetivos claramente quantificados e calendarizadas, mas infelizmente o consenso possível não vai além de mais uma declaração de princípios. De salientar a valorização da economia verde.

3.1.4 As componentes da sustentabilidade

Com o Relatório de Brundtland e a Cúpula da Terra, a noção de sustentabilidade ganhou definitivamente uma perspetiva mais abrangente. De facto, se inicialmente a grande mudança consistia em conciliar o desenvolvimento económico à proteção do ambiente e disponibilidade futura dos recursos, o conceito de desenvolvimento sustentável passou também a incorporar as vertentes económica e sociocultural (Swarbrooke, 1999). Assim a sustentabilidade passou a incorporar conceptualmente estas três componentes interligadas (Figura 19).

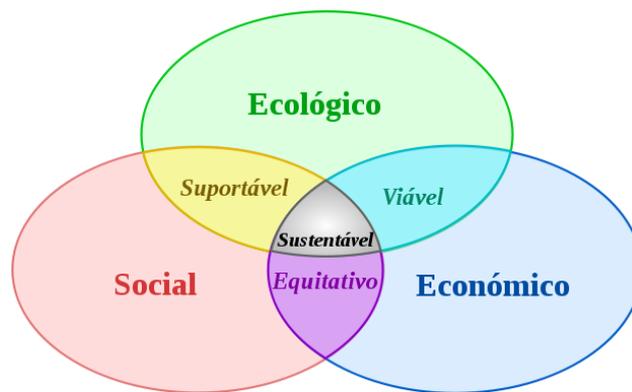


Figura 19 | Desenvolvimento sustentável na confluência das suas três componentes (Dréo, 2006)

A sustentabilidade ecológica pressupõe uma gestão eficiente dos recursos naturais e energéticos, a minimização dos impactes e a adoção de medidas que garantam a conservação e valorização dos ecossistemas e das espécies (Dresner, 2002). Mais recentemente os aspetos relacionados com as alterações climáticas ganharam preponderância nas preocupações e na investigação.

A sustentabilidade social está vinculada à valorização das capacidades humanas, a uma melhor distribuição do rendimento e à garantia de condições sociais e de direitos humanos. Como refere Sachs (1995: 26), a dimensão de sustentabilidade social implica colocar a economia e a política ao serviço de um projeto societário em que a finalidade social esteja “justificada pelo postulado ético de solidariedade intrageracional e de equidade, materializada num contrato social”.

Por sua vez, a sustentabilidade económica implica a substituição da visão clássica, suportada quase exclusivamente no crescimento e no capital, por outra que considera fundamental o equilíbrio entre estes aspetos e a gestão eficiente dos recursos naturais, a proteção do ambiente e a valorização dos recursos humanos, com especial ênfase na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e, em particular, das comunidades locais (Starke e Mastny, 2010).

Apesar do conceito de desenvolvimento sustentável ter passado a ser corrente e assumido como um axioma, continua a suscitar grande debate e frequentemente a ser utilizado desadequada ou abusivamente.

Com efeito, o conceito é relativamente recente e deve ser encarado como dinâmico, tanto devido à sua complexidade e abrangência, como pelo facto de ter de refletir as mudanças nas mentalidades e práticas sociais e a evolução tecnológica. Como defendem muitos autores, é previsível que o conceito evolua significativamente nas próximas épocas (Giddens, 2003; Partidário, 1998). Para Svedin (1989: 37),

o desenvolvimento sustentável não representa um estado estático de harmonia, mas antes, um processo de mudança, no qual a exploração dos recursos, a dinâmica dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são feitas de forma consistente, tanto com as necessidades atuais, como futuras.

Este autor considera ser determinante para o debate assumir-se a existência de conflito entre uma conceção de sustentabilidade mais exigente e, de certa forma, idealista, e outra mais pragmática que procura centrar-se na melhoria das práticas e na redução de impactes e estabelecer consensos entre as diversas partes conflituantes no processo de desenvolvimento. A primeira perspetiva pode ser designada de sustentabilidade forte, e a outra de sustentabilidade fraca.

Os defensores da sustentabilidade fraca consideram que as forças do mercado, conjugadas com medidas razoáveis e inovação tecnológica, garantem a sustentabilidade a longo prazo, enquanto os defensores da tese da sustentabilidade forte acreditam que alguns recursos fundamentais irão esgotar-se e que a poluição, a degradação do ambiente e as alterações climáticas acarretarão consequências graves para a vida na Terra (PNUD, 2011b).

Para Helen Clark, administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “o notável progresso do desenvolvimento humano ao longo das últimas décadas, documentado pelos Relatórios do Desenvolvimento Humano, só pode continuar com medidas globais arrojadas para a redução dos riscos ambientais e da desigualdade” (PNUD, 2011b: v). Mas os defensores da sustentabilidade fraca contrapõem que, 200 anos após a teoria de Malthus, a população cresceu sete vezes e os padrões de vida aumentaram significativamente. Segundo o Worldwatch Institute, a inovação e a tecnologia têm permitido aumentos significativos na produtividade e na eficiência. Em 1800, o fabrico de uma unidade de produção nos EUA exigia cinco vezes mais energia que no início do século XXI (Brown *et al.*, 2001).

O conflito entre estas duas concepções é gerador de riscos, agravados pela necessidade de consensos para resolver os problemas à escala global. Como conciliar uma perspetiva que exige medidas muito ambiciosas, que podem afetar significativamente os interesses instalados e o modo de vida das populações, com outra mais passiva que apenas aceita mudanças suaves? A solução para promover avanços e algum equilíbrio na tensão entre estas duas concepções, poderá passar por se estabelecerem objetivos ambiciosos mas viáveis a curto prazo, ao mesmo tempo que se vai alterando dinamicamente a sustentabilidade (Svedin, 1989).

Outra questão em aberto consiste na persistência da tensão entre a concepção ecocentrista e a antropocentrista, que apresentam abordagens conceituais distintas ao tema. A primeira tem sido dominante e coloca as preocupações ambientais no centro da questão (Dresner, 2002). Enquanto as conferências internacionais focadas nos aspetos ambientais já se tornaram comuns, foi necessário esperar por 2001, durante a 31ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO em Paris, para a comunidade internacional passar “a dispor, pela primeira vez, de um instrumento abrangente para as questões relacionadas com diversidade cultural e o diálogo intercultural, garantes do desenvolvimento e da paz” (UNESCO, 2001). Atualmente, é comum assumir-se que “a diversidade cultural é, para o género humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza” (UNESCO, 2002: 3).

Apesar da definição de sustentabilidade apresentada no Relatório de Brundtland continuar a ser a mais referenciada - “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987: 43) – é encarada atualmente por muitos como bastante limitada e ambígua. Desde logo se destaca a ambivalência do termo “necessidade” ou a limitação da focagem na questão da preservação das mesmas condições para as gerações futuras, sem se questionar a distribuição das oportunidades de uso desses recursos, fonte de desigualdades. Outra crítica decorre de esta ser uma visão antropocentrista.

Como se destaca no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011, a maioria das definições de desenvolvimento sustentável é suportada pela necessidade de garantir no futuro as condições atuais mas, em geral, “não se referem ao alargamento da escolha, das liberdades e das capacidades intrínsecas ao desenvolvimento humano. Não reconhecem que algumas dimensões do bem-estar são incomensuráveis e não consideram o risco” (PNUD, 2011b: 19).

Outra das críticas na abordagem ao desenvolvimento sustentável consiste em associá-lo à promoção da equidade. É atualmente pacífico que o desenvolvimento pressupõe a

melhoria das condições de vida das populações e não apenas o crescimento económico, mas a equidade consiste provavelmente numa visão utópica.

Para os autores do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011, mesmo atualmente, “muitos debates sobre a sustentabilidade negligenciam a igualdade, tratando-a como um aspeto separado e não relacionado. Esta perspetiva é incompleta e contraproducente” (PNUD, 2011b: 1).

Perante estas abordagens constata-se a multiplicidade e a sobreposição concetual de diversos termos, dos quais se destacam desenvolvimento, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, e desenvolvimento humano sustentável, sendo que desenvolvimento sustentável poderá ou não, consoante as abordagens, incluir a equidade e ter maior ou menor enfoque nas questões ambientais.

Para além da dialética das conceções ecocentrista e antropocentrista, há a considerar duas abordagens distintas do desenvolvimento sustentável, relacionadas com o grau dos valores considerados, diferenciando-se uma perspetiva fraca e outra forte (Figura 20).

	Ecocentrista (Sustentabilidade Ambiental)	Antropocentrista (Desenvolvimento Humano)
Forte	Terra como um sistema em equilíbrio	Equidade de oportunidades e de condições de vida
Fraca	Redução dos impactes a níveis aceitáveis	Melhoria da qualidade de vida e ajuda aos mais pobres

Figura 20 | Perspetiva fraca e forte do desenvolvimento sustentável

A interligação da componente humana e ambiental, numa perspetiva de sustentabilidade forte, entende-se como a meta ideal, que pressupõe uma abordagem holística e uma visão sistémica, envolvendo todas as componentes e as suas interligações a diferentes escalas (local, nacional, regional e mundial).

No lado oposto, uma abordagem fraca considera o desenvolvimento sustentável como qualquer medida que contribua para assegurar a continuidade dos recursos essenciais para as gerações futuras, garantir impactes suportáveis, melhorar a qualidade de vida das populações e criar condições para que todos os cidadãos tenham uma vida minimamente digna. Efetivamente, muitas das referências e propostas de desenvolvimento sustentável representam apenas uma redução da insustentabilidade e não uma real promoção da sustentabilidade.

Este desfasamento entre a sustentabilidade efetiva e aquilo que muitos encaram como sustentável, está patente em inúmeros exemplos, como é o caso da adoção por parte da União Europeia de diversas diretivas para reduzir a emissão de gases poluentes causada pelos transportes, sem alterar o modelo de acessibilidade, que é insustentável.

Apesar dos estados, das organizações e mesmo da grande parte dos cidadãos estarem conscientes e motivados para tomar medidas mais justas e sustentáveis, são poucos os que abdicariam de elevados níveis de consumo e riqueza para garantir uma sustentabilidade forte, numa mais justa distribuição dos recursos e equidade à escala global.

Assim, geralmente quando se fala em políticas ou medidas sustentáveis efetivamente estas são apenas menos insustentáveis ou, quando sustentáveis, referem-se apenas a alguns dos elementos do complexo sistema. De facto, salvo um grupo muito restrito de pessoas, as sociedades têm uma visão antropocentrista do mundo e privilegiam a sua qualidade de vida em detrimento da equidade global.

Para os defensores de uma abordagem forte ao desenvolvimento sustentável, para além dos três pilares básicos da sustentabilidade (económica, ambiental e social), é indispensável incorporar outras componentes, em especial a geográfica (territorial) e a cultural (Sachs, 1990; Sen, 1999). Existem também investigadores que reforçam a importância de considerar uma componente associada aos aspetos institucionais num sentido lato, que engloba tanto os organismos públicos, como as ONG e as empresas (Gouzee *et al.*, 1995).

Para Sachs (1990), a **sustentabilidade geográfica** está associada a uma “especialização rural-urbana” mais equilibrada, valorizando o ordenamento do território, aspetos como a resiliência dos territórios e fatores culturais e patrimoniais. Esta abordagem territorial deve ser considerada a diversas escalas, desde a local à mundial. À escala global, deve ser considerada a necessidade de correção das assimetrias de desenvolvimento entre as nações e os povos. Este é um assunto que na pós-Segunda Guerra Mundial se assumiu como uma preocupação global e tema de debate em diversas cimeiras internacionais, levando ao estabelecimento de metas e à tomada de medidas concretas para melhorar as condições de vida das populações dos países menos desenvolvidos, mas infelizmente com resultados que têm ficado aquém do acordado (ONU, 2010b).

Também a **dimensão cultural** assume uma importância capital, tanto no que se refere à garantia da diversidade cultural, como à necessidade de se estabelecerem relações de equidade entre as culturas. A sustentabilidade cultural implica que o processo de desenvolvimento deve ter preferencialmente raízes endógenas e que as mudanças sejam estabelecidas em sintonia com os valores culturais vigentes em contextos específicos.

Aspetos mais complexos, como a necessidade de promover os direitos humanos em sociedades tradicionais, em que a discriminação entre géneros, familiares, castas ou raças ainda é expressiva, devem ser tratados com especial cuidado. Entre inúmeros exemplos, Stiglitz (1998: 14) questiona como podem “as sociedades que tradicionalmente discriminam as mulheres alcançar um maior grau de igualdade, ao mesmo tempo que mantêm valores tradicionais?”.

Segundo Salomon *et al.* (1993: 17) “o desenvolvimento é uma caminhada entre a tradição e a modernidade”, questionando os autores se “nesse delicado e incerto jogo de estrutura, que é afetado pelo referencial histórico e cultural de cada país, como modernizar sem sacrificar a tradição? Como preservar a tradição sem comprometer a modernização?”.

Neste processo delicado há a considerar tanto a capacidade dos povos para a mudança, como os impactes dessa mudança em termos sociais, culturais e patrimoniais. Mas certamente que há necessidade de gerir os conflitos consequentes das necessárias ruturas com as tradições que chocam com os direitos humanos e a dignidade dos indivíduos. O maior problema resulta das diferentes conceções desses valores, que variam tanto de povo para povo, como entre grupos ou mesmo ao nível dos indivíduos.

Com uma posição otimista sobre este assunto, Stiglitz (1998) defende que, apesar do desenvolvimento em alguns casos implicar um choque e mesmo uma rutura entre a ciência e as crenças tradicionais, na maioria dos casos um processo de desenvolvimento adequado permitirá manter ou mesmo reforçar a organização social, porque “o desenvolvimento hoje, muitas vezes centra-se na preservação de valores culturais, em parte porque esses valores servem como uma força de coesão numa altura em que muitas outras forças estão a enfraquecer” (Stiglitz, 1998: 31).

Perante o exposto, conclui-se que a abordagem à sustentabilidade se mantém complexa, realçando-se que os campos e as variáveis envolvidas são uma rede de pontos interligados com conceção distinta consoante quem a constrói.

Para além das questões de contexto e as temporais, as dinâmicas sociais, a cultura, o nível de instrução, o poder, a política, o rendimento disponível, o acesso à informação, as motivações pessoais, entre outros aspetos, são importantes na construção dessa rede em forma de teia.

Na figura 21 apresenta-se uma proposta de esquematização dessa teia da sustentabilidade, numa lógica de espiral.

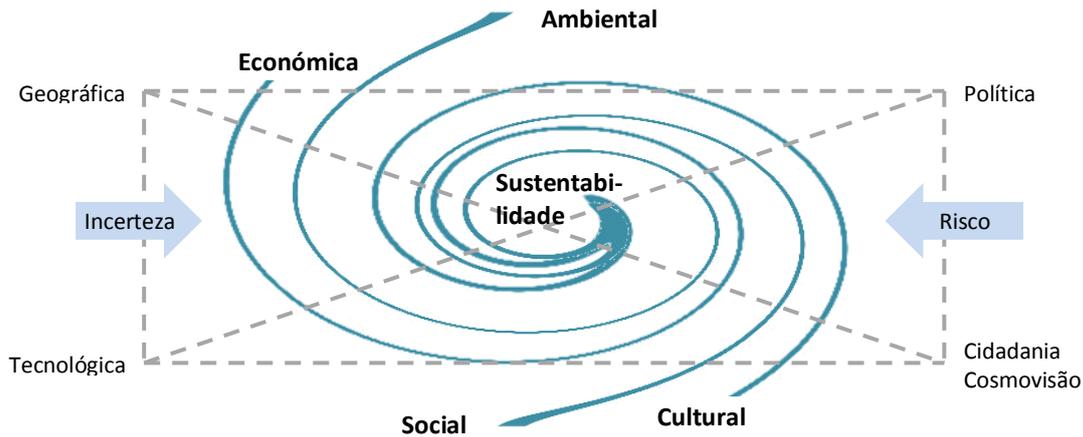


Figura 21 | Percurso e dimensões da sustentabilidade forte

Esta proposta incorpora algumas das reflexões atuais anteriormente abordadas, nomeadamente que a sustentabilidade não representa um estado estático, porventura nem alcançável, mas antes uma visão. Como refere Moniz (2009: 16), “o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um desígnio global a longo prazo”.

A adoção de uma representação em espiral, justifica-se por transmitir a ideia de um percurso dinâmico rumo à utopia, ao contrário dos esquemas clássicos que recorrem à interligação de círculos ou de vértices de um triângulo, que embora estabeleçam interdependências entre as dimensões consideradas, mostram um relacionamento estático e bem definido. As abordagens fraca e forte ficam igualmente perceptíveis numa perspetiva de transição da periferia para o centro.

Esta proposta incorpora ainda outras componentes estruturantes para a persecução da sustentabilidade, considerando-a como uma visão, que embora utópica deve ser prosseguida, num caminho por etapas e dinâmico. O diagrama apresentado na figura 21 tem como base uma espiral com as dimensões mais comuns e globalmente aceites: económica, ambiental, social e cultural¹⁶. Sobrepondo-se à espiral e interligada a esta, surge um conjunto de eixos de atuação ou de outras componentes que são atualmente defendidas por diversos investigadores. A estas componentes, acrescem ainda as do risco e incerteza que se apresentam individualizadas, pelo facto de se distinguirem em substância das outras.

Tendo já sido anteriormente explicadas a inclusão de mais dois pilares da sustentabilidade, a geográfica e a cultural, apresenta-se agora a justificação da inclusão das outras vertentes.

¹⁶ Contudo o mais comum é assumir-se uma dimensão social que incorpore a cultural, ou então ser designada por sociocultural, mas cada vez surgem mais defensores de diferenciar e dar relevo à componente cultural.

A componente **tecnológica** associada à inovação considera-se indispensável pelo facto de poder constituir-se como uma oportunidade de aceleração do percurso em direção à sustentabilidade. Efetivamente, este percurso só poderá ser realizado reduzindo o consumo nos países desenvolvidos e nos emergentes, e distribuindo os recursos existentes de forma mais equitativa. No entanto, perante o nível de consumo e condições de vida muito baixas da maioria da população mundial e a relutância dos maiores consumidores a diminuir as suas condições de vida, esta via é difícil de implementar. O caminho mais viável terá de passar por um incremento significativo da eficiência, pelo aumento expressivo da produtividade e pela colocação da tecnologia e da inovação ao serviço das sociedades. Esse mesmo sentido é defendido por Freeman (1974) quando refere que a inovação e a tecnologia são importantes tanto para continuar a expandir a qualidade de vida da população dos países desenvolvidos, como para corrigir assimetrias à escala global e promover a conservação do ambiente.

Todos estes fatores dependem da capacidade de canalizar o esforço tecnológico essencialmente para a melhoria das condições de vida das populações em detrimento de interesses meramente economicistas, empresariais, ou militares. À escala global, a capacidade tecnológica apresenta uma enorme desigualdade geográfica e é um dos fatores mais importantes em termos de diferenciação da competitividade económica entre os países. As economias mais desenvolvidas apoiam-se na tecnologia para ganharem vantagens competitivas em relação a outros países com baixos custos de mão-de-obra, pelo que é idealista considerar que os governos e as empresas venham a abdicar dessa vantagem para bem da humanidade. No entanto, é possível ir aproximando a realidade da utopia, incentivando a transferência tecnológica e estimulando a inovação, especialmente nos países menos desenvolvidos.

Importa não recorrer à futura capacidade tecnológica para justificar uma abordagem fraca à sustentabilidade. O progresso tecnológico pode contribuir significativamente para a resolução de problemas e para a redução do risco, mas simultaneamente acrescentar novos riscos e incertezas, e não é certamente a solução para os principais erros decorrentes de modelos e ações insustentáveis.

A inclusão da componente **política** justifica-se por se considerar que o caminho da sustentabilidade exige a tomada de decisões a nível político que redirecionem as prioridades do desenvolvimento e incorporem ativamente todos os *stakeholders* e, em particular, as populações no processo de decisão. A política apresenta também uma relevância fundamental a nível internacional, tanto pela necessidade de tomada de decisões a nível global, como por continuarem a existir muitos atropelos aos direitos humanos. Mesmo nos países com democracias mais sólidas, ainda há muito a melhorar a

nível político, designadamente reduzir a corrupção e incrementar a governança, tornando a ação política mais transparente e incentivando a participação das populações na tomada de decisão.

A generalidade dos investigadores considera mesmo que uma boa governança é requisito indispensável para garantir um desenvolvimento mais sustentável (Bramwell e Lane, 2011; OECD, 2001; Zahra, 2011), pois pressupõe a articulação constante entre o poder político e governativo com todos os atores da sociedade, promovendo uma gestão em rede e a defesa de um modelo de desenvolvimento direcionado para o bem-comum. De acordo com Bramwell e Lane (2011: 412), “governança envolve os processos de regulação e de mobilização da ação social para a produção de ordem social”. Para Albrow (2001: 151), “uma forma simples de ver a governança é como a gestão da sociedade e do território pelos cidadãos”. Contudo, é necessário que a essa gestão esteja suportada nos princípios da responsabilidade, com respeito pelos direitos humanos e pelas minorias.

Para o filósofo norte-americano John Rawls (1971), que formulou a teoria da justiça como equidade, uma política que promova o desenvolvimento sustentável terá de ter como princípios a liberdade e a equidade, porque fazem parte da justiça humana e são uma exigência para a partilha dos bens e recursos escassos - sem partilha equitativa não é possível envolver as pessoas na racionalização da utilização dos recursos.

A dimensão política é transversal a todas as outras vertentes, comandando o alcance do progresso nas outras dimensões da sustentabilidade. Salomon, Sagasti e Sachs-Jeantet (1993: 30) expressam um exemplo dessa interdependência e relevância da ação política no que se refere à dimensão tecnológica, ao enfatizarem que, “apesar de a ciência e a tecnologia poderem contribuir significativamente para o desenvolvimento, não podem concretizá-lo na totalidade”, sendo necessário, encontrar-se um equilíbrio entre a tradição e a modernidade e existir vontade e força política para que a tecnologia seja canalizada para responder às necessidades das pessoas e da sustentabilidade ambiental.

Associada às vertentes política e cultural considerou-se importante incluir aqui a dimensão **cidadania / cosmovisão**, aspeto que será, porventura, tanto inovador como discutível. Outra opção seria incluir-se esta dimensão na componente sociocultural, ou mesmo na política / governança. Contudo, num mundo marcado pela globalização e por cidadãos cada vez mais esclarecidos e intervenientes, reforça-se a importância da participação ativa dos mesmos na sociedade. De facto, atualmente é amplamente debatida e aceite a necessidade da valorização da participação dos cidadãos nas tomadas de decisão e numa democracia mais participativa, que não se limite ao ato de votar. A Agenda 21 veio privilegiar e incentivar a intervenção dos cidadãos a nível local, promovendo a sua participação nos processos de planeamento e estimulando-os a integrar organizações que

desenvolvem ações em prol das comunidades e do ambiente. A partir dessas associações e participações a nível local criou-se uma rede com intervenção a outras escalas, estabelecendo ligações entre os níveis locais e internacionais.

Por muito que seja desejável, é também claro que a participação ativa dos cidadãos nem sempre é motivada por valores universais, podendo ser mobilizados por interesses circunstanciais e cooperativos. Existem inúmeros exemplos na história recente e a nível mundial, em que se estabeleceram grupos de interesse para defender posições contrárias ao bem comum e aos valores universais, incluído a sobre-exploração de recursos e opressão de alguns grupos étnicos ou religiosos. Por essa razão se considerou adequado associar a componente cidadania à de cosmovisão, ou seja uma cidadania movida por valores universais e não por grupos de interesse específicos e circunstanciais. Segundo o psicólogo e antropólogo brasileiro Roberto Crema (1989: 17),

a cosmovisão, além de significar uma visão ou concepção de mundo, expressa também uma atitude frente ao mesmo. Portanto, não é uma mera abstração, já que a imagem que o Homem forma do mundo possui um fator de orientação e uma qualidade modeladora e transformadora da própria conduta humana. Implícito em toda a cosmovisão há um caminho de ação e realização.

A cosmovisão apoia-se na sistematização de todo o conhecimento numa perspetiva holística, que permite às sociedades, políticos e indivíduos compreender o todo e, simultaneamente, os factos isolados sustentados nessa perspetiva global.

Este conceito está estritamente ligado ao de *Weltanschauung*, palavra alemã internacionalmente adotada para expressar a perceção ampla do mundo, incluindo o nível metafísico, que molda o Eu e a interação indivíduo-mundo, e todos os outros valores e interdependências que contribuem para a consciência individual e coletiva num determinado momento (Seifert, 1998). Este termo apresenta duas dimensões, a primeira envolve a orientação cognitiva fundamental dos indivíduos ou de uma determinada sociedade, enquanto a segunda se refere à ideologia de um povo (Palmer, 1996). Em qualquer dos casos é de destacar o fator identidade, tanto a nível individual como coletivo.

É indispensável promover os valores universais, especialmente neste período em que a globalização é um dos principais fatores de mudança, em que as mentalidades se interinfluenciam e chocam, gerando conflitos culturais e identitários frequentemente numa espiral vertiginosa.

Para o filósofo Sidekum (2007: 97) apesar de, com a emergência da globalização, se acentuar a “crítica à nova etnicização do pensamento e da *Weltanschauung*, muitos

movimentos sociais surgem como contraponto à domesticação da identidade das mentalidades próprias. O mesmo autor defende ainda que

a identidade não faz apenas referências ao mundo, porém à forma como vive o ser humano na sua maneira de idear e de manipular o seu mundo histórico e, também, o modo como ele constrói sua projeção introspectiva e estética do mundo. A maneira de buscar uma compreensão fundamentada em mitos reflete já a construção intelectual do mundo a partir de constructos arquétipos que, por sua vez, são justificadores do modo de refletir a cosmovisão (*Weltanschauung*) (Sidekum, 2007: 102).

Poderá considerar-se que a cosmovisão está também estritamente associada à glocalização¹⁷, partindo-se do conhecimento do sistema para suportar a individualidade, que, por sua vez, e de forma responsável, é indutor do todo. Ou seja, a máxima “pensar global e agir localmente” exige tanto a compreensão do todo, como a valorização das suas partes constituintes.

A globalização atenua as diferenças culturais, reforçando a interação das diferentes concepções e valores coletivos e individuais, estimulando tanto a etnicização, ou seja, a construção de identidades coletivas baseada por valores de solidariedade, como o despoletar de processos alternativos fortemente identitários.

A compreensão das forças do mundo, do papel que cada individuo pode desempenhar e a valorização de valores associados à sustentabilidade e à equidade, ultrapassam a realidade cultural dos povos, sendo cada vez mais transversais e dilacerantes.

Pelo exposto, considera-se que a mudança de paradigma para o modelo da sustentabilidade só é possível com a participação ativa dos cidadãos, cada vez mais esclarecidos, atuantes localmente e globalmente integrados, graças às novas tecnologias de comunicação. De facto, cidadãos mais instruídos, informados, participativos e preocupados com os direitos humanos e os problemas ambientais, exigem dos países e organizações a adoção de medidas consistentes com os valores da democracia e da proteção do meio. Contudo, pela análise da história cultural, ou da mentalidade dos povos, constata-se que esta é evolutiva e transitória, existindo diversos fatores que influenciam o seu rumo, que não necessariamente os valores humanos e da sustentabilidade, sendo a solidariedade global muitas vezes substituída pela defesa de privilégios ou interesses cooperativos ou circunstanciais (Worldwatch Institute, 2010). Especialmente em períodos de crise é comum as sociedades unirem-se, mas nem sempre em defesa dos direitos e bem universais, pelo que o rumo em direção à sustentabilidade é sempre inseguro e com

¹⁷ O conceito de glocalização está associado à valorização da dimensão local, considerando que as múltiplas dimensões, identidades e ações locais e regionais se refletem no global (Swyngedouw, 2004).

uma grande dose de risco. Deparamo-nos assim com uma dimensão complexa e controversa, pois os fenómenos de massas e a vontade da maioria não vão necessariamente ao encontro de um modelo centrado em valores universais.

São inúmeras as limitações para alcançar os “Objetivos de Desenvolvimento do Milénio¹⁸”. O incremento do fundamentalismo islâmico em diversos países é exemplo disso, não obstante as recentes revoluções no Norte de África que demonstram um maior poder de intervenção do povo contra regimes autoritários. Paralelamente, em muitos dos países desenvolvidos a crise económica ameaça o emprego e parte dos direitos sociais adquiridos, reduzindo simultaneamente o esforço para promover a correção das assimetrias à escala internacional.

Rawls (1971) considera que as crises e o incremento da competitividade a nível internacional, apesar de poderem ser uma ameaça ao rumo da sustentabilidade, reforçam ainda mais a necessidade de promover a aproximação dos povos baseada em princípios de liberdade e igualdade, sendo essencial valorizar as opiniões de populações que defendam e promovam a equidade social, o respeito pela natureza e os direitos humanos, através de políticas humanitárias e inclusivas.

Esta reflexão leva-nos para as **dimensões do risco e da incerteza**. Mesmo sendo comum considerar-se o caminho para a sustentabilidade dinâmico, muitos vêem-no como contínuo e progressivo. Contudo, a probabilidade de ocorrência de ruturas é considerável, sendo incerta a capacidade da humanidade na persecução de valores humanos e na garantia da sustentabilidade ambiental.

Perante estas incertezas, seria de esperar uma reação mais ativa, mas a dúvida nas consequências decorrentes da aplicação dos atuais modelos de desenvolvimento é utilizada também para inibir medidas mais céleres. Na verdade, uma das dificuldades para o estabelecimento de acordos internacionais a nível do ambiente e da gestão dos recursos resulta da própria incerteza em relação às consequências futuras das ações tomadas no presente e futuro próximo. Enquanto os adeptos da perspectiva de sustentabilidade fraca defendem a tomada de medidas brandas e se suportam na evolução histórica, os defensores da tese da sustentabilidade forte suportam-se em previsões que defendem “que o continuado insucesso na redução dos riscos ambientais graves e das crescentes desigualdades sociais ameaça abrandar décadas de progresso sustentado da maioria

¹⁸ Objetivos decorrentes da Declaração do Milénio das NU, adotada por 191 estados em setembro de 2000, que estabelecia como meta até ao ano de 2015 erradicar a fome e a extrema pobreza, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os géneros, implementar importantes avanços na saúde das populações menos favorecidas e fomentar novas bases para o desenvolvimento sustentável (UN, 2011).

pobre da população mundial – e até inverter a convergência global do desenvolvimento humano” (PNUD, 2011b: iv).

A sustentabilidade assenta numa visão otimista, mas a história é feita de progressos e retrocessos. As forças de mudança são crescentes e estimuladas pela globalização e pela tecnologia, mas quanto mais intensas provavelmente maior é o risco de rutura. A difusão da tecnologia militar e destrutiva, a par das ameaças climáticas, constituem um misto de incerteza e risco assustador para muitos países e grupos de cidadãos.

Apesar da incerteza, todos os cenários, até os mais otimistas, consideram insustentável o modelo atual de desenvolvimento e que, sem medidas de correção ou atenuação dessa insustentabilidade, as consequências para o planeta e para a humanidade serão graves. Como se pode observar na figura 22, qualquer dos cenários apresentados pelo PNUD considera um desvio em termos de desenvolvimento comparativo com o que ocorreu nas últimas décadas do século XX.

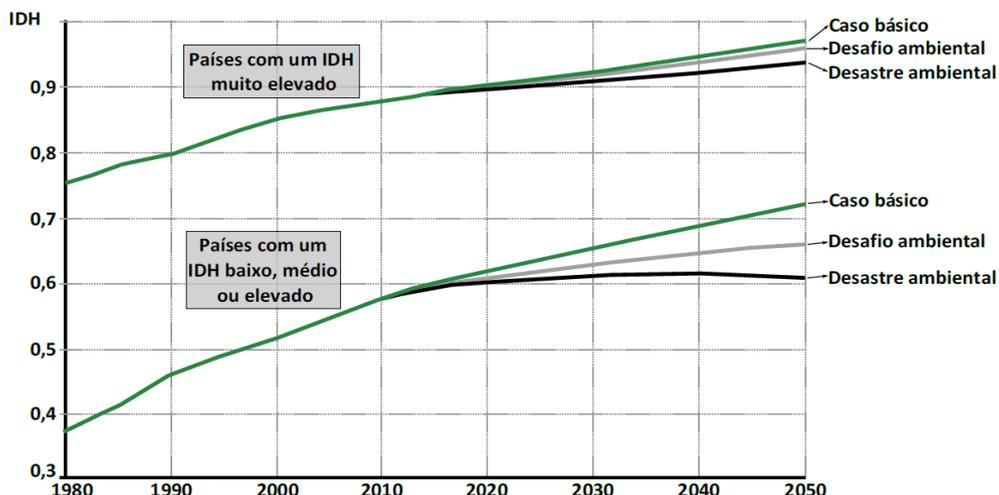


Figura 22 | Cenários que projetam os impactos dos riscos ambientais sobre as perspectivas do desenvolvimento humano até 2050 (PNUD, 2011b: 33)¹⁹

Já em 1968 Orlando Ribeiro referia que “o desenvolvimento sustentável implica um equilíbrio em tensão entre a modernidade, tradição e risco” (1968: 68). A referência a equilíbrio em tensão poderá ser interpretada como incerteza no processo evolutivo, ou choque entre a modernidade e a tradição, sendo por vezes difícil chegar-se a consensos, ou mesmo a soluções a curto prazo.

Apesar das dúvidas apresentadas e algum pessimismo, a incerteza em relação ao futuro, em vez de ser usada para justificar uma postura menos ativa deve promover o

¹⁹ Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, baseados em dados deste gabinete em Hughes *et al.* (2011), segundo previsões da International Futures, versão 6.42.

estabelecimento de entendimentos partilhados por toda a comunidade internacional, visando definir e aplicar medidas arrojadas que reduzam os riscos ambientais e sociais.

Da reflexão aqui apresentada em torno do desenvolvimento sustentável poderá concluir-se que estamos perante um conceito bastante discutível e ainda pouco claro, com múltiplas interpretações, desde abordagens que o banalizam como mera redução de impactes ou inclusão de medidas de eficiência, à visão oposta, como ideal de desenvolvimento humano equitativo em harmonia com o ambiente. Para evitar essa discrepância propõe-se adotar uma dupla definição, a primeira como sustentabilidade fraca e a outra de sustentabilidade forte. Considera-se ainda adequado associar a responsabilidade a todas as ações que visem melhorar a sustentabilidade a qualquer dos seus níveis e componentes.

3.1.5 Indicadores de desenvolvimento

A utilização de indicadores de desenvolvimento, sistematizando um conjunto de informação técnica e científica decorrente da recolha e tratamento de dados, tornou-se essencial para alargar o conhecimento dos povos, com vista à avaliação, tomada de decisão e gestão de todo o processo associado ao desenvolvimento.

Até à década de 1980 recorria-se particularmente ao PIB *per capita* para comparar as nações ao nível do desenvolvimento, porque o progresso era essencialmente medido pelo crescimento e riqueza em termos quantitativos. As limitações deste indicador e a consciencialização de que o desenvolvimento não se esgota, nem é absolutamente dependente do PIB, levaram à seleção de outros indicadores ou índices que espelhassem melhor o nível de desenvolvimento dos territórios, incorporando o conceito de qualidade de vida das populações. Numa primeira fase, o PIB *per capita* foi aperfeiçoado para incorporar o valor real das diferentes divisas e o custo de vida em cada país, mas mantiveram-se alguns enviesamentos, nomeadamente quando um PIB *per capita* elevado esconde enormes desigualdades na distribuição da riqueza.

Com a valorização dos aspetos ambientais, culturais e dos direitos humanos, na definição de um quadro de desenvolvimento sustentável, a complexidade adensou-se devido à expansão do número de variáveis interdependentes. Assim, é necessário desenvolver novos indicadores e implementá-los, uma tarefa complicada de realizar a curto prazo e com elevados critérios de qualidade, especialmente à escala mundial. A dispersão de indicadores associados, com níveis de importância e áreas de ação distintas, dificulta a interpretação dos dados e gera informação dificilmente assimilável, quer pela generalidade das organizações, quer dos cidadãos, sendo frequentemente mais adequado recorrer a índices simplificados.

Assim, podem identificar-se duas abordagens principais para avaliar o desenvolvimento sustentável. A primeira “propõe a construção de sistemas de indicadores que os enquadrem dentro de uma estrutura lógica que responde a um determinado marco conceitual, enquanto a outra propõe a construção de índices sintéticos” (Neto, 2006: iv), podendo igualmente ser considerada uma abordagem intermédia.

Os índices distinguem-se dos indicadores por agregarem os dados dos indicadores ou variáveis numa escala comum. Estes podem ser simples, agregando apenas um tipo de indicadores, ou sintéticos, também designados por “compostos, que agregam indicadores sociais, económicos e ambientais num único índice” (PNUD, 2011b: 20). A adoção destes índices apresenta como inconveniente um resultado agregado sem significado para cada uma das componentes que contribuem para o índice, perdendo assim em pormenor e rigor, mas facilitando a interpretação dos aspetos essenciais e globais de um sistema. Assim, os

índices sintéticos permitem uma abordagem mais agregada e perceptível, sendo também mais fáceis de implementar por recorrerem a um número limitado de parâmetros, muitos deles já disponíveis a nível mundial.

Uma solução intermédia passa por realizar subagregações, por exemplo, estabelecendo índices intermédios por cada dimensão principal da sustentabilidade (ambiental, económica, política, etc.), que depois de agregados constituam também um índice sintético, permitindo diversos níveis de análise, desde a decomposta por cada um dos indicadores à sintética.

A nível da investigação, e para os defensores de uma sustentabilidade forte, geralmente privilegia-se a utilização de indicadores isolados por “exporem o fraco desempenho e a deterioração em qualquer frente” (PNUD, 2011b: 20). No outro campo, em defesa dos índices sintéticos, Amartya Sen (1998: 95), Prémio Nobel de Economia em 1998, defende que “precisamos de uma medida, do mesmo nível de vulgaridade do PNB – apenas um número – mas uma medida que não seja cega aos aspetos da vida humana como é o PNB”. Provavelmente será útil valorizar todas estas abordagens, desde índices intermédios ou agregados, até uma miríade de indicadores que permitam medir todos os parâmetros essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Qualquer que seja a solução que venha a prevalecer é consensual a necessidade de se implementar um índice de sustentabilidade que incorpore um conjunto de indicadores-chave mensuráveis e credíveis alargados às diversas dimensões da sustentabilidade, para se poder “fornecer uma lista de verificação sobre os rumos da sustentabilidade adequada em determinado momento e situação” (Svedin, 1989: 27). Contudo, mesmo considerando que nenhuma medida agregada é perfeita, esta é uma tarefa em construção e que ainda terá de evoluir significativamente para se chegar a uma proposta adequada, com dados minimamente credíveis, e exequível à escala mundial (PNUD, 2011b).

A Conferência do Rio reforçou a necessidade de se “elaborarem indicadores de desenvolvimento sustentável que sirvam de base sólida para adotar decisões em todos os níveis, e que contribuam para uma sustentabilidade autorregulada dos sistemas integrados do ambiente e do desenvolvimento” (UN, 1992: Cap.40). Consequentemente, nas últimas décadas, diversas organizações têm tentado desenvolver métricas e índices de sustentabilidade, mas frequentemente restringem-se a abordagens que tendem a privilegiar mais a conceção ecocentrista ou uma perspetiva mais socioeconómica.

Devido à limitação de dados disponíveis e à complexidade dos índices de sustentabilidade compostos, não é de estranhar que as primeiras propostas relevantes sejam limitadas nas áreas de abrangência. Dessas propostas destacam-se a Pegada Ecológica (EF -

Ecological Footprint) e o Índice de Desempenho Ambiental (EPI - *Environmental Performance Index*).

A Pegada Ecológica baseia-se na construção de uma matriz de consumo e de uso da terra, considerando cinco categorias principais do consumo e seis de uso da terra, com vista ao cálculo da área de terra necessária para a produção de bens e serviços consumidos por uma determinada comunidade (Rees, 1992). Este índice tem sido atualizado, incorporando preocupações recentes que estão no centro do debate relacionadas com as alterações climáticas e as emissões de dióxido de carbono (Ewing *et al.*, 2010).

Implementado a partir de 2005, o Índice de Desempenho Ambiental classifica 163 países recorrendo a 25 indicadores de desempenho agrupados em dez categorias, abrangendo desde a política pública de saúde ambiental à vitalidade dos ecossistemas (Yale University, 2011). Este índice foi precedido pelo Índice de Sustentabilidade Ambiental ou ESI (*Environmental Sustainability Index*), desenvolvido entre 2001 e 2005, por uma equipa das universidades de Yale e de Columbia nos EUA, com o objetivo de avaliar a sustentabilidade ambiental comparativa a nível internacional (Esty *et al.*, 2005). Com resultados que posicionavam alguns países, entre os quais os Estados Unidos, em lugares bastante mais favoráveis do que os estabelecidos com o cálculo da Pegada Ecológica, a controvérsia não se fez esperar, demonstrando quão vulneráveis, imaturas e discutíveis são estas propostas.

A nível de índices e indicadores de sustentabilidade ambiental existem ainda outras propostas, mais ou menos abrangentes, incluindo indicadores associados às principais preocupações atuais, como as alterações climáticas, a poluição, a disponibilidade de água potável, a degradação dos solos e a desertificação.

Com a missão de “prover liderança e encorajar parcerias no cuidado do ambiente, inspirando, informando e incentivando as nações e povos a melhorar sua qualidade de vida sem comprometer as gerações futuras” (UNEP, 2011b), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente tem desenvolvido um importante trabalho em prol da promoção da sustentabilidade ambiental, reunindo um conjunto alargado de especialistas e desenvolvendo uma extensa base de dados ambientais (*Environmental Data Explorer*) que, para além de ser fonte de referência para os dados utilizados pelo PNUD e seus parceiros no relatório anual GEO (*Global Environment Outlook*), está disponível na internet²⁰. Este trabalho à escala internacional pressupõe a colaboração de uma rede alargada de entidades, desde governamentais a ONG, e um esforço de uniformização entre as nações.

²⁰ Base de dados com mais de 500 variáveis a diversas escalas geográficas, disponível em diversos formatos, incluindo um serviço de mapas dinâmicos, disponível em: <http://geodata.grid.unep.ch/>.

Em Portugal é de realçar o trabalho sistematizado pela antiga Direção Geral do Ambiente, no relatório sobre indicadores de desenvolvimento sustentável (DRA, 2000). Entre a miríade de índices e indicadores associados à sustentabilidade ambiental, destacam-se os incluídos no Relatório do Desenvolvimento Humano, representados no quadro 3.

Quadro 3 | Principais índices e indicadores associados à sustentabilidade ambiental (PNUD, 2011b)

Índices e Indicadores		Composição dos índices e indicadores	Fonte de dados
Índices compostos de sustentabilidade	Pegada ecológica	Área terrestre e marítima biologicamente produtiva de que um país precisa para produzir os recursos que consome e absorver os resíduos que gera.	Global Footprint Network (2010)
	Índice de desempenho ambiental	Índice constituído por 25 indicadores de desempenho de 10 categorias que abrangem a saúde pública ambiental e a vitalidade do ecossistema.	Emerson <i>et al.</i> (2010)
	Poupanças líquidas ajustadas	Taxa de poupanças numa economia que considera os investimentos em capital humano, o esgotamento de recursos naturais e os danos causados pela poluição, expressa como % do rendimento nacional bruto. Um valor negativo sugere um caminho insustentável.	Banco Mundial (2011)
Proveniência de energia	Proveniência de energia primária, combustíveis fósseis	% da proveniência total de energia que vem de recursos naturais formados por biomassa do passado geológico (e.g. carvão, petróleo e gás natural).	(IEA, 2011)
	Proveniência de energia primária, renováveis	% da proveniência total de energia de processos naturais constantemente reabastecidos, (solar, eólico, geotérmico, hidrelétrico, oceânico, biomassa e alguns resíduos).	(IEA, 2011)
Emissões de dióxido de carbono e poluição	Emissões de dióxido de carbono	Emissões de dióxido de carbono originadas pelo Homem e decorrentes da queima de combustíveis fósseis e gás e da produção de cimento, divididas pela população a meio do ano.	Boden, Marland e Andres (2009)
	Emissões de gases com efeito de estufa	Emissões de metano, óxido nítrico e outros gases com efeito de estufa, divididas pela população a meio do ano. Não são incluídas as emissões de dióxido de carbono.	Banco Mundial (2011) e DAESNU (2011)
	Poluição urbana	Concentrações de partículas finas em suspensão, de origem natural ou antrópica, com diâmetro inferior a 10 micron e capazes de penetrar profundamente no trato respiratório.	Banco Mundial (2011a)
Esgotamento de recursos naturais e biodiversidade	Esgotamento de recursos naturais	Expressão monetária do esgotamento de energia, minerais e florestas, expressa como % do rendimento nacional bruto.	Banco Mundial (2011)
	Extração de água doce	Total de água doce captada num dado ano, expresso como % do total de recursos hídricos renováveis.	(FAO, 2011)
	Área florestal	% de área de terra total que cobre mais de 0,5 ha, com árvores capazes de atingirem ou superiores a 5 m e coberto florestal superior a 10%, excluindo as que estejam sob utilização agrícola ou urbana.	(FAO, 2011)
	Alteração na área florestal	% de alteração na área sob cobertura florestal.	(FAO, 2011)
	Espécies ameaçadas	% de espécies animais classificadas como criticamente ameaçadas, ameaçadas ou vulneráveis pela UICN.	IUCN (2010)

Numa abordagem mais abrangente, a Comissão das NU para o Desenvolvimento Sustentável propôs, em 1995, um conjunto de indicadores de referência agrupados em 14 temas, procurando assim criar um padrão comum, e harmonizar e implementar indicadores nacionais comparáveis internacionalmente.

Esses 14 temas, aprovados em 1996 e revistos em 2001 e 2007, englobam todas as áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento sustentável:

1. Pobreza;
2. Perigos naturais;
3. Desenvolvimento económico;
4. Governação e governança;
5. Ambiente;
6. Parceria económica global;
7. Saúde;
8. Terra;
9. Padrões de consumo e produção;
10. Educação;
11. Oceanos, mares e costas;
12. Demografia;
13. Qualidade e disponibilidade de recursos hídricos;
14. Biodiversidade.

Entre as inúmeras propostas e indicadores que visam medir o desenvolvimento e a sustentabilidade, o índice que mais se destaca atualmente, pelo seu nível de aceitação e implementação, é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice, elaborado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), acompanhado pela publicação anual desde 1990 do Relatório do Desenvolvimento Humano (UNDP, 1990), constitui o principal marco no desvio do foco do desenvolvimento da economia e da contabilidade da renda nacional para políticas centradas nas pessoas (Haq, 1995).

Apesar do enfoque das dimensões da sustentabilidade estar essencialmente direcionado para o desenvolvimento humano em detrimento da sustentabilidade ambiental, este relatório trouxe uma nova “abordagem do desenvolvimento humano, e afetou profundamente toda uma geração de responsáveis políticos e especialistas do desenvolvimento de todo o mundo” (PNUD, 2011a: ii). “Em vez de se concentrar somente nuns poucos indicadores de progresso económico tradicionais (como o PIB per capita), o registo do ‘desenvolvimento humano’ propõe uma análise sistemática de um manancial de informação acerca do modo como vivem os seres humanos em cada sociedade e de quais as liberdades substantivas de que desfrutam” (PNUD, 2011a: iv).

Para tornar o IDH mais pragmático e facilmente mensurável, optou-se por limitar os indicadores incorporados a apenas três dimensões básicas do desenvolvimento humano, nomeadamente o rendimento nacional, a saúde e a esperança de vida e o acesso ao conhecimento. Posteriormente foram desenvolvidos outros índices, em particular o Índice do Desenvolvimento Ajustado ao Género e o Índice de Pobreza Humana que, para além do IDH, o PNUD elabora e disponibiliza no Relatório do Desenvolvimento Humano.

Esta opção de medir o desenvolvimento com enfoque nos principais aspetos associados à qualidade de vida dos cidadãos foi posteriormente acompanhada pelas preocupações associadas aos direitos humanos, aos aspetos ambientais e aos de valorização do património cultural, reforçando a assunção do paradigma da sustentabilidade. Atualmente, o Relatório do Desenvolvimento Humano apresenta um extenso conjunto de indicadores (quase 200) e índices que abrangem múltiplas áreas afetas ao desenvolvimento humano e à sustentabilidade ambiental.

Como se pode constatar pela abordagem anteriormente apresentada, existem muitas propostas de indicadores e índices, mas “medir a sustentabilidade permanece uma tarefa dificultada por fortes limitações em termos de dados. Um desafio perpétuo é a discrepância entre medidas locais, nacionais e globais, como a distinção entre o facto de uma economia nacional ser sustentável ou não e a sua contribuição para a sustentabilidade global” (PNUD, 2011b: 20).

3.1.6 Normalização e certificação associada à sustentabilidade

Associados aos indicadores e a outras medidas de desempenho ambiental, de gestão sustentada, ou de ações de responsabilidade social e ambiental, têm sido criados inúmeros sistemas e propostas de certificação de adoção voluntária, direcionados para setores ou segmentos específicos, e respetivas normas, prémios, ou selos de qualidade, como é o caso dos rótulos ecológicos. Para além da certificação, são ainda importantes os sistemas de normalização, de acreditação e de estabelecimento de boas práticas.

Certificados e rótulos permitem a quem adota esses sistemas e medidas beneficiar de uma gestão mais eficaz e exteriorizar uma imagem diferenciadora e obter vantagens competitivas.

Sendo a gestão ambiental e da qualidade estruturantes para o desenvolvimento sustentável de qualquer setor, é indispensável definirem-se e aplicarem-se procedimentos transversais que visem a melhoria contínua, a adoção de boas práticas e a obtenção de uma diferenciação positiva em relação a outros produtos e serviços do mesmo tipo mas menos sustentáveis (Font e Buckley, 2001). A atividade de normalização torna-se assim indispensável, permitindo estabelecer um conjunto de regras e diretrizes validadas relativas a produtos, equipamentos e serviços.

A atividade normativa é coordenada por organismos reconhecidos dos quais se destacam a Organização Internacional de Normalização (ISO - International Organization for Standardization), a Comissão Europeia para a Normalização (CEN) e, em Portugal, o Instituto Português da Qualidade (IPQ), enquanto Organismo Nacional de Normalização. Além de coordenar o Sistema Português da Qualidade, este instituto público promove a elaboração de normas portuguesas e o ajustamento de legislação nacional às normas da União Europeia. Entre as normas e sistemas de gestão mais relevantes para promover padrões que vão ao encontro de um modelo de desenvolvimento sustentável no turismo destacam-se:

- ▶ Gestão da qualidade – a série ISO 9000, e a NP/NE 9001 de 2008;
- ▶ Gestão ambiental – ISO 14001, de 2004;
- ▶ Responsabilidade social - ISO 26000 de 2010 e a NP 4469-1 de 2008;
- ▶ Gestão do risco – a série ISO 31000;
- ▶ EMAS – Tem como base a ISO 14001 mas é mais rigorosa e inclui mais passos;
- ▶ SA 8000 – Sistema de gestão ética no trabalho (SAI, 2011).

Outra ferramenta de gestão que permite às empresas e organizações medir, avaliar, comunicar e melhorar o seu desempenho ambiental é o EMAS - Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria, criado pela Comissão Europeia (European Commission, 2011).

Com a publicação em 2009 do EMAS III, procurou-se reforçar a adoção de padrões de qualidade e de gestão ambiental pelas organizações da União Europeia com vista a incentivar a consecução do objetivo instituído no artigo 2º do Tratado que “estabelece como uma das missões da Comunidade a promoção de um crescimento sustentável em todo o território” (Regulamento (CE) n.º 1221/2009, de 25 de novembro).

É ainda importante diferenciar-se o sistema de certificação do de acreditação. A certificação consiste em garantir que um determinado produto ou serviço cumpre os padrões definidos (Bien, 2003). Por sua vez a “acreditação consiste no reconhecimento da competência técnica de entidades para executar determinadas atividades de avaliação da conformidade” (IPAC, 2009). Ou seja, a acreditação pode resumir-se como o processo de certificação do certificador. Após obterem o certificado, as entidades passam a poder certificar a conformidade dos produtos, equipamentos, sistemas de gestão, etc., com as normas estabelecidas. Em última análise os processos de certificação visam garantir uma maior satisfação por parte do cliente, considerando padrões de qualidade, segurança, confiabilidade, eficiência e sustentabilidade, a custos aceitáveis.

Um passo importante a nível da certificação ambiental foi dado pela Alemanha, em 1978, com a criação do primeiro selo ecológico: “a etiqueta Blue Angel, para permitir que as características positivas de âmbito ecológico dos produtos e serviços fossem rotulados numa base voluntária” (Smith e Stancu, 2006: 1). Mas, o despoletar deste tipo de certificações ocorreu com a Cúpula da Terra em 1992, após o apelo e o estabelecimento de parâmetros associados às boas práticas ambientais e responsáveis, que levaram à institucionalização de prémios e sistemas de certificação. A publicação, em 1996, da certificação ISO 14001, para sistemas de gestão ambiental, constituiu igualmente um marco importante na credibilização do sistema, mesmo considerando as limitações desta norma (Bien, 2003).

A partir da Cúpula da Terra os sistemas de certificação multiplicaram-se, tal como os selos de conformidade a eles associados, envolvendo inúmeras organizações com credibilidades e abrangências muito díspares. Como resultado existe atualmente uma miríade de certificações e rótulos a nível internacional, nacional e mesmo local.

Só para o setor de turismo, num estudo realizado em 2002 para a Sociedade Internacional de Ecoturismo, em parceria com o Centro para o Turismo e o Desenvolvimento Sustentável, foram identificadas mais de 60 certificações ligadas à sustentabilidade e ao ecoturismo (Bien, 2003). Noutro estudo desenvolvido pelo World Resources Institute, em finais de 2009, envolvendo mais de 340 selos ecológicos em 42 países, concluíam-se que a maioria (58%) das certificações foi promovida por organizações não lucrativas, existindo ainda 18% implementadas com fins lucrativos e apenas 8% a nível governamental (WRI,

2010). No início de 2013, na página *Web Ecolabel Index*²¹ estavam referenciados 435 selos ecológicos distribuídos por 197 países e 25 setores (Big Room Inc, 2013).

A nível da União Europeia também já existem diversos programas de certificação associados à qualidade ou ao turismo sustentável, dos quais os mais conhecidos são o da Flor Europeia e o da Bandeira Azul. Outro programa a destacar, que conta com o apoio da Comissão Europeia, é o “QualityCoast”, que visa promover ações que valorizem a sustentabilidade dos destinos e resultem em benefícios para as comunidades e para os turistas (QualityCoast, 2012).

Esta enorme dispersão de certificações gera confusão entre os consumidores, pela dificuldade em se conhecerem quais os requisitos de cada uma e os critérios de atribuição, colocando em causa a sua validade. Existe assim o risco de banalização e descrédito das certificações, tanto por parte dos consumidores, como das organizações que as podem adotar, prejudicando todo um sistema importante para promover boas práticas, criar diferenciações positivas e prestar garantias aos consumidores.

Associados às certificações estão geralmente logótipos como o da EMAS ou o ISO, que são encarados como instrumento atraente de comunicação e comercialização para as organizações certificadas. Estes selos, rótulos ou etiquetas, não têm todos a mesma abrangência. Por exemplo na área ambiental devem distinguir-se as certificações ambientais e seus respetivos selos, dos *ecolabels* (ecoetiquetas). Os primeiros são atribuídos às empresas ou atividades que cumpram as normas mínimas definidas, enquanto os *ecolabels* se destinam apenas a um subgrupo que se destaca.

Segundo a Global Ecolabelling Network (GEN, 2004: 1), “um ecolabel é basicamente um selo que identifica a preferência ambiental global de um produto ou serviço com base em considerações de ciclo de vida”. Assim, os *ecolabels* destinam-se a distinguir as melhores práticas e apresentam ainda uma garantia acrescida por serem atribuídos por uma terceira entidade independente, não influenciada tanto pela empresa certificada como pela certificadora (UNOPS, 2009). Os *ecolabels* podem abranger diversos produtos e categorias de serviços e, quando associados a critérios exigentes e atuantes de forma imparcial sobre todo o sistema, são uma garantia de qualidade para os consumidores, especialmente para os que valorizam os aspetos da sustentabilidade. Entre os inúmeros *ecolabels*²², destacam-se no quadro 4 os mais conhecidos.

²¹ No *site* da Ecolaber Index em www.ecolabelindex.com, para além de uma base de dados com 435 ecolabels em contínua atualização, estão disponíveis diversos relatórios técnicos sobre a monitorização dos ecolabels em particular o “Global Ecolabel Monitor 2010” produzidos em parceria com a World resources Institute

²² A maioria destes *ecolabels* está disponível no *site* da Global Ecolabelling Network em www.globalecolabelling.net

Quadro 4 | Exemplos de *ecolabels* mais referenciados

Flor Europeia		Ecolabel europeu, criado em 1992 para incentivar as empresas a comercializar um vasto grupo de produtos e serviços amigos do ambiente.	http://ec.europa.eu/environment/ecolabel/
Blue Angel		Primeiro ecolabel (1978) e um dos mais conhecidos a nível mundial. Incorpora os padrões para os produtos e serviços amigos do ambiente.	www.blauer-engel.de/en
Nordic Swan		Criado em 1989, tornou-se no ecolabel oficial dos países nórdicos e num dos mais prestigiados a nível mundial.	www.svanen.se/en
Green Seal		Pioneiro na promoção de uma economia mais sustentável e o 1º a ser implementado nos EUA (1989), vindo a assumir-se à escala internacional.	www.greenseal.org

No que se refere especificamente ao setor do turismo, podem identificar-se diversos tipos de certificações e selos transversais a outras atividades (gestão da qualidade, certificação ambiental, eficiência energética, responsabilidade social, etc.), mas existem igualmente propostas específicas para o setor, em particular no que se refere ao alojamento e mais recentemente ao ecoturismo (quadro 5). Já no que se refere aos serviços de animação turística, devido à sua complexidade, diversidade e se tratar de um setor com afirmação bastante recente, ainda não existem propostas específicas consistentes.

Quadro 5 | Exemplos de *ecolabels* específicos do setor do turismo

Green Globe		Com base nos EUA tem aplicação internacional. Suportado nos princípios de sustentabilidade da Agenda 21. Tem grande abrangência de aplicação no turismo, destinando-se desde às comunidades, instalações e operadores.	www.greenglobe.com
Green Key		Criada a 1994, é aplicada alojamentos, centros de conferência e de férias, acampamentos, instalações de lazer e restaurantes. Exige a observância de uma longa lista de critérios ambientais.	www.green-key.org
Coastal & Marine Union		Implementado em 2007, é um dos maiores programas de certificação internacional de destinos turísticos associado a práticas sustentáveis. O programa é parcialmente financiado pela Comissão Europeia.	www.qualitycoast.info/
Bio Hotels		Criada em 2001 pela associação de Biohotels, é aplicada em diversos países europeus.	www.biohotels.info/en
Blue Flag		Programa da CE iniciado em 1987, que tem como objetivo, elevar o grau de consciencialização dos cidadãos e dos decisores para a proteção do ambiente marinho e costeiro e melhorar as condições ambientais nas praias.	www.blueflag.org
Biosphere STR		Promovido pelo Instituto de Turismo Responsável, é aplicado a destinos, empresas, organizações e produtos turísticos, tendo como base os princípios do desenvolvimento sustentável.	www.biospherehotels.org
NEAP		O Nature and Ecotourism Accreditation Program certifica produtos e percursos de ecoturismo com origem na Austrália está a expandir-se para o resto do mundo como padrão de Ecoturismo Internacional.	www.ecotourism.org.au/neap.asp
CST		Certificado para a Sustentabilidade Turística promovido pelo Turismo da Costa Rica. Diferencia as empresas turísticas através do grau de observância a 1 modelo de sustentabilidade na gestão ambiental e sociocultural.	www.turismo-sostenible.co.cr
GTBS		Green Tourism Business Scheme. Aplicado desde 1998 no Reino Unido no alojamento, centros de visita e a operadores turísticos.	www.green-business.co.uk

3.1.7 Sustentabilidade como novo paradigma ou utopia?

Perante a abordagem apresentada em torno do conceito, história e dimensões da sustentabilidade, assim como dos indicadores de desenvolvimento sustentável, importa refletir se este conceito se pode assumir como um novo paradigma para o século XXI. É comum considerar-se que nas últimas décadas se verificou uma mudança do paradigma associado ao desenvolvimento sustentável (Hardy e Beeton, 2001). Os defensores desta tese baseiam-se no amplo debate que o tema tem gerado, na sua aceitação e incorporação nas políticas governamentais, das organizações e das empresas, e mesmo no quotidiano de muitos cidadãos. Efetivamente foram dados importantes passos na valorização de uma abordagem mais centrada na qualidade de vida das populações e nas preocupações com os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental, quer à escala global, quer local. De salientar ainda o importante papel das Nações Unidas e das ONG, que desde a 2ª Guerra Mundial têm permitido a tomada de decisões em prol da paz, ajuda ao desenvolvimento, gestão dos recursos e redução dos impactes ambientais.

Também a nível nacional e local muitos países deram importantes passos em direção ao respeito dos direitos humanos, à democratização e incorporação de preocupações de sustentabilidade no processo de desenvolvimento.

Apesar do enfoque no desenvolvimento sustentável, ainda subsistem muitas dúvidas sobre a sua definição concetual, grau de abrangência e real afirmação como paradigma à escala global. Como defende Zhenhua Liu (2003: 459), “o debate sobre o turismo sustentável é irregular, desconexo e muitas vezes falho, com falsas premissas e argumentos”.

Considerando o que é mais consensual, destaca-se a ligação do conceito à necessidade de garantir a continuidade dos recursos e das condições ambientais para as gerações futuras e a incorporação de três²³ dimensões da sustentabilidade: económica, ambiental e sociocultural. Para além destes aspetos, as divergências acentuam-se, desde aqueles que consideram o conceito incoerente, aos que o julgam inatingível. Outros vão ainda mais longe, como é o caso de Wheeler (1991: 40) ao defender que a sustentabilidade “não passa de um exercício completamente fútil”. Para este autor, “o turismo sustentável queimou-se a si próprio, através de objetivos conflituais e incompatíveis” (Wheeler, 1991: 93). Há ainda quem considere que um enfoque excessivo na sustentabilidade pode ser, em certos casos, prejudicial e levar ao empobrecimento (Butcher, 1997).

Nos últimos anos aumentaram os cétricos em relação à utilização deste conceito, denunciando alguma banalidade e hipocrisia na sua utilização (Dresner, 2002). Segundo

²³ Ou quatro, caso se inclua a cultural, que aparece frequentemente agrupada com a social.

Redclift (1987: 200) “a maioria das intervenções no processo de desenvolvimento em nome do ambiente são motivadas por um desejo de minimizar os efeitos de ‘externalidades’ de desenvolvimento, ao invés de fornecer lições sobre como ele deve ser processado”.

Na realidade, o termo sustentabilidade é frequentemente utilizado para servir objetivos paralelos e não a sua verdadeira aceção, sendo ainda comum abranger apenas parte das suas dimensões, nomeadamente a ambiental ou a económica. A sustentabilidade entrou efetivamente na moda, sendo poucos os políticos, técnicos ou gestores que ousam não a incorporar. Mesmo empresas e organizações afetas à exploração de recursos e com grandes níveis de impacte se associam e divulgam medidas ou princípios de sustentabilidade, mas frequentemente não passam de medidas avulsas para enfatizar uma política responsável em segmentos restritos, mascarando o real impacte das ações na sua globalidade.

Tornou-se frequente desvirtuar a essência da sustentabilidade, ou pelo menos moldá-la a uma visão mais conciliadora de interesses específicos. Uns assumem uma perspetiva imediatista e simplificada, considerando a sustentabilidade um estado estático e próximo da realidade atual e não uma visão num longo e difícil caminho a seguir. Outros ainda moldam o conceito e distorcem-no para fins que melhor lhes servem, verificando-se mesmo a sua incorporação em modelos centrados no crescimento. Como refere Wood (1993, *op. cit.* Hardy e Beeton, 2001), muitos são os que assumem que o desenvolvimento sustentável não rejeita, e até valoriza, o crescimento económico como meio para acentuar as medidas rumo à sustentabilidade, nomeadamente as que se referem à proteção do ambiente.

É comum associar-se a sustentabilidade a um processo de mudança, assumindo-se como medidas sustentáveis todas as que promovem a melhoria das condições de vida das populações ou a redução dos impactes (Hall e Lew, 1998). Esta abordagem fraca à sustentabilidade não garante que as medidas tomadas tenham impactes aceitáveis, mas apenas que sejam melhores que o ponto de partida.

Certamente a ênfase que se passou a dar ao desenvolvimento sustentável é na essência positiva, mas como se viu há muito a melhorar, e é compreensível que existam adeptos, tanto de uma visão otimista, como pessimista. Suportando uma abordagem otimista, constatam-se importantes progressos nas últimas décadas a diversos níveis, como o facto de existirem cada vez mais países com sistemas políticos democráticos, um maior respeito pelos direitos humanos, redução da pobreza à escala internacional e crescente consciencialização, por parte dos decisores e das sociedades, da necessidade de intervenção para corrigir as desigualdades e as ameaças. De facto, na segunda metade do século XX verificou-se um progresso expressivo no desenvolvimento humano, com a

esperança de vida nos países em desenvolvimento a aumentar de 46 para 63 anos, entre 1960 e 2000, e a taxa de mortalidade das crianças menores de cinco anos a reduzir-se para menos de metade. Entre 1975 e 2000, a taxa de alfabetização foi reduzida para quase metade e “os rendimentos reais *per capita* mais do que duplicaram, passando de 2.000 para 4.200 dólares” (PNUD, 2004: 129).

Apesar dos resultados ficarem aquém das metas sucessivamente definidas, nas últimas seis décadas verificaram-se enormes progressos à escala global e em particular em muitos dos países com IDH baixo. Os progressos essencialmente na área da saúde, educação e direitos humanos têm sido relevantes, mas o fosso entre os mais ricos e os mais pobres continua a acentuar-se especialmente no rendimento disponível das famílias. “Em resumo, vemos grandes avanços, mas as mudanças ao longo das últimas décadas estão longe de ser completamente positivas”, verificando-se que o crescimento económico tem sido extremamente desigual (PNUD, 2011a: 5).

Os defensores de uma perspetiva pessimista, apesar de reconhecerem que estes progressos são importantes, consideraram que a organização e a economia mundial na sua essência não mudaram, com desigualdades e ameaças ambientais desmesuradas e, em muitas regiões, crescentes. Perante a constatação da descomunal desigualdade na distribuição de riqueza à escala local e mundial, da existência de cerca de 830 milhões de pessoas que, em 2007, continuavam a sofrer de subnutrição e fome crónica (ONU, 2010b), do número de espécies ameaçadas²⁴ continuar a crescer, estimando-se que sejam cerca de 19.570 em 2011 (IUCN, 2011), do acentuar das ameaças decorrentes das alterações climáticas, entre tantos outros problemas, como se pode assumir que se verificou uma mudança de paradigma para a sustentabilidade?

Segundo Helena Clark, administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, “as previsões sugerem que o continuado insucesso na redução dos riscos ambientais graves e das crescentes desigualdades sociais ameaça abrandar décadas de progresso sustentado da maioria pobre da população mundial – e até inverter a convergência global do desenvolvimento humano” (PNUD, 2011b: iv). Para Clark, as grandes disparidades de poder e a má governação justificam estes padrões.

Mais recentemente a crise financeira global dos últimos anos tem levado a uma redução da ajuda internacional por parte dos países mais ricos, o que levou a adiar a consecução das metas dos Objetivos do Milénio e demonstrou quão voláteis são os princípios da solidariedade, em períodos de menor crescimento económico. Simultaneamente a crise internacional reduz e desvia o investimento das áreas sociais e ambientais, podendo

²⁴ A UIAA divide as espécies ameaçadas em três grupos: criticamente em perigo, em perigo e vulneráveis.

incentivar a aplicação de modelos de desenvolvimento mais competitivos mas menos sustentáveis.

Na Europa Ocidental os valores e o caminho político seguido após a década de 1960 apontavam para uma visão otimista, com a criação e expansão da União Europeia segundo princípios de solidariedade e sustentabilidade, expressos no seu Tratado, destacando-se como principais objetivos da União a “promoção de um progresso económico e social equilibrado e sustentável, nomeadamente a criação de um espaço sem fronteiras internas, o reforço da coesão económica e social (...)” (Comissão Europeia, 1992: 5, Art.º B). Mas a realidade dos últimos anos coloca em causa estes princípios e as metas definidas.

A nível nacional é de salientar o “notável sucesso de crescimento nas décadas de 1960 a 1980” (Tavares *et al.*, 2003: 23), sendo ainda mais assinaláveis os progressos políticos e sociais, mas esse caminho é frequentemente instável, como se comprova no período de contínua desaceleração económica que se acentuou nos últimos anos, com perdas na qualidade de vida dos cidadãos e aumento da pobreza e do desemprego.

A realidade parece demonstrar que a adoção dos princípios da sustentabilidade não é condição suficiente para garantir os resultados desejados, e que as sociedades tendem frequentemente a distorcer estes princípios e a valorizar o crescimento económico e a sobre riqueza de uns em detrimento de uma repartição mais justa (Hoff e Stiglitz, 2001).

Existe ainda a tendência para projetarmos no futuro a continuidade da história recente, ou seja, os enormes progressos económicos e sociais alcançados num período de paz em grande parte do mundo. São sinais de otimismo mas se considerarmos um período mais alargado da história e as tendências recentes, provavelmente chegamos a uma perspetiva mais cautelosa que assume um elevado risco no caminho do progresso humano e da sustentabilidade ambiental.

Mesmo considerando o paradigma do desenvolvimento sustentável muito associado à moda e uma certa indefinição do próprio conceito, acrescida de alguma hipocrisia na sua aplicação, é importante destacar as mudanças valorativas decorrentes da sua implementação. As atuais ameaças ambientais e a continuidade nas enormes desigualdades não devem ser encaradas com conformismo, mas antes incentivar a conjugação de esforços da sociedade para que o foco se recentre nos aspetos da sustentabilidade e da solidariedade social.

3.2 MODELOS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

“A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo”

Peter Drucker

3.2.1 Turismo de massas *versus* turismo alternativo e de nichos

O crescimento acentuado da atividade turística, verificado na segunda metade do século XX, esteve essencialmente associado à expansão do turismo de massas, que se diferenciava do turismo elitista predominante nos séculos anteriores. É igualmente importante referenciar o relevo que as viagens com motivações de saúde e religiosas representavam desde há séculos, apesar de frequentemente subestimadas na abordagem à história do turismo.

O turismo de massas é identificado como um fenómeno de larga escala, com um produto homogeneizado e indiferenciado, direcionado a uma clientela massificada (Poon, 1993). Este tipo de turismo é baseado na organização da oferta turística num processo que replica os modelos de produção industriais de larga escala, com forte concentração geográfica e de capital. O seu incremento resultou em grande parte da expansão da classe média dos países desenvolvidos que formou uma procura alargada sustentada por melhores rendimentos e pelo direito a férias, incluído nas novas leis laborais.

Este crescimento da procura privilegiou, numa primeira fase, os destinos de proximidade, especialmente o litoral das regiões meridionais. Com o desenvolvimento dos transportes e a melhoria das acessibilidades, começaram a surgir novos destinos turísticos, como as ilhas tropicais, com a oferta centrada no produto balnear e regiões de montanha, onde se propagaram os centros turísticos associados aos desportos de neve.

Com o turismo de massas sempre coexistiram outras formas de turismo, designadas de alternativas ou marginais, que englobavam inúmeros segmentos de turistas e serviços (Joaquim, 2012; Smith e Eadington, 1995). Contudo, a afirmação do conceito de turismo alternativo deu-se apenas nas últimas décadas do século XX, em resultado da alteração do perfil dos turistas, do aumento das preocupações com a sustentabilidade e em reação aos excessivos impactes associados ao turismo de massas (Butler, 1990; Telfer, 2002a).

Pearce (1995) reconhece como um dos principais marcos na afirmação do turismo alternativo, a expansão da oferta de serviços turísticos de pequena escala, caracterizados por baixos investimentos, integração na natureza e envolvimento das comunidades locais, que se multiplicaram a partir da década de 1970, inicialmente com maior expressão nos países de climas quentes.

Por sua vez, Butler (1992: 31) considera que as novas tendências para a segmentação do mercado e a competição entre destinos para captarem novos nichos, levaram a que o “turismo alternativo tenha surgido como um dos conceitos mais amplamente usados e abusados da última década”. Tal como desenvolvimento sustentável, o termo alternativo soa bem, sugerindo preocupação e conhecimento; afirmando-se como opção ao turismo de massas que ficou fora de moda e com alguma conotação pejorativa.

O turismo alternativo assume-se então como uma nova abordagem e filosofia para o turismo, diferenciando-se em oposição a um modelo de turismo de larga escala, pelo reforço da interação sociocultural e ambiental com o meio de destino (Lima e Partidário, 2002), pela sustentabilidade ambiental e pelo desenvolvimento de base endógena que promove (Telfer, 2002a). Nessa corrente, Wearing e Neil (1999 *op. cit.* Borges e Lima, 2006) consideram “turismo alternativo” aquele que abrange todas as formas de turismo consistentes com os valores naturais, sociais e da comunidade, que permitem aos residentes e visitantes interagir de forma positiva e partilhar experiências. Esta é uma definição muito abrangente que engloba, ou se confunde, com diversos segmentos do turismo, nomeadamente:

- ▶ Turismo sustentável;
- ▶ Turismo de nichos;
- ▶ Turismo verde;
- ▶ Turismo qualitativo;
- ▶ Turismo responsável;
- ▶ *Slow tourism*;
- ▶ Ecoturismo;
- ▶ Turismo suave;
- ▶ Turismo ecológico;
- ▶ Turismo apropriado.

Como evidencia Pearce (1995), o turismo alternativo é uma referência inconsistente, desde logo porque o turismo não pode ser dividido em dois polos antagónicos, o de massas e o alternativo, devendo considerar-se uma transição. Também não se deve generalizar que o turismo alternativo é sempre mais apropriado do que o turismo de massas (Butler, 1992). Acresce o facto de que muito do turismo alternativo tem vindo a ser apropriado pelos grandes operadores turísticos, configurando “atualmente uma indústria onde a principal diferença do turismo de massas é provavelmente o preço, já que a lógica do pacote turístico é total” (Joaquim, 2012: 95).

Nos últimos anos tem-se acentuado a corrente que aborda o turismo de massas como oposto à sustentabilidade e por isso deve ser substituído (Telfer, 2002b). Mas, presumir que este tipo de turismo é necessariamente negativo e menos adequado para uma determinada região é um erro comum que urge desmistificar. É importante avaliar outras opiniões que consideram o turismo de massas inevitável e sugerem que a principal preocupação deva ser a redução dos seus impactes, adaptando a oferta através de “uma abordagem compreensiva, sistémica e orientada para a comunidade e o meio.” (Godfrey, 1996: 63).

Costa (2005: 288) contesta a assunção de que este tipo de turismo é necessariamente passivo, considerando que a “premissa de que os turistas de massas estão interessados maioritariamente em inação e no gozo do sol e praia decorre de evidência empírica que se reporta ao desenvolvimento do turismo de massas durante as décadas de 1950 a 1970”.

O principal mito consiste na diferenciação de “bom turismo” associado ao turismo alternativo e “mau turismo” ao de massas. Se realmente existem inúmeros exemplos de regiões que sofreram impactes muito negativos associados ao turismo de massas, outras, por adotarem um planeamento mais adequado do destino, ou por terem maior capacidade de carga, conseguiram usufruir dos benefícios da atividade turística sem que os impactes fossem excessivos ou difíceis de corrigir. Neste sentido, quando se analisa e critica o impacto do turismo de massas, é necessário considerar também os benefícios que este aporta para as regiões e para os países.

Outras questões problemáticas surgem da dificuldade em responder às necessidades da crescente procura, sem que parte desta seja absorvida pelo turismo de massas, e de diversos produtos serem predominantemente massificados, desde logo, porque exigem infraestruturas e equipamentos dispendiosos, apenas rentabilizados com uma procura massificada, como é o caso de inúmeras estâncias de esqui ou grandes cruzeiros.

Por outro lado, a ideia de que o turismo alternativo está associado à sustentabilidade é muito controversa e volúvel, dependendo os impactes deste tipo de turismo de diversos fatores e do nível de abrangência considerado para a atividade turística. Se fizermos uma abordagem holística do turismo dificilmente se poderá considerar esta atividade como sustentável, especialmente se ela supuser grandes viagens. Consideremos o exemplo de um europeu que se desloque ao Pantanal, no Brasil, para um programa de ecoturismo - certamente terá baixo impacto local e será portador de benefícios para as comunidades locais e para a gestão ambiental, mas simultaneamente gerador de uma pegada de carbono elevadíssima devido à sua deslocação. Efetivamente o turismo alternativo pode ser menos intrusivo em termos de escala, mas mais intrusivo ao chegar a destinos mais sensíveis e com menores capacidades de carga ambiental e social.

Apesar dos seus impactes serem potencialmente menores do que o de massas, o turismo alternativo não está isento deles e a sua multiplicação e difusão podem resultar em consequências bastante negativas para algumas regiões, culturas e ecossistemas.

Considerando os aspetos focados, é fundamental rebater a ideia de que o turismo alternativo é sustentável e qualitativo, em oposição ao turismo de massas, quantitativo e com fortes impactes. Se o turismo de menor escala é, por princípio, mais consciente e procurado por pessoas geralmente mais exigentes e preocupadas com os seus impactes, exercendo menor tensão sobre o ambiente e as comunidades, é necessário considerar que

a elevada procura por uma miríade de pequenos grupos pode levar a uma pressão excessiva sobre o ambiente e as comunidades.

Com a argumentação anterior não se pretende defender o turismo de massas, nem mitigar os seus efeitos perniciosos, mas antes mostrar o desacordo com a colagem e uma visão simplista de divisão do turismo entre o alternativo sustentável, e o de massas insustentável. Dar ênfase ao conceito de turismo alternativo, apenas como oposição ao turismo de massas é pouco claro, sendo preferível utilizar termos mais específicos, considerando e individualizando os fatores diferenciadores. Mas quais são esses fatores diferenciadores que estão essencialmente assumidos no binómio turismo de massas versus alternativo? Os principais são certamente a escala (quantidade e concentração), a sustentabilidade e a qualidade.

Considerando o turismo de massas como concentrado, destinado a públicos alargados, a oposição a este tipo de turismo far-se-á, a nível de escala, pelo turismo de nichos, direcionado para segmentos específicos e de menor escala.

Em relação à sustentabilidade, apesar de ser mais difícil gerir os impactes de grandes fluxos, a escala não é o único fator condicionante, nem muitas vezes o principal. A par da quantidade, são ainda relevantes a concentração, a densidade turística e a capacidade de carga. O fluxo de milhares de turistas saídos de um cruzeiro tem impactes bastante distintos em Lisboa ou na ilha do Faial. Por sua vez, atividades de baixa densidade, como passeio em todo-o-terreno ou a escalada, podem ter impactes excessivos se decorrerem em áreas sensíveis. Quando se pretende diferenciar pela sustentabilidade é mais adequado utilizar classificações como turismo verde, responsável, sustentável, ecoturismo ou comunitário.

Quanto ao terceiro ponto referente à qualidade, estamos perante uma variável muito discutível. Frequentemente confunde-se qualidade com exclusividade e elevado custo, mas não há necessariamente uma dependência desses parâmetros já que a qualidade parece estar essencialmente associada à satisfação dos turistas e não tanto a programas mais especializados, personalizados e geralmente mais caros (Augustyn, 1998). A qualidade deve ser transversal a todos os serviços e produtos turísticos, independentemente de custos ou de representações “elitistas”, podendo e devendo ser uma das premissas de todos os destinos e tipos de turismo. Segundo Douglas *et al.* (2001 *op. cit.* Cavaco e Simões, 2009: 22),

o turismo de nichos é cada vez mais a expressão da singularidade, sofisticação e diferenciação do indivíduo-turista, na incessante procura de materialização dos seus desejos de viajar... [sendo] um fenómeno complexo, caracterizado por uma oferta flexível,

muitas vezes de pequena escala (intimista), mercado muito segmentado e gestão e distribuição integradas e apoiadas cada vez mais no uso das novas tecnologias.

Esta relevância resulta também da maior segmentação da procura e da oferta, ocorrida nas últimas décadas.

De acordo com Robinson e Novelli (2005: 4), o termo turismo de nichos deriva do conceito “*niche marketing*”, que está associado a “duas ideias inter-relacionadas. A primeira de que é um lugar no mercado dos produtos turísticos e a segunda, que é a audiência para esse produto”, podendo assim ser considerado, quer no âmbito de produto de nicho (oferta), quer como grupos de turistas específicos (procura). Segundo Cavaco e Simões (2009) é ainda importante considerar a existência de “territórios de nichos”, defendendo que a segmentação e a especialização dos produtos e visitantes são muitas vezes dadas pelo lado das potencialidades e da oferta dos territórios, como são exemplo muitas regiões de montanha, cujas particularidades e capacidade de atração as identificam como territórios privilegiados para este tipo de turismo.

O turismo de nichos está estritamente associado à tendência de segmentação do mercado, resultante da crescente adaptação da oferta às necessidades, expectativas e diversidade de perfil dos turistas, à expansão dos grupos de turistas mesocêntricos e especialmente os aventureiros (alocêntricos), à diversificação de produtos e serviços turísticos e ao incremento da competitividade dos destinos (Urry, 2002).

Apesar do termo não estar isento de problemas semânticos, assumiu um significado de senso comum que o valoriza e distingue (Novelli, 2005). À primeira vista, a diferenciação do turismo de nichos em relação ao de massas parece simples e perceptível, mas numa abordagem mais sofisticada a problemática adensa-se, por existirem diversos níveis de segmentação, que podem ir ao extremo do turismo individualizado.

Segundo Robinson e Novelli (2005) o turismo de nichos pode ser decomposto em macro nichos (produtos relativamente grandes, e.g. turismo na natureza ou turismo rural) e micro nichos (segmentos ou subprodutos mais específicos, e.g. geoturismo ou BTT). Esta abordagem pressupõe que o turismo de nichos resulta da segmentação do mercado em partes sucessivamente mais pequenas, tanto ao nível do produto, como do território. Por exemplo, dentro do turismo balnear, um nicho específico de turistas pode utilizar uma praia sem acesso automóvel e sem infraestruturas de apoio, enquanto ao lado existem praias massificadas.

Perante tantos e tão diferentes níveis de segmentação, torna-se difícil estabelecer a fronteira entre o turismo de massas e o de nichos, pelo que é útil acrescentar outros fatores diferenciadores para além da escala e da segmentação, nomeadamente a concentração

turística e a capacidade de carga. Produtos como o turismo religioso, cultural, na natureza, ou mesmo mais específicos como o golfe ou o BTT, que são geralmente identificados como turismo de nichos, apresentam uma concentração tão expressiva em determinados destinos, que passam a identificar-se mais com o turismo de massas. Outros produtos, como é o caso do turismo de cruzeiros, apesar de ser um segmento bem individualizado, apresenta uma concentração, massificação e *marketing* tipicamente identificado como turismo de massas; embora em certas regiões e em determinadas escalas possa inserir-se no turismo de nichos. Por estes exemplos facilmente se conclui que a distinção entre turismo de massas e de nichos não é tão fácil como parece.

Segundo outra abordagem, defendida por Mike Robinson (Novelli, 2005: xx), o “turismo de nichos é uma economia de imaginação, onde as preferências individuais e práticas são coordenadas, empacotadas e vendidas”. Denota-se alguma contradição nesta conceção, por um lado estamos perante nichos associados às preferências individuais, mas que podem ser encarados como segmentos do turismo de massas por terem alguma abordagem final semelhante. Isto resulta essencialmente de muitos operadores turísticos, antes direcionados para o turismo de massas, terem adaptado a sua oferta em resposta às “novas” necessidades dos turistas, criando serviços mais especializados, mas na sua essência com critérios predominantemente quantitativos vendidos em pacotes turísticos mais ou menos estandardizados. Como exemplo temos os cruzeiros temáticos ou alguns programas de enoturismo.

Apesar de alguma problemática e dificuldade em estabelecer o ponto de diferenciação entre turismo de massas e turismo de nichos, tirando a vasta faixa de transição, há fatores de individualização que reforçam o interesse em distinguir estes dois tipos de turismo.

O turismo de nichos está associado a um serviço mais personalizado, de reduzida escala, direcionado para um pequeno grupo de clientes com características e necessidades semelhantes, compelindo os destinos e operadores a aprofundar o conhecimento dos potenciais turistas. Para Tkaczynski, Rundle-Thiele e Beaumont (2009), conhecer os turistas é tanto uma necessidade como uma mais-valia, por isso muitos destinos não poupam esforços para estabelecer nichos o mais individualizados possível, recorrendo mesmo ao uso combinado de variáveis de segmentação para desenvolver diferentes perfis de turismo, servindo diferentes agentes turísticos que interatuam no mesmo destino.

Nesse ponto de vista, o turismo de nichos é mais exigente em termos de conhecimento, de planeamento e de organização da oferta, mas simultaneamente, por ser de menor dimensão, adapta-se melhor a destinos emergentes menos competitivos, permitindo o envolvimento de mais agentes e a proliferação de serviços de menor escala e exigência de investimento. Por estes motivos, o turismo de nichos é especialmente “adequado a todas

as regiões periféricas que apresentem uma forte identidade geográfica traduzida, quer na paisagem, quer no seu património cultural e ambiental” (Silva, 2008: 13), podendo mesmo constituir-se como a única alternativa para o desenvolvimento endógeno de territórios marginais, muito associados a atividades tradicionais frequentemente em declínio.

A aposta no turismo de nichos por esses territórios é menos exigente em investimento e infraestruturas, menos dependente dos operadores externos, permitindo que a comunidade local consiga assegurar grande parte da oferta. Esta constitui igualmente uma oportunidade para esses territórios se poderem afirmar num mercado altamente competitivo, apostando nos fatores de diferenciação associados aos próprios nichos, na hospitalidade e em turistas cada vez mais motivados para procurar destinos alternativos, mais acolhedores e com menor pressão turística. Apostando no exotismo, na aventura, na natureza, na cultura, ou em micro nichos, há um leque de oportunidades que cresce à razão da tendência para segmentação da procura e diversificação da oferta.

Enquanto oportunidade para muitos novos destinos, o turismo de nichos pode também assumir-se como um importante instrumento para o desenvolvimento regional, contribuindo para a redução das assimetrias geográficas.

Por sua vez, mesmo nos destinos consolidados, o turismo de nichos apresenta uma excelente oportunidade para o desenvolvimento turístico, por alargar a oferta a outros segmentos, em especial a nichos que requerem serviços específicos e tenham consumos mais elevados, como é o caso do golfe, do mergulho e do turismo de elite. Acresce ainda a oportunidade de se promover o desenvolvimento do turismo de nichos para reduzir a sazonalidade turística dos destinos.

Conclui-se que o turismo de nichos apresenta um enorme potencial de desenvolvimento para a generalidade dos destinos, como resposta à diversificação das necessidades dos turistas, contribuindo para aumentar as receitas por turista e reforçar a imagem dos destinos (Hall, 1999). Devidamente planeado e gerido, um modelo de desenvolvimento turístico suportado pelo turismo de nichos terá certamente menores impactes nocivos, e maior facilidade em garantir a adequação às capacidades de carga do território e das comunidades locais. No entanto, este modelo implica a opção de cenários de crescimento turístico mais lentos mas provavelmente mais consistentes a longo prazo.

Para finalizar, deve destacar-se que, para determinados destinos, o turismo de massas continua a ser a forma de organização do turismo mais vantajosa, desde que acompanhada por planeamento e monitorização adequados e que, simultaneamente, explore as potencialidades de desenvolvimento de segmentos específicos visando criar vantagens competitivas ou reforçar os gastos turísticos.

3.2.2 Planeamento e desenvolvimento turístico

“Saber é prever e prever é ter poder”

Auguste Comte (*op. cit.* Godet e Durance, 2011: v)

Desenvolvimento turístico

Conforme refere Vieira (2007: 20) “o desenvolvimento turístico é parte integrante do processo de desenvolvimento global e, por isso, não diferem substancialmente os principais conceitos e definições utilizadas num e noutro”. Toda a problemática associada ao conceito de desenvolvimento anteriormente apresentada pode ser replicada a este setor, concebendo a escala, a especialização e o âmbito de abrangência como as principais diferenças. Ainda assim, estas dissemelhanças tendem a atenuar-se devido ao peso e consistência que as abordagens holísticas do setor, enquadradas numa visão sistémica, têm vindo a ganhar.

Na atualidade é questionável qualquer abordagem setorial que não esteja suportada pelas suas interligações e dependências. Porém, no caso da atividade turística, essas interações são ainda reforçadas pelo grau de abrangência do setor, que inclui várias dimensões como a territorial, a económica, a ambiental, a social e a cultural.

O desenvolvimento é um processo dinâmico, quer pela sua continuidade temporal, quer pela própria evolução concetual. Efetivamente, os princípios associados ao desenvolvimento têm evoluído gradualmente ou através de ruturas que levam à alteração de paradigmas, das quais se destaca a tendência verificada nas últimas décadas com a substituição das abordagens quantitativas, que privilegiam o crescimento e a riqueza, por outras centradas nos aspetos qualitativos e nas preocupações com as componentes ambiental e sociocultural, tendo como visão o desenvolvimento sustentável.

Essa tendência também se verifica com especial acutilância no turismo, devido à abrangência dos impactes da atividade e por se tratar de um setor que sofreu uma rápida evolução. O elevado crescimento da atividade turística, em especial após a década de 1970, conduziu à emergência de muitos destinos turísticos e esteve essencialmente associado a um modelo de desenvolvimento concentrado e massificado, que originou a expansão desmesurada de equipamentos e infraestruturas turísticas, a degradação ambiental e alguma desarticulação social desses territórios. Como consequência, muitos desses destinos perderam vantagem competitiva e alguns entraram mesmo em declínio, sendo frequentemente obrigados a recorrer a elevados investimentos para corrigir erros (Cooper *et al.*, 2007).

O desenvolvimento dos destinos estava, e em muitos casos ainda está, demasiado centrado nos aspetos económicos e quantitativos. As principais vantagens que os territórios poderiam retirar da expansão da atividade turística por vezes são limitadas no tempo e podem comprometer o desenvolvimento a prazo.

Segundo o Conselho Profissional da OMT (*op. cit.* Vieira, 2007: 29), “a atratividade de um destino do ponto de vista do turismo é o resultado da comparação entre ‘o valor recebido’ de um destino, com os ‘esforços’ que o turista tem que fazer para o visitar”. Daqui se depreende serem inúmeras as variáveis que influenciam a capacidade competitiva dos destinos, e que estes devem considerar no processo de desenvolvimento. Para além dos fatores internos é necessário atender aos externos, como o incremento da concorrência, a evolução nas acessibilidades, as motivações, interesses, expectativas e comportamento dos turistas, a força dos grandes operadores turísticos, as novas tendências na promoção, *marketing*, informação e comunicação proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação e as dinâmicas da economia internacional, considerando as crises e progressos económicos nas diversas regiões.

Planeamento como suporte do desenvolvimento

Apesar dos defensores de teses mais liberais poderem parcialmente discordar, o desenvolvimento não é um processo espontâneo, exige conhecimento, tomada de decisão e implementação de ações que o estimulem e orientem para o melhor rumo possível. Ou seja, o desenvolvimento está estritamente associado ao planeamento (Weaver e Oppermann, 2000); sem ele, o processo será certamente fugaz, levando a prazo ao seu esmorecimento ou declínio, e acarretará consequências nefastas a nível ambiental e social.

O planeamento não é um processo recente, fez parte das sociedades mais organizadas em todas as civilizações e épocas históricas (Costa, 2001), porém, só recentemente se generalizou e passou a ser incorporado desde o nível macro (internacional e nacional), ao micro (das empresas, produtos, de um lugar ou mesmo de um sítio). O planeamento é hoje aplicado a nível geral e setorial em todos os países com uma organização política e social minimamente estruturada, sendo um instrumento de poder com fins de organizar e projetar o desenvolvimento em busca de um futuro melhor.

Mesmo considerando a diversidade de conceções e elevada abrangência do termo “planeamento”, é possível identificar-se uma matriz de abordagem comum que estabeleça uma definição concetual do mesmo. Desde logo, “o conceito geral de planeamento implica uma relação de futuro com base numa compreensão da tendência atual” (Edgell *et al.*, 2008: 193). Planear parte do conhecimento do presente (diagnóstico) e projeta-se no que

se pretende para o futuro, considerando as capacidades para o alcançar. Para Vieira (2007: 32) “o planeamento deve ser também aceite como um modelo de gestão de comportamentos coletivos e individuais, como uma visão, com valores, com uma missão e com uma estratégia”.

Considerando os contributos de vários investigadores (Beni, 2006; Costa, 2001; Gunn, 1988; Hall, 2008; Vieira, 2007; Weaver e Oppermann, 2000) poderá encarar-se o planeamento como um processo contínuo que, partindo do diagnóstico do contexto interno e externo, incorpora as expectativas das comunidades e assume a tomada de decisão fundamentada, em direção a um futuro desejável, intervindo sobre ele de forma ativa, permanente e dinâmica.

O planeamento é transversal a toda atividade humana e ao território, podendo ser mais ou menos abrangente e com ciclos temporais diferenciados, permitindo-nos identificar diversos tipos agrupados segundo critérios comuns:

- ▶ **Âmbito geográfico** – A nível mundial (e.g. Objetivos do Milénio estabelecidos pelas Nações Unidas), internacional (e.g. Rede Europeia de Transportes), Nacional (e.g. PENT), regional (e.g. PROT) ou local (e.g. POLIS);
- ▶ **Duração** – A longo, médio e curto prazo²⁵;
- ▶ **Abrangência** – Incorpora desde os níveis globais (e.g. PNPOT), setoriais (e.g. PENT) e os especializados (e.g. POOC);
- ▶ **Destinatários** – Governo Central ou Regional, autarquias, ONG ou empresas.

Atualmente, especialmente nos países desenvolvidos, o planeamento passou a ser uma realidade que incorpora instrumentos a nível macro, que se decompõem em planos setoriais e regionais e, por sua vez, a níveis mais detalhados em termos territoriais ou de especialização.

Tal como a noção de desenvolvimento, também a de planeamento tem evoluído incorporando contribuições de investigadores e forças de mercado e adaptando-se aos novos paradigmas da sociedade.

Em meados do século XX, o planeamento tradicional recorria à análise científica com intuito de estabelecer a previsão mais exata possível do futuro, e uma sequência linear de ações em direção aos objetivos, numa abordagem que teve o seu expoente máximo com a Escola Racionalista de Chicago. Nos finais da década de 70, diversos investigadores

²⁵ O planeamento a longo prazo geralmente é a nível estratégico e superior a 5 anos, sendo mais frequente entre 10 a 15 anos. Os de curto prazo são essencialmente planos de ação a nível operacional, com um período de implementação até aos 2 anos, e os de médio prazo superior a 2 anos e até 5 anos. Contudo, estes períodos são aproximados e dependem de diversos fatores.

criticam esta abordagem por ser demasiado “científica”, centralizada e elitista, obcecada pela procura do ótimo, dissociada da complexidade da experiência social e de um mundo em rápida transformação, contrapondo a necessidade de considerar vários cenários, em resposta a um futuro cada vez mais incerto.

Surge então uma nova abordagem, designada por planeamento estratégico, que considera como foco “o objetivo e não o processo, implicando uma mudança que exige, antes de mais, uma atitude prospetiva, centrada no futuro” (Vieira, 2007: 32). Para Partidário (1999) o planeamento estratégico assume-se à partida como um processo cíclico e flexível com contínua interação e incerteza. A estratégia é encarada como um jogo de incerteza e audácia, que deve envolver o esforço de uma vasta equipa, para procurar ganhar vantagens competitivas aos adversários, o que exige uma grande capacidade de adaptação às mudanças de táticas e uma constante monitorização e avaliação das decisões tomadas.

O futuro não é previsível, mas apostar na sua previsão, apesar de implicar grande esforço, investimento e risco, permite a obtenção de importantes vantagens estratégicas associadas à maior probabilidade de se conseguirem moldar os caminhos previsíveis (Jemala, 2012). Segundo Godet (1993), o futuro, apesar de múltiplo e incerto, deve ser trabalhado numa atitude proactiva que exige flexibilidade mas também determinação para sintetizar de forma clara o que se pretende alcançar, descrito na visão e nos objetivos estratégicos. Para os defensores de uma abordagem prospetiva deve evitar-se a adoção de uma estratégia baseada numa postura preventiva, centrada na resolução dos problemas a curto prazo, pois os grandes desígnios do desenvolvimento só poderão ser conseguidos recorrendo a um planeamento a longo prazo.

A escola francesa de prospetiva²⁶ justifica esta necessidade com o objetivo de se conseguir implementar um projeto arrojado baseado nos valores de justiça social e de sustentabilidade ambiental. Esta corrente defende que o futuro, apesar de incerto, depende muito da nossa capacidade para o orientar, pelo que se deve assumir uma atitude de antecipação proactiva, que Godet designou de conspiradora, por atuar no sentido de provocar as mudanças desejadas. Como defendem Godet e Durance (2011: XIV), o planeamento deve promover um debate participativo e a “construção voluntarista de um plano de ação para provocar as mudanças desejadas e a realização de um projeto”.

²⁶ A teoria da Prospetiva foi publicada em meados da década de 1950 pelo filósofo francês Gaston Berger, formulada com base numa crítica aos processos de decisão, defendendo a necessidade de considerar o futuro nas decisões. Berger traçou então “os contornos de um método novo que reconcilia saber e poder, finalidades e meios, dando ao Homem político a possibilidade de transformar a sua visão do futuro em ações, os seus sonhos em projetos”(Godet e Durance, 2011).

Outras abordagens exploram ao extremo a incerteza, levando à elaboração de múltiplos cenários, opção que Michael Porter critica por levar à dispersão dos esforços e a custos elevados (Magretta, 2011). Segundo a teoria da vantagem competitiva de Porter, deve apostar-se nos cenários melhores e mais prováveis, numa abordagem proactiva, procurando-se influenciar a ocorrência e robustez do futuro pretendido, mas com a flexibilidade necessária, o que implica combinar algumas alternativas e assim reduzir o risco. Esta perspetiva, baseada na criação de vantagens competitivas, necessita de ser acompanhada por uma abordagem dinâmica e agressiva, pois a velocidade da evolução da concorrência é crescente, impelindo os destinos a libertarem-se de planos rígidos e cenários anteriormente definidos, estando constantemente a reinventar-se e a reforçar a criatividade.

O elevado dinamismo dos mercados leva mesmo muitos gestores a utilizarem uma abordagem do planeamento estratégico centrada em prazos mais curtos, porque o futuro é tão mais incerto quanto mais dilatado for o prazo. No entanto, essa opção não deve comprometer o estabelecimento de uma visão e de objetivos estratégicos a longo prazo, imperativo para uma abordagem estratégica que vise o desenvolvimento sustentável, mas tão-somente valorizar o caminho através de etapas. Paralelamente passou também a ser regra a incorporação no planeamento do trinómio “qualidade, sustentabilidade, competitividade”, não só por ser adequado, mas também por algum modismo.

Marketing estratégico e operacional

Considerando o *marketing* como “o conjunto das atividades de uma organização destinadas a satisfazer as necessidades reconhecidas ou sentidas dos consumidores no interesse máximo comum da organização e do consumidor” (Tocquer e Zins, 2004: 11), facilmente se compreende a sua forte ligação ao planeamento de produtos e destinos turísticos. Assim, também é de esperar que as novas dinâmicas e paradigmas associados ao planeamento se reflitam no *marketing* turístico.

O incremento da competição e do dinamismo são duas das realidades a que os destinos e as organizações se têm de adaptar. Como destaca Buhalis (2000), as estratégias de *marketing* estão efetivamente a mudar muito rapidamente. Segundo Lindon *et al.* (2008), das cinco fases do ciclo do *marketing*, quatro delas ocorreram no século XX, com a passagem do *marketing* orientado para o produto (Estágio Industrial), para o Estágio do Consumidor (anos 1940 e 1950), depois para o Estágio do Valor (anos 1970 e 1980) e mais recentemente para o Estágio Relacional.

Nas décadas de 1970 e 1980 a base do processo de *marketing* era essencialmente transacional, assente na diferenciação, segmentação, posicionamento e criação de valor, mas a partir da década de 1990 o *marketing* tornou-se essencialmente relacional, predominantemente individualizado e personalizado, incorporando todas as valências das novas tecnologias de informação, em particular a internet. Recorrendo-se a estas ferramentas, mesmo no mercado global, passou a ser possível “recuperar” o *marketing* personalizado. Isso implicou igualmente uma mudança de atitude corporativa, com o estabelecimento de interação entre as empresas e clientes com base na confiança e com o objetivo de antecipar e responder às necessidades dos clientes.

Segundo Harker e Egan (2006), o *marketing* relacional assenta na valorização da relação com os clientes através de ligações que promovam a interatividade e a confiança, na qualidade e numa visão a longo prazo. Esta nova abordagem ao *marketing* é uma mudança fundamentada nas exigências dos consumidores e nas novas oportunidades dos sistemas de informação e comunicação. Contudo, segundo Antunes e Rita (2008), em Portugal a maioria das empresas ainda não assumiu este novo paradigma e tem dificuldade de lidar com um mercado dual, distribuído pelos e-consumidores e os tradicionais. Em resposta a esta dificuldade, surgiu uma abordagem designada por *Blended Marketing* que “define uma visão integrada (*blended*) entre os meios *on-line*, ou interativos, e os meios *off-line*, ou tradicionais, perspetivando uma atuação mais eficaz e orientada por parte das empresas” (Rodrigues *et al.*, 2009: 45).

Um marco importante no acelerar das alterações do comportamento dos consumidores, induzido pelas novas tecnologias, deu-se com o surgimento da *web 2.0* nos finais de 2004. Com a *web 2.0* os internautas passaram a ter uma maior interatividade na rede, com conteúdos colaborativos, redes sociais e com a *web* a transformar-se numa plataforma onde se passaram a desenvolver muitos aplicativos, *software* e linguagem aberta, com garantia de interoperabilidade. Muitas destas ferramentas usufruem dos efeitos de rede para se afirmarem e expandirem, aproveitando a multiplicação das ações e inteligência coletiva (O'Reilly, 2007).

Com a *web 2.0* o *marketing* e a publicidade digital reinventaram-se, com as empresas a deixarem apenas de comunicar para passarem a interagir. Como refere Carreira (2009: 167), o cliente internauta “deixa de ser uma figura passiva e recetora de conteúdos, para passar a ser um agente ativo no desenvolvimento da *web*, multiplicando assim por milhões os contribuintes para este novo ecossistema chamado *web*”. Isto leva a uma mudança muito rápida do consumidor e à proliferação de “novos consumidores, os chamados *digital immigrants* que adotam padrões de compra e de consumo radicalmente diferentes, sustentados num *internet way of life* que condiciona a sua compra nos meios *off-line*”

(Rodrigues *et al.*, 2009: 44). Estes autores alertam ainda que “os efeitos sociais que estão por detrás de fenómenos de *crowdsourcing*²⁷ podem ter resultados devastadores ou potenciadores do seu negócio, produzindo inúmeras oportunidades de negócio...” (Rodrigues *et al.*, 2009: 44).

Mas, ao mesmo tempo que a *web 2.0* atinge a maturidade, já se passou a apostar na *web 3.0*, que vem aproximar ainda mais o utilizador e cliente dos prestadores de serviços, com uma relação bastante mais personalizada. Poderá considerar-se que entre a *web 2.0* e a *web 3.0* se está perante a diferença entre a sintaxe e a semântica (Hendler, 2009). Ou seja, com a nova geração *web*, as respostas tornam-se bastante mais personalizadas e direcionadas para o perfil de quem as solicita.

No que se refere especificamente ao *marketing* dos destinos, Sautter e Leisen (1999) consideram que esta é uma das “entidades” mais difíceis de gerir no mercado, devido à complexidade dos relacionamentos entre os agentes locais, que são muito diversificados, e das especificidades dos produtos turísticos. Nos destinos interferem os interesses a diferentes níveis (político, geográfico, etc.), de uma multiplicidade de organizações e interesses individuais, envolvendo uma amálgama de equipamentos e serviços turísticos. Administrar os interesses dos diversos *stakeholders*, que são muitas vezes conflitantes, torna a gestão e o *marketing* dos destinos como um todo extremamente desafiador (Buhalis, 2000: 98).

As novas tendências de abordagem do *marketing* e as especificidades do setor do turismo têm levado a que alguns autores questionem a tradicional abordagem ao *marketing mix*, considerando que, para além dos elementos produto, preço, distribuição e comunicação (4 P's), se deve acrescentar pelo menos o elemento “pessoas”, já que no turismo se vendem essencialmente serviços e existe uma forte interação com os clientes, valorizando-se o aspeto relacional e os bens intangíveis (Marques, 2005).

Com a afirmação dos modelos de desenvolvimento turístico sustentável, surgiram propostas para incluir no *marketing* as principais preocupações inseridas no conceito de sustentabilidade, nomeadamente uma perspetiva de durabilidade e de responsabilidade social, ética e ambiental. Estas correntes deram origem a novas abordagens do *marketing* nomeadamente com o societal, o sustentável e o verde.

O *marketing* societal surge alicerçado na tendência para uma maior responsabilidade social por parte das empresas e de um maior enfoque nos clientes, estritamente associada à emergência do *marketing* relacional. Como referem Kotler *et al.* (1999: 19), “o conceito de

²⁷ Consiste numa filosofia de colaboração em rede para produzir conteúdos, *software* ou novas tecnologias, com recurso à utilização voluntária de inteligência e conhecimentos coletivos espalhados pela Internet.

marketing societal sustenta que a estratégia de *marketing* deve providenciar valor aos clientes de modo a manter ou melhorar o bem-estar, tanto do consumidor, como da sociedade”. Para Kastenholtz (2003: 205) esta é uma “tendência no sentido da procura de situações *win-win*, isto é, de ganho para todas as partes, assim como de uma preocupação que se desloca do curto para o longo prazo, a qual se aproxima do conceito da sustentabilidade”. Kastenholtz (2003: 206) destaca que a ênfase passa pelas “necessidades do cliente, mas também as da população residente, e, ainda, os interesses de conservação do património”. Poderá então dizer-se que o *marketing* sustentável pressupõe uma abordagem relacional, societal, verde e duradoura.

A adoção de uma estratégia de *marketing* integrado e sustentado é especialmente importante nos destinos periféricos de pequena dimensão, pois permite reforçar a interação e confiança entre os turistas, as empresas turísticas e o destino no seu todo, levando à adoção de práticas mais responsáveis num compromisso entre o necessário retorno para os visitantes, proporcionando-lhes uma experiência de elevada qualidade, os benefícios da atividade turística e os seus impactes sociais e ambientais (Middleton e Hawkins, 1998). Todas estas dinâmicas e responsabilidades são difíceis de acompanhar e incorporar tanto a nível das empresas como dos destinos. A maioria das organizações não consegue acompanhar integralmente estas mudanças e a incorporação de boas práticas frequentemente não passa de uma intenção ou um mito. Segundo Cooper *et al.* (2007) ainda prevalecem muitas práticas que urge alterar, das quais realça a:

- ▶ Dispersão e excesso de informação promocional, que gera muito ruído;
- ▶ Excessiva ênfase nos serviços lucrativos e não nos interesses dos turistas;
- ▶ Falta de verdade na estratégia de comunicação;
- ▶ Invasão da privacidade com envio de *email* e correio publicitário;
- ▶ Ausência de incorporação dos custos de impacte ambiental e sociocultural dos projetos e ações;
- ▶ Recurso a práticas aplicadas com sucesso noutros territórios, mas sem a devida adaptação e sem fazerem sentido nas novas realidades;
- ▶ Gastos excessivos com a promoção, frequentemente mal direccionada e sem avaliação do retorno proporcionado.

Se os principais destinos e empresas têm mais recursos para poderem desenvolver boas estratégias de *marketing*, o que se traduz numa importante vantagem concorrencial, é igualmente certo que o desenvolvimento das tecnologias de informação proporciona oportunidades únicas para as pequenas empresas e para os destinos periféricos e de pequena dimensão. Caso os territórios e organizações de pequena dimensão assegurem uma organização desburocratizada, proactiva e apostem na inovação, têm excelentes

oportunidades para estabelecer relações próximas com os visitantes e, recorrendo às novas tecnologias, podem aumentar o seu nível de visibilidade a nível global, competindo diretamente com os grandes destinos, em particular nos nichos mais interessantes para os seus territórios.

Para isso, esses pequenos destinos devem evitar privilegiar o investimento em comunicação e publicidade institucional ou em eventos de grande dimensão, canalizando os esforços para uma comunicação direta, relacional e verdadeira, estabelecendo relações de confiança com os consumidores. Associando essa confiança a uma política de produto centrado nas potencialidades locais e a serviços e relações de autenticidade, hospitalidade e qualidade, contribuirão para que cada um dos visitantes se torne num embaixador do destino. Porventura o retorno poderá ser mais lento do que o associado à comunicação institucional, mas a prazo será certamente mais sustentável e a poupança nos gastos de promoção poderá ser canalizada, por exemplo, para o desenvolvimento de produtos turísticos.

Por fim, é de salientar a inclusão do *marketing* no planeamento estratégico e integrado do território, evitando o erro de se pensar essencialmente a curto prazo e em reação às crises e processos situacionais e de se centrar a ação excessivamente numa estratégia de comunicação e promoção, com base numa teoria que, segundo Gunn (1988), dominou demasiado tempo o turismo.

3.2.3 Planeamento turístico – Rumo à sustentabilidade

Apesar do planeamento ser um instrumento de poder e de ordenamento transversal às civilizações e há muito utilizado, este tem sido subestimado no setor turístico, apenas ganhando relevância a partir da década de 1980 (Henriques, 2003; Vieira, 2007; Weaver e Oppermann, 2000). São diversas as justificações, desde logo pelo próprio setor só recentemente ter ganho um peso preponderante e, como evidencia Vieira (2007: 43), por “ter faltado ao próprio turismo a notoriedade e o protagonismo institucional compatíveis com a sua importância”.

Com a forte expansão da atividade turística, refletida essencialmente após a década de 1960, muitos dos destinos assumiram o crescimento da atividade nos seus territórios como um dado adquirido, sem preocupações a nível do planeamento e do ordenamento do território, existindo mesmo defensores de que a sua implementação constituiria um entrave ao crescimento da atividade. Em consequência dessa pressão turística e da ausência de políticas de planeamento adequadas, verificou-se a degradação das condições ambientais e sociais de muitos destinos, levando-os a perder competitividade e, em determinadas situações ou contextos, a entrar em declínio (Cooper *et al.*, 2007).

Até à década de 1980, o desenvolvimento dos destinos turísticos replicava os modelos económicos vigentes, estruturados numa política de crescimento e criação de riqueza sem grandes preocupações ambientais e sociais. Contudo, os impactes negativos, a redução da qualidade e a perda de competitividade impulsionaram as mudanças, que acompanhavam também as tendências sociais, com cidadãos mais exigentes, informados e ecologicamente preocupados.

Atualmente, os decisores e *stakeholders* estão conscientes da necessidade de promoverem um adequado processo de planeamento e ordenamento do território, evitando a aplicação de modelos que visem a rentabilidade máxima, porque isso provavelmente levará à própria distorção dessa rentabilidade e, a prazo, à perda da mesma, bem como à degradação das condições ambientais e sociais (Zaoual, 2008). Salvo exceções, modelos que tenham como base a concentração e a massificação turística deixaram de ser atrativos ou aceitáveis (Butler, 1997; Cooper *et al.*, 2007; Swarbrooke, 1999; Weaver e Oppermann, 2000).

Os modelos de planeamento e desenvolvimento turístico têm acompanhado as alterações de paradigmas e os movimentos sociais, evoluindo de modelos centrados no crescimento da atividade turística, tendo como base a “indústria” turística, para modelos de enfoque espacial e, mais recentemente, para os que abordam o setor de forma holística e com objetivos estruturados no paradigma da sustentabilidade.

Segundo Getz, (1986) essa transição deu-se em quatro fases. Na primeira, os países incorporaram o planeamento turístico nos instrumentos a nível macro e gerais, sendo as preocupações essencialmente direcionadas para a definição dos territórios com maior potencial para o crescimento da atividade, nos quais se incentivava a concentração de equipamentos turísticos em busca de uma procura massificada.

Posteriormente, nas décadas de 1970-80, a abordagem físico-espacial e economicista aprimorou-se, tornando-se mais agressiva, procurando maximizar as vantagens económicas decorrentes da expansão da atividade turística, sem grandes preocupações com as questões ambientais e sociais. Seguiu-se a fase em que o planeamento atingiu a sua maturidade, levando à sua consolidação e à emergência de uma multiplicidade de teorias e modelos de base espacial (Costa, 2006). No período 1980-90, o planeamento ganhou uma forte preponderância multidisciplinar, numa abordagem mais racional e estratégica, tendo ainda como suporte o ordenamento do território e a interação do Homem com o meio.

A partir da década de 1990, o planeamento estratégico integrado assumiu-se como um novo paradigma e passou a valorizar o envolvimento do setor privado e dos cidadãos e a incluir preocupações no âmbito da sustentabilidade (Silva, 2009). A crescente concorrência entre os destinos e a tendência para a segmentação e proliferação de produtos levou a uma maior acuidade no processo de planeamento e na sua adaptação a cada uma das realidades territoriais, procurando fatores de diferenciação assentes nos recursos endógenos, na autenticidade e na capacidade de fornecer experiências qualitativas.

Como forma de compreender e estudar o fenómeno turístico, muitos investigadores têm apresentado inúmeras propostas de modelos teóricos que servem de orientação para o planeamento turístico. Inicialmente esses modelos eram predominantemente económicos e direcionados para a maximização do crescimento económico, passando posteriormente a assumir uma abordagem multidisciplinar e uma maior dimensão espacial e a ser focados no desenvolvimento local e na sustentabilidade.

Os modelos teóricos aplicados ao turismo podem ser divididos em duas grandes categorias, os que apresentam um enfoque espacial e os que privilegiam uma abordagem holística, sendo ainda de considerar algumas situações mistas e outras abordagens mais especializadas. Os primeiros estão muito associados ao planeamento e ordenamento do território e assumem que o “turismo é um fenómeno espacial, envolvendo a movimentação de pessoas entre duas regiões” (Smith, 1990a: 160). Dentro destes modelos, Pearce (1990) destaca o de Mariot e o de Campbell, que têm como base a relação entre a região emissora e a recetora e a deslocação entre elas. Posteriormente, modelos como o de Ming e Mchugh (1992), Lue, Crompton e Fsenmaier (1993) e o de Palhares (2002), vieram

acrescentar maior complexidade e ampliar as regiões, acrescentando diversidade de inter-relações territoriais e outras dinâmicas de fluxos. Segundo Getz (1986), dentro deste tipo de modelos é ainda comum incluírem-se os que se enquadram na categoria espacial/temporal, como o de Butler (1980).

Os críticos dos modelos de enfoque espacial consideram-nos “demasiado rígidos e estáticos para poderem descrever o fenómeno turístico com precisão” (Santos, 2007: 100). Esta corrente defende que o turismo é uma atividade demasiado abrangente e complexa que necessita de um enquadramento holístico, pelo que, apenas os modelos de enfoque sistémico permitem estudar este setor em toda a sua abrangência e interligações (Alvares, 2008).

Segundo a análise realizada por Getz (1986) a mais de 150 modelos utilizados nos estudos de turismo, até meados da década de 1980 eram raros os que consideravam uma abordagem ao sistema turístico como um todo. Contudo, a necessidade dos estudos considerarem toda a complexidade, interligações e dimensões do turismo, veio alterar esta realidade levando à proliferação de propostas, desde modelos teóricos até outros suportados na avaliação aplicada a destinos (Miller e Twining-Ward, 2005). Como refere Alvares (2008: 49) “um dos primeiros modelos sistémicos de turismo, que representa a atividade de forma esquemática, é o de Leiper”, publicado em 1979, com posterior atualização em 1990. Este modelo incorpora três elementos básicos: os turistas, os elementos geográficos (regiões emissora, destino e de trânsito) e a indústria turística (Figura 23).

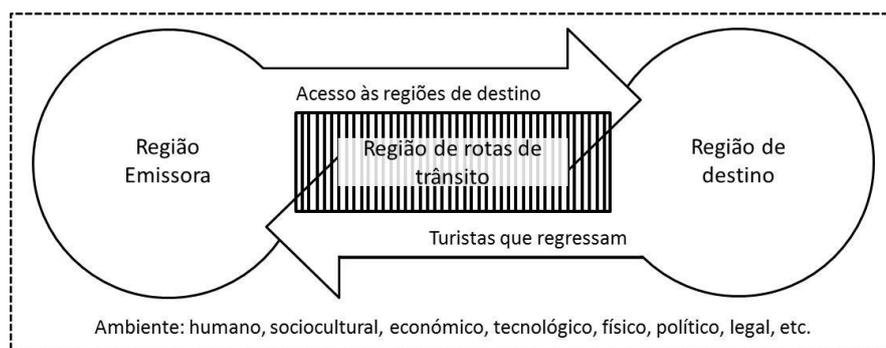


Figura 23 | Sistema turístico básico (Leiper, 2004: 53)

Segundo Leiper (1979: 404) “estes elementos estão estruturados através de ligações espaciais e funcionais” e são constituídos por subsistemas que se decompõem em diversas componentes interdependentes, estabelecendo conexões, tanto simples e diretas, como complexas. No entanto, o modelo de Leiper não veio estabelecer uma rutura com os modelos de enfoque espacial, mas sim acrescentar uma abordagem mais ampla e entender o turismo como um sistema de muitas variáveis interdependentes. Neste modelo

qualquer alteração num elemento ou parte dos subsistemas pode ter repercussões no sistema, podendo simultaneamente impelir desequilíbrios.

Cooper *et al.* (2007) destacam outras virtudes do modelo de Leiper, nomeadamente as de incorporar uma abordagem interdisciplinar e apresentar uma grande flexibilidade, podendo adaptar-se a qualquer escala ou nível de generalização e a diferentes tipos de turismo. Apesar da investigação em turismo nesta área ter progredido substancialmente após a apresentação deste modelo, ele continua a ser uma referência, pelo que não é de estranhar que a generalidade das propostas posteriores ao serem dissecadas “tendem a revelar os elementos básicos de Leiper” (Cooper *et al.*, 2007: 38), incluindo os cinco elementos base e a sua “comunicação com o meio envolvente, nomeadamente o humano, o sociocultural, o tecnológico, o político e o legal, dentro do qual o turismo ocorre” (Leiper, 2004: 60).

Não obstante a generalidade dos modelos mais recentes incorporem os fundamentos da proposta de Leiper, certamente que também aportam novas contribuições e estimulam o debate em torno da temática. Alguns destes modelos encaram os operadores do mercado, constituídos por empresas e organizações com a função principal de facilitar a relação entre a oferta e a procura, como um elemento básico do sistema turístico, dissociando-os da oferta turística (OMT, 1998). Como justificação defendem que as agências de viagem, empresas de serviços de transportes regulares e os organismos responsáveis pelo planeamento e promoção turística, são efetivamente operadores do mercado incumbidos da comercialização e distribuição turística e assim, responsáveis por estabelecer a ligação entre a oferta e a procura, “embora façam parte do sistema turístico, não são estritamente oferta, não produzem os bens e serviços turísticos últimos consumidos pelos turistas” (OMT, 1998: 52). Outro argumento para as considerar englobadas num elemento distinto da oferta turística, consiste no facto de muitas destas empresas se localizarem, ou atuarem, mais próximas dos mercados do que nos destinos turísticos, onde se concentra a generalidade da restante oferta. Estes pontos de vista são bastante discutíveis, em especial no que se refere às agências de viagem, já que, na generalidade, estas prestam um serviço direto aos consumidores.

Esta discussão questiona desde logo as fronteiras do próprio sistema turístico e as interligações e relações com o ambiente externo a considerar, pelo que é compreensível que atualmente existam muitas propostas de modelos turísticos sistémicos. Segundo Santos (2007: 102) apesar de diversos modelos turísticos sistémicos incorporarem elementos da procura, a sua maioria centra-se “no conjunto de elementos relativos à oferta turística”. Considerando as referências apresentadas por diversos investigadores (Cooper *et al.*, 2007; Costa, 2006; Hall, 2008; Santos, 2007), entre os modelos turísticos sistémicos

mais conhecidos encontram-se os de Beni (1988)²⁸, Inskeep (1991), Moscardo *et al.* (1996), Boullón (1997), Petrocci (2001), Hall (2001) e Ritchie e Crouch (2003).

A dificuldade em delinear o sistema turístico – complexo e com múltiplas interligações – é perceptível nos modelos de enfoque sistémico. Ou se opta por uma elevada simplificação, sacrificando muitos elementos e interdependências do sistema turístico ou, em oposição, corre-se o risco de propor uma elevada complexidade que dificulta a interpretação e a sua aplicação.

Enquanto modelos mais descritivos, como o de Goeldner e Ritchie (2006), apresentam elevado detalhe, resultando num modelo complexo, a maioria dos modelos apresentam um enfoque estrutural, “preocupando-se em definir quais são os elementos pertinentes do fenómeno turístico” (Santos, 2007). Alguns destes modelos estruturais são relativamente simples, como o de Inskeep, que esquematiza o turismo por meio de um diagrama composto por três níveis de elementos hierarquizados (Figura 24, à esquerda), mas outros, como o de Moscardo, o de Hall ou o de Beni (Figura 24, à direita) já apresentam interligações mais detalhadas.

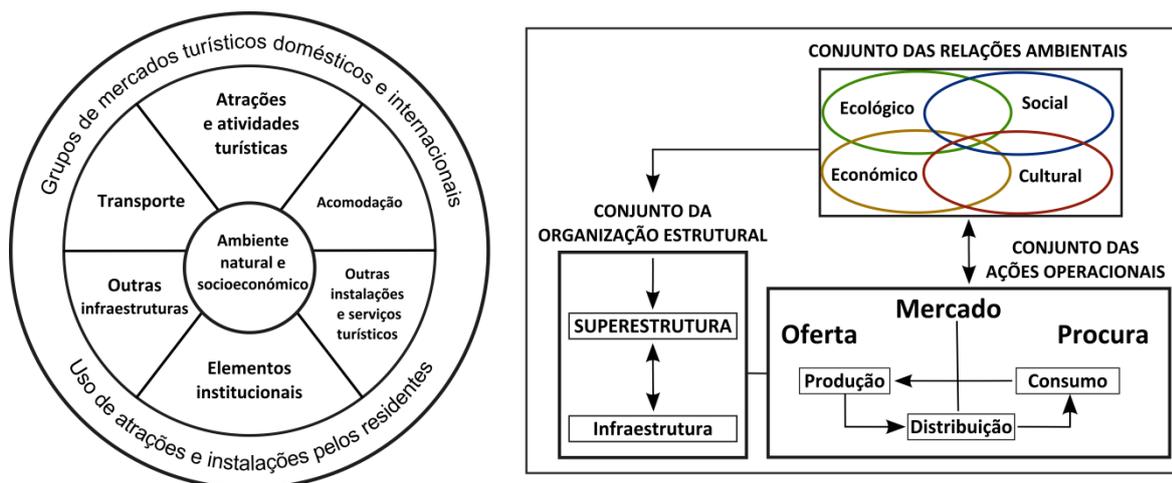


Figura 24 | Modelos teóricos de Inskeep (1991) (esq.) e SISTUR (Beni, 2006) (dta.)

O modelo de SISTUR, apresentado por Beni (2006: 18) em 1988, assenta no pressuposto de que o fenómeno turístico “é um processo cuja ocorrência exige a interação simultânea de vários sistemas com atuações que se somam para levar ao efeito final.” Apesar de reconhecer que se está perante um fenómeno complexo e difícil de representar, Beni (2006: 18) considera essencial “dispor de um quadro referencial dinâmico, flexível, adaptável, de leitura e compreensão simples e fácil, que integre toda essa complexidade e

²⁸ Apesar da referência mais conhecida do modelo de Beni estar na sua obra publicada em 1998, o modelo foi desenvolvido e apresentado na sua tese de doutoramento defendida em 1988.

a represente por inteiro nas suas combinações.” Assim, Beni propõe o desenvolvimento de um modelo de sistema turístico integrado, no qual se identificam as suas componentes e inter-relações e se apresentam as dinâmicas com subsistemas diretamente relacionados com o fenómeno turístico. Este modelo, que reforça a importância das dinâmicas das variáveis e das inter-relações e dependências das suas componentes, está estruturado em três grandes conjuntos (Beni, 2006):

- ▶ Relações ambientais, que englobam as componentes ecológica, social, económica e cultural;
- ▶ Organização estrutural, que se subdivide nas componentes superestrutura e infraestrutura;
- ▶ Ações operacionais, com ênfase nas inter-relações entre a oferta e a procura, considerando a produção, o consumo e a distribuição.

Devido à complexidade e diversidade dos elementos contemplados em muitos dos modelos teóricos que apresentam uma abordagem sistémica, como os de Beni, de Leiper, de Boullón, ou de Petrocchi, não é comum a sua aplicação a estudos de caso (Alvares, 2008). Apesar disso, ao apresentarem estruturas lógicas simplificadas, dão um contributo significativo para a compreensão do fenómeno turístico e para a gestão dos destinos e das empresas turísticas.

Para além destes modelos muito abrangentes têm surgido muitos outros que propõem uma maior ou menor abordagem holística ao fenómeno do turismo e procuram evidenciar ou direccionar-se para aspetos mais particulares, como a qualidade, a competitividade ou a sustentabilidade. Assim, a evolução no planeamento dos destinos turísticos foi acompanhada pela proliferação de propostas de modelos ancorados em padrões diversificados como o ciclo de vida dos destinos ou dos produtos (Archer e Cooper, 2002; Butler, 1980), na competitividade (Esser *et al.*, 1996; Ritchie e Crouch, 2000) na qualidade (Camison, 1996; Go e Govers, 2000; Neal, 2000; Parasuraman *et al.*, 1985; Silva *et al.*, 2001a; Wei, 2011), na capacidade de carga (Getz, 1983; Gunn, 1988) ou na sustentabilidade (Bossel, 1999; Cernat e Gourdon, 2007; Dowling, 1993; Hall, 1999; Ko, 2005; Miller, 2001; Pearce *et al.*, 1996).

Apesar desta multiplicidade de propostas e de cada destino representar uma realidade particular, as bases para o desenvolvimento turístico são comuns à generalidade dos modelos atuais, destacando-se os seguintes elementos-chave:

- ▶ Planeamento estratégico com base em cenários e uma abordagem prospetiva;
- ▶ Modelo de desenvolvimento turístico sustentável;
- ▶ Visão holística da atividade turística, considerando todo o sistema turístico;

- ▶ Processo de planeamento integrado, a diversos níveis territoriais;
- ▶ Abordagem realista, com objetivos e metas possíveis de ser alcançados;
- ▶ Integração da comunidade e *stakeholders* em todo o processo de planeamento;
- ▶ Foco no trinómio: qualidade, criatividade/inação, competitividade.

Estas premissas mostram tanto as teorias mais recentes em torno do tema, como as ameaças causadas por modelos demasiado quantitativos e economicistas, que se refletiram em importantes impactes ambientais e sociais e põem em causa a sustentabilidade futura (Cooper *et al.*, 2007). Esta congruência em torno de uma matriz de abordagem ao desenvolvimento turístico que, para além da tradicional vertente económica, inclui as componentes social, cultural, política e ambiental, estende-se igualmente aos grandes desígnios estratégicos do planeamento turístico, nomeadamente os de proporcionar uma experiência de elevada qualidade aos visitantes, contribuir para a qualidade de vida das comunidades recetoras, garantir a sustentabilidade ambiental e ampliar as oportunidades para o futuro (Costa, 2001, 2005; Getz, 1986; Goeldner e Ritchie, 2006; Hall, 2008; OMT, 2003).

Nas principais correntes e modelos de desenvolvimento turístico atuais, também se pode encontrar um tronco comum nos objetivos mais específicos, destacando-se:

- ▶ Contribuir para melhorar a qualidade de vida e bem-estar das comunidades acolhedoras, através da geração de rendimento, emprego, infraestruturas e equipamentos coletivos e da ampliação das atividades de lazer;
- ▶ Valorizar o património e recursos turísticos. Estimular a recuperação de património edificado, a qualificação e ampliação da oferta cultural e de equipamentos culturais e ambientais, a valorização do património imaterial, das tradições, do artesanato, do património ambiental e da paisagem;
- ▶ Promover a sustentabilidade ambiental. Melhorar a gestão e a conservação ambiental, reduzir impactes e promover a educação e projetos de ação ambiental;
- ▶ Contribuir para o desenvolvimento económico da região e do país. Promover o empreendedorismo e a criação de riqueza, valorizar o tecido empresarial, melhorar a competitividade, contribuir positivamente para a balança de pagamentos, dinamizar outros setores e atividades;
- ▶ Proporcionar um elevado nível de satisfação dos visitantes. Apostar na qualidade, na segurança, na hospitalidade, numa relação qualidade/preço adequada, na animação e na garantia de experiências e emoções diferenciadoras;
- ▶ Integrar a população local e os restantes *stakeholders* nos processos de decisão e de gestão;
- ▶ Garantir que o turismo continue a ser um recurso para as gerações futuras.

Efetivamente, a visão para a maioria dos destinos consiste em tornarem-se mais competitivos e sustentáveis, uma fórmula aparentemente simples e de discurso facilitado, mas de operabilidade extremamente difícil, exigindo um enorme empenho de todos os agentes para se trabalhar efetivamente em prol de um futuro desejável. Este binómio competitividade / sustentabilidade está representado na figura 25, com as suas principais componentes e alguns dos seus elementos mais críticos.

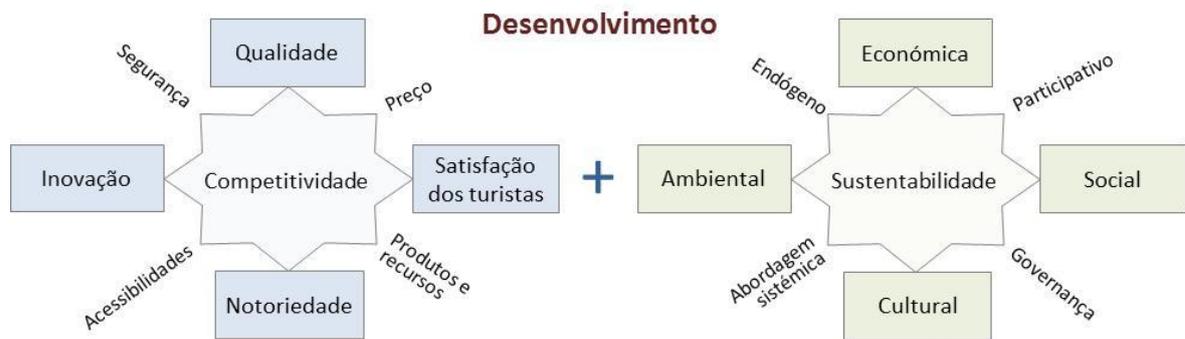


Figura 25 | Geração de capacidades competitivas rumo ao desenvolvimento turístico sustentável

Como evidencia Sancho (1998), atualmente a oferta de produtos altamente competitivos é a chave para a afirmação dos destinos, o que reforça a necessidade de se apostar no planeamento turístico segundo etapas devidamente estruturadas como as apresentadas por Pearce e esquematizadas na figura 26.



Figura 26 | Etapas básicas do processo de planificação turística (Adaptado de Pearce, 1989)

Apesar do atual consenso sobre os objetivos estratégicos e de o processo de planeamento poder ser descrito através de um conjunto de etapas bem definidas, não há uma fórmula nem um modelo de desenvolvimento turístico único e universal. Conforme referem Archer e Cooper (2002: 100) “é preciso reconhecer que o turismo ocorre em contextos sociais e políticos diferentes e o que dá certo num lugar pode precisar de ser adaptado para outro”.

Antes de mais, há a considerar que o ponto de partida pode ser bastante distinto, conforme a fase de desenvolvimento turístico dos destinos²⁹ (Figura 27). Um destino que procure

²⁹ Apesar de existirem diversas críticas ao modelo de ciclo de vida proposto por Butler, especialmente por ser demasiado simplista, continua a ser reconhecido como um importante instrumento no planeamento dos destinos e produtos turísticos.

transformar uma tendência de declínio numa fase de rejuvenescimento certamente utilizará uma abordagem e um esforço distinto de outro, que está a iniciar a fase de envolvimento ou de consolidação.

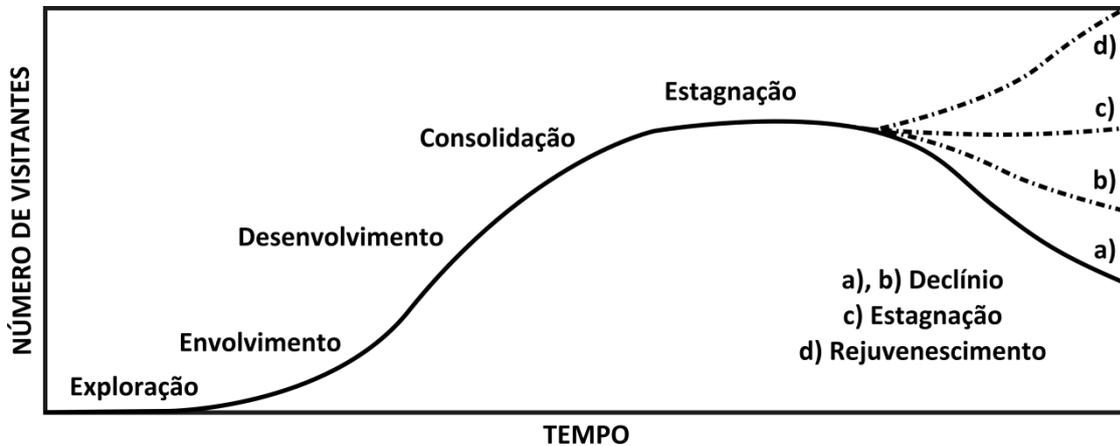


Figura 27 | Modelo de ciclo de vida dos destinos (Butler, 1980: 7)

Existem ainda muitos outros fatores determinantes no processo de planeamento, como a capacidade competitiva, os produtos estratégicos, a posição geográfica e acessibilidades, os recursos turísticos disponíveis, a cultura, o nível de desenvolvimento, o custo de vida, a capacidade de carga turística e a dimensão da procura.

O reforço da capacidade competitiva a longo prazo não é tarefa fácil, antes de mais porque muitas forças tendem a privilegiar resultados a curto prazo, mas também porque na busca de vantagens competitivas, por vezes os valores da sustentabilidade são descuidados. Entre os pontos críticos no processo de planeamento destaca-se a necessidade de realizar uma adequada análise do contexto interno e externo, trabalhar com cenários credíveis e conseguir moldar esse futuro em direção à visão estratégica.

O planeamento turístico não pode limitar-se a reagir às mudanças que vão surgindo, devendo adotar uma ação proactiva na construção de um futuro desejado, porque apesar de incerto, o futuro depende em grande medida da capacidade que temos para o influenciar.

Em relação à necessidade de adoção de um modelo que promova o desenvolvimento sustentável da atividade turística, existem questões muito discutíveis e outras mesmo conflitantes, desde logo por existirem diferentes abordagens ao conceito da sustentabilidade, nomeadamente as baseadas numa perspetiva de sustentabilidade forte ou, em oposição, de sustentabilidade fraca e segundo uma abordagem mais antropocentrista ou ecocentrista.

No planeamento e gestão turística de uma região é comum verificarem-se choques entre os defensores destas correntes que, quando estremadas, tornam difícil a implementação de decisões e, por vezes, levam à tomada de medidas avulsas que não consideram o sistema turístico como um todo e a integração deste com os outros subsistemas. O conflito entre planos setoriais distintos e entre organizações governamentais é comum em muitos países, nomeadamente entre o setor do ambiente e o do turismo. Territorialmente é nas áreas protegidas que estes conflitos geralmente se acentuam, sendo comum definirem-se para essas áreas níveis de restrições e de proteção ambiental muito elevados, muitas vezes incompatíveis com a atividade turística.

Numa perspetiva de sustentabilidade fraca e numa abordagem mais antropocentrista, poderá adotar-se como definição de turismo sustentável aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões recetoras, ao mesmo tempo que protege e amplia as oportunidades para o futuro” (OMT, 2003: 24). Para a OMT (2003: 17),

o turismo sustentável significa também que a prática do turismo não acarrete sérios problemas ambientais ou socioculturais, que a qualidade ambiental da área seja preservada ou melhorada, que um alto nível de satisfação do turista seja mantido, de forma a conservar os mercados para o turismo e expandir amplamente as suas vantagens pela sociedade.

Consciente da necessidade de mudança para um enfoque na sustentabilidade, as NU e a OMT têm desenvolvido inúmeras ações e relatórios, com vista a sensibilizar as nações e regiões a apostarem em modelos turísticos mais sustentáveis, como é o caso da Carta dos Direitos Turísticos e Código do Turista (em 1985), do Código Mundial de Ética do Turismo (em 1999) e do Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (em 2003). Outro marco consistiu na aprovação, em 1995, da Carta do Turismo Sustentável durante a Conferência Mundial de Turismo Sustentável em Lanzarote. Na resolução final desta conferência propôs-se a adoção internacional da Carta promovendo-a a nível das NU, “bem como a necessidade urgente de desenvolver planos de ação de turismo sustentável em consonância com os princípios estabelecidos neste documento” (WCST, 1995). Esta Carta é estruturada em 18 princípios, dos quais se destacam os seguintes (OMT, 2003):

- ▶ Garantir que o planeamento e o desenvolvimento turístico sejam suportados por critérios de sustentabilidade, nas suas diversas dimensões;
- ▶ Sensibilizar todos os atores (turistas, comunidade local, decisores e outros *stakeholders*), para a adoção dos valores da sustentabilidade;
- ▶ Estimular a integração de todos os *stakeholders* e das populações locais nas decisões e gestão turística, procurando o estabelecimento de consensos;
- ▶ Ter como prioridade a adoção de critérios de qualidade na formulação de estratégias de turismo;

- ▶ Estender os benefícios do turismo em particular às comunidades locais, segundo critérios de equidade;
- ▶ Promover a conservação e valorização dos recursos e património natural, histórico e cultural em articulação com os benefícios para a sociedade atual e a garantia da sua continuidade para as gerações futuras;
- ▶ Controlar o fluxo de visitantes e diversificar a oferta, promovendo formas alternativas de turismo de baixo impacte que possam contribuir para aumentar os benefícios para a economia local;
- ▶ Adotar programas e práticas preventivas (redução de emissões e resíduos, gestão da água, prevenção de riscos, etc.), estabelecer legislação ambiental apropriada e adotar códigos de boas práticas;
- ▶ Garantir um alto nível de satisfação dos turistas.

Em síntese, a aposta num modelo de desenvolvimento turístico mais sustentável exige um adequado sistema de planeamento e de gestão turística, que seja integrado e interligado com todos os outros setores segundo uma abordagem holística ou, preferencialmente, partindo de um nível superior, do território como um sistema.

3.2.4 Impactes do turismo

“Agir de maneira ambientalmente responsável é um bom negócio.”

(Kotler *et al.*, 1999: 20)

Um dos aspetos mais complexos na implementação de um modelo turístico com base na sustentabilidade consiste na gestão dos impactes, em particular dos negativos. No que se refere aos benefícios do turismo estes são tradicionalmente abordados do ponto de vista socioeconómico, mas poderão também ser importantes a nível sociocultural e ambiental, áreas em que geralmente se atentam essencialmente os impactes negativos (Sancho, 1998).

A nível da gestão dos impactes turísticos importa reduzir os negativos e reforçar os positivos, direcionando-os essencialmente para as comunidades locais e para o espaço turístico. É igualmente importante considerar os impactes a diferentes níveis geográficos, desde os globais aos locais, pois é frequente o foco se restringir apenas aos impactes locais e não considerar, por exemplo, a pegada ecológica associada às deslocações.

Certamente que a avaliação dos impactes ambientais, económicos e socioculturais dos projetos e das atividades turísticas é uma tarefa complexa e frequentemente pouco exata. Basta pensar na dificuldade e ambiguidade na avaliação dos impactes decorrentes da implementação de um casino num determinado território, da pressão turística junto de uma pequena comunidade tradicional, ou do acesso a áreas ecologicamente sensíveis.

Se a gestão dos impactes a nível ambiental é uma tarefa difícil, mais complicada é a abordagem a nível social e cultural, por estar dependente de fatores humanos que são mais diversificados e complexos. Para além dos fluxos, concentração e dos próprios turistas (cultura, comportamentos, valores, etc.), há a considerar a diversidade das comunidades acolhedoras, das suas perceções do fenómeno turístico e das vantagens diretas do setor para a qualidade de vida dos residentes.

Segundo o Índice de Irritação de Doxey, as atitudes dos residentes perante os turistas variam ao longo do tempo, desde uma fase de euforia até uma atitude hostil (Figura 28). Embora Pearce (1989) realce que está demonstrado que as atitudes em relação ao turismo nem sempre seguem os estágios definidos por Doxey, o autor considera que este índice é bastante útil para sustentar a relação entre as comunidades recetoras e os turistas.

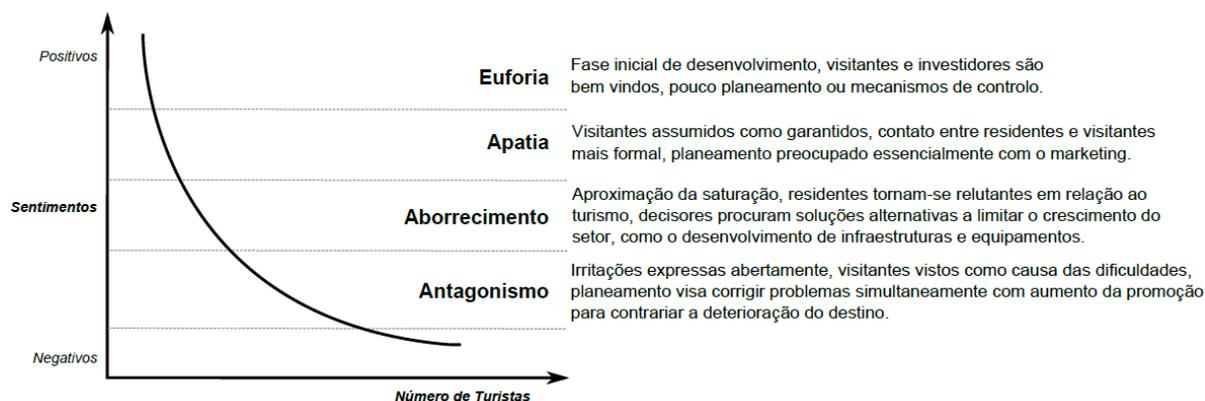


Figura 28 | Estágios da atitude dos residentes perante os turistas: Índice de Irritação de Doxey (Doxey, 1976)

A atitude dos residentes perante os turistas é, não só, importante do ponto de vista do bem-estar das comunidades recetoras, como da qualidade da atividade turística, pois reflete-se na satisfação dos visitantes. Atitudes mais hostis tendem a desmotivar os turistas de visitar esses destinos, e contribuirão para uma promoção negativa (Fodness e Murray, 1997).

Para atenuar a pressão negativa dos visitantes sobre as comunidades locais é necessário agir em diversas frentes, passando por um maior envolvimento dessas comunidades em todo o processo de planeamento e gestão turística, uma boa comunicação das vantagens decorrentes da atividade turística, promover modelos turísticos que valorizem a economia e o património local, apostar em infraestruturas e equipamentos turísticos que sejam úteis para as comunidades locais e incentivar o turismo interno. Ou seja, reforçar o envolvimento e os benefícios para as comunidades acolhedoras. Paralelamente, é necessário agir no lado da oferta e na sensibilização dos turistas, promovendo produtos e serviços mais sustentáveis e fomentando as boas práticas e educação ambiental.

Um dos passos mais importantes para a gestão dos impactes passa pela definição e implementação de capacidades de carga para todas as ações e para o sistema na globalidade. A definição dessas capacidades de carga deve estar associada aos impactes aceitáveis, que são significativamente diferentes para os defensores de uma abordagem ecocentrista, geralmente mais conservacionista e restritiva à prática turística, comparativamente com os adeptos de uma filosofia mais antropocentrista.

Para Shelby e Heberlein (1984, *op. cit.* Haider e Payne, 2009: 174) a capacidade de carga é definida como o nível de utilização para além do qual os impactes excedem os níveis aceitáveis especificados pelos padrões avaliados. Mais restritos, os adeptos das correntes ecocentristas consideram que a capacidade de carga turística pode ser calculada como o número máximo de visitas num determinado período de tempo que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações no meio físico e social (Boo, 1990). Por sua vez, a

OMT (WTO, 1993) adota uma definição de capacidade de carga que admite alterações às condições do meio iniciais e considera que esta pode ser dividida nas componentes ecológica, turística e social, estando a segunda associada à satisfação dos clientes e a terceira à gestão dos impactes sobre o ambiente social e cultural das comunidades acolhedoras. Assim, segundo a OMT (2003: 147),

para o estabelecimento da capacidade de carga turística, toma-se por base o conceito da manutenção de um nível de desenvolvimento e de utilização que não resulte em deterioração ambiental grave, em problemas socioculturais e económicos, nem seja entendido pelos turistas como capaz de desvalorizar o seu aproveitamento e a apreciação da área ou local turístico.

Desta definição ressaltam dois aspetos: a defesa de uma abordagem fraca e antropocentrista da sustentabilidade e a necessidade de servir os interesses dos turistas, uma visão que frequentemente contrasta e choca com as políticas mais ecocentristas defendidas pelas entidades gestoras de alguns territórios e, em particular, de muitas áreas protegidas.

Um problema que geralmente dificulta a gestão da capacidade de carga resulta de ser comum intervirem no mesmo espaço diversas entidades (turismo, ambiente, autarquias, etc.) com interesses e perspetivas por vezes conflitantes. De um dos lados procura-se minimizar os impactes ecológicos, com a adoção de medidas e legislação restritiva e protecionista, enquanto para a generalidade dos visitantes e dos *stakeholders* do turismo, essas restrições e limites de capacidade de carga são geralmente excessivas, ou mesmo inaceitáveis.

Para além do debate entre estas diferentes conceções sobre a capacidade de carga, nos últimos anos têm surgido correntes que criticam a sua utilização no planeamento e na gestão do território, considerando que esta é de difícil aplicação, para além de subjetiva e restritiva, e mesmo determinista (Weaver, 2006: 156). McCool e Patterson (2000, *op. cit.* Newsome *et al.*, 2002: 155) vão mais longe ao considerarem “que a pesquisa e o planeamento avançaram ao ponto de reconhecerem que o conceito de capacidade de carga é um paradigma reducionista, ingénuo e inapropriado sobre o qual se baseiam contextos recreativos ou comunidades dependentes do turismo”.

Entre as diversas metodologias alternativas à utilização clássica da capacidade de carga é de referenciar a dos Limites da Mudança Aceitável (LAC - *Limits of Acceptable Change*) que começou a ser desenvolvida nos EUA em meados da década de 1980 por uma equipa

coordenada por Stankey (Hendee *et al.*, 1990)³⁰. Uma maior flexibilidade comparativamente à capacidade de carga e o permanente envolvimento dos diversos agentes leva a que esta ferramenta ganhe adeptos, em especial junto do setor do turismo. O limite deixa de estar fixado pela capacidade de carga, tornando-se flexível, por estar ligado a todo um processo de planeamento e gestão, dividido em nove etapas (Figura 29), que permite aumentar os fluxos de visitação recorrendo a um conjunto de medidas e a uma adequada avaliação e monitorização.



Figura 29 | Etapas do processo de LAC - limites da mudança aceitável (Stankey *et al.*, 1985: 3)

Seja qual for o enfoque e a metodologia utilizada, é desejável assegurar que não se ultrapassa o limite máximo de carga, entendido como o limiar do não retorno dos sistemas à situação de equilíbrio. Por sua vez, o envolvimento dos *stakeholders* e das comunidades locais nos processos de decisão é indispensável para estes entenderem e aceitarem muitas das restrições definidas e participarem na sua implementação e monitorização.

A gestão dos impactes pode ter uma abordagem preventiva ou reativa e recorrer a medidas restritivas (leis e normas que imponham restrições, multas, taxas, etc.), ou de adoção voluntária. Sempre que possível, é preferível optar por soluções que minimizem as restrições impostas, nomeadamente estimulando a adoção de boas práticas, atraindo as pessoas para os locais com maior capacidade de carga, valorizando o património, apostando na educação ambiental e integrando as comunidades na gestão do seu património. Poderá ainda apostar-se na melhoria das vantagens competitivas, nomeadamente através de uma gestão ambiental que leve à redução de custos operacionais pela associação a marcas de valor (e.g. *ecolabels*), na valorização do

³⁰ Podem ainda destacar-se as: VIM - *Visitor Impact Management*; ROS - *Recreational Opportunity Spectrum*; VERP - *Visitor Experience and Resource Protection*; e ECOS - *Ecotourism Opportunity Spectrum* (Boyd e Butler, 1996; Haider e Payne, 2009)